



ACORDO ORTOGRÁFICO ([descarregue-o aqui](#))



<http://www.flip.pt/AcordoOrtográfico/TextodoAcordo/tabid/511/Default.aspx>

Apoiamos sempre o debate sobre o (des)Acordo Ortográfico, tema central do 6º Colóquio Anual da Lusofonia <http://lusofonia2007.com.sapo.pt>, igualmente debatido em <http://lusofonia2008.com.sapo.pt> no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia, no 7º Colóquio Anual da Lusofonia <http://lusofonia2008.com.sapo.pt> e no 4º Encontro Açoriano da Lusofonia <http://lusofonia2009.com.sapo.pt>. Mantemos actualizado neste documento tudo o que, de importante, se vai dizendo sobre este tema. Leia esta vasta selecção de notícias e de opiniões que será a(c)tualizada regularmente.

Compilação Chrys Chrystello,

[Todas as notícias sobre o Acordo ortográfico aqui](#)

Algumas Notas ao 2º protocolo modificativo do acordo ortographico 2008

Logo depois da independência do Brasil, os escritores diziam que não bastava uma independência política de Portugal, era preciso também uma independência cultural. Por isso, o Brasil nunca reconheceu a autoridade linguística de Portugal. As divergências ortográficas foram ocorrendo e, desde 1924, procura-se uma ortografia comum. Em 1945, chega-se a um acordo de unificação, que se tornou lei em Portugal no mesmo ano. No entanto, como o Parlamento Brasileiro não o ratificou, a ortografia brasileira continua a ser regida pelas disposições de 1943. Não faria sentido teimar em manter a obediência ao *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, celebrado entre Portugal e o Brasil em 1945 (quando ainda não havia televisão a cores, telemóveis ou Internet), acordo esse recauchutado no final do marcelismo com a exterminação dos acentos nos advérbios de modo. O que distingue uma língua viva de uma língua morta é precisamente o facto de estar em permanente evolução. Seria um esforço inútil não reconhecer as mudanças. Por alguma razão, não falamos latim. São os utentes menos cultos que fazem evoluir as línguas, que tendem para a simplificação e para a contaminação da escrita pela oralidade. Num momento em que escolas neozelandesas já aceitam que os alunos usem nos testes a escrita abreviada das SMS, seria tolo Portugal persistir em manter-se alheado do segundo protocolo do novo Acordo Ortográfico. O novo acordo, debatido desde 1986, culminou das negociações de especialistas incluindo Lindley Cintra, Malaca Casteleiro, Lurdes Belchior, Fernando Cristóvão e António Houaiss, e foi assinado pela primeira vez em 1990, por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Devia entrar em vigor em Dezembro de 1994, mas só Portugal e o Brasil ratificaram o acordo. Quatro anos mais tarde, em 1998, um protocolo modificativo definiu que o acordo entraria em vigor assim que assinado pelos sete países. Só Portugal e o Brasil voltaram a ratificar. Em 2004, um segundo protocolo modificativo não estabeleceu data para a entrada em vigor, mas deixou claro que bastava ser ratificado por três países. Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe ratificaram. Portugal

fez compasso de espera. Uma das questões que se me põem é por que é que a origem popular de certas palavras da nossa língua só pode ser válida se ocorrer no “*jardim à beira-mar plantado*”, onde só habitam 3,33% dos 300 milhões de lusófonos. Temos de compreender que, a nível internacional, não há futuro para a língua portuguesa sem o Brasil. E está o Brasil empenhado em fazer do português um instrumento de afirmação externa? Não esteve, mas começa a estar. O Brasil está a começar a perceber que um instrumento fundamental para a afirmação de um poder à escala regional ou mundial é a afirmação de uma língua. Ora se o português é a quarta língua, em termos culturais, a nível mundial, pois não tem as limitações geográficas do russo, do chinês ou do hindu, significa que tem uma capacidade única de se afirmar e nada melhor do que através dum acordo que reconhece as diferenças e afirma as similaridades.

Alfabeto ganha três letras

As letras “k”, “w” e “y” são oficialmente acolhidas no alfabeto português. É mais uma oficialização do que uma mudança, já que a prática há muito consagrou o seu uso, designadamente em vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros. Os dicionários registam, por exemplo, as palavras “kafkiano”, “wagneriano”, ou “yoga”, esta última como alternativa legítima a “ioga”.

Maiúsculas

Os meses do ano passam a grafar-se sem maiúscula inicial, tal como acontece com os pontos cardeais, salvo quando correspondam a uma região. A opção pela maiúscula torna-se ainda facultativa em vários casos, incluindo títulos de obras - a primeira palavra deve ter sempre maiúscula inicial, mas as restantes podem não a ter -, tratamentos de cortesia, como Senhor Doutor, ou nomes de disciplinas do saber (Português, Matemática). A generalidade dos topónimos mantém a maiúscula, mas esta torna-se facultativa em nomes de ruas, praças, etc. Vai ser possível, portanto, escrever-se avenida dos aliados ou rua augusta.

Consoantes mudas

Quando um dos termos de uma sequência consonântica é proferido na pronúncia culta da língua, como em “pacto” ou “ficção”, fica tudo como está. Se é invariavelmente mudo, como acontece nas palavras “acto”, “coleção” ou “director”, o “c” cai sempre. Pela mesma lógica, cai o “p” em “Egipto” ou “peremptório”, sendo que neste último caso o “m” dá lugar a um “n”: perentório.

Acentos

A conjugação na terceira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos como ter, vir e ver - têm, vêm e vêem - perde o acento circunflexo. Passa a escrever-se, por exemplo, “reveem”. Já em “dêmos” (presente do conjuntivo), continua a aceitar-se o acento, a título facultativo, para evitar a homografia com “demos” (pretérito perfeito do indicativo). A excepção é a forma verbal “pôde”, que preserva o acento. Também são banidos os acentos agudos e circunflexos que ainda se mantinham em algumas palavras graves, como em “pára” ou “pêlo”, que passam a não se distinguir graficamente de para e pelo.

Hífen

Os redactores do novo Acordo Ortográfico investiram um especial esforço na regularização do uso do hífen, sobretudo nas palavras formadas por prefixação. Algumas regras: Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa com “r” ou “s”, cai o hífen e dobra-se a consoante “contrarrelógio”. Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa por uma vogal diferente, não se usa o hífen: “antiaéreo”. Quando o prefixo termina com a vogal que inicia o elemento seguinte, usa-se o hífen: “contra-almirante”. A excepção a esta regra é o prefixo “co-”, que se aglutina com o elemento seguinte mesmo que este se inicie com um “o”: “coocupante”. Um dos exemplos que o texto do Acordo avança é “coordenar”, que se torna graficamente indistinguível de “coordenar” no sentido de dirigir ou supervisionar. Os hífenes caem também em algumas locuções nas quais ainda iam sendo usados, como “fim-de-semana”. Mas abrem-se excepções para outras, nas quais esse uso foi considerado mais generalizado, como “pé-de-meia” ou “cor-de-rosa”. Uma alteração que será provavelmente mais difícil de interiorizar é a supressão do hífen em todos os casos em que uma forma monossilábica do verbo haver se une à preposição “de”. Passará a escrever-se, por exemplo, “hei de” e “hão de”. O grande mestre gramático **Evanildo Bechara** que foi um dos convidados de honra no 6º Colóquio Anual da Lusofonia e no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia diz que além de regras, a língua portuguesa tem variações: a escrita, a falada, a exemplar, a culta, a formal, a informal, etc. O certo, no caso, é ser *‘poliglota na própria língua, que deve ter desde o domínio da escrita de um texto formal até a consciência a respeito de uma conversa com um analfabeto. Muita gente pensa que a língua é unitária, homogénea, sem variedades.’* A ocasião faz o falante. Essa coisa que parece óbvia não é simples: a língua deve ser usada de acordo com a vontade efetiva de fazer entender-se. *‘O uso reflexivo da língua é uma exigência da boa transmissão de ideia.’* Embora tenha incorporado novidades dos estudos linguísticos, como as teorias do romeno Eugénio Coseriu e a distinção entre diacronia e sincronia, proposta pelo francês Ferdinand Saussure, a lição da sua gramática é a mesma em mais de 40 anos: um professor não pode se restringir a ensinar a diferença entre sujeito e predicado. Ele tem de ensinar aos alunos os efeitos da consciência desse saber no uso cotidiano da língua. O emprego das habilidades linguísticas, Bechara alerta, transita entre os pólos da liberdade e da opressão. Língua é poder. Ou mais do que isso. *‘A troca da sua língua é quase igual à troca da sua própria alma, segundo dizia Gaston Paris, um filólogo francês do século 19.’* Um gramático tradicional, mas nunca um purista, Evanildo Bechara preocupa-se com a língua exemplar, a da gramática, cuja fonte está nas obras de escritores consagrados. Ele afirma continuar forte a ideia de que é possível escrever como se fala. A consequência de tal pressuposto é a valorização da língua falada em detrimento da escrita. A língua exemplar não pode cair na mão de pessoas despreparadas, que ditam lições inventadas em ‘consultórios gramaticais’, como as secções de jornais nas quais se discutem dúvidas elementares, uma forma de preencher as lacunas que os leitores trazem do sistema educacional brasileiro. Já o outro convidado de honra, nos Colóquios da Lusofonia em Bragança e nos Encontros Açorianos da Lusofonia, o linguista João **Malaca Casteleiro** afirma que *“vivemos numa «aldeia global», onde a alfabetização é cada vez mais importante, e a simplificação da ortografia seria uma ótima solução para tornar o processo de alfabetização mais fácil e eficiente. É muito mais fácil para uma criança aprender a escrever acção sem c, ou ótimo sem p, e não seria tão grande o sacrifício para um adulto que já sabe ler e escrever”*. É extremamente importante que os falantes do Português de vários países sejam alfabetizados e a alteração que o novo acordo propõe vem ao

encontro desta necessidade. Hoje vive-se uma fragmentação da Língua Portuguesa. Nós [portugueses] tendemos a limitar o Português a Portugal e aos países de Língua oficial Portuguesa mas, actualmente, em Angola, 40 por cento já reconhecem o Português como língua materna, quando em 1992 eram apenas 12 por cento. Há 20 anos que se discute o novo acordo ortográfico da língua portuguesa e eu continuo a ouvir dizer que deveríamos respeitar a ortografia "natural" de cada país. O que isto tem de extraordinário é as pessoas acreditarem que a ortografia é "natural". Pois bem, não só a *ortographia* não é "natural" como a intenção é precisamente a de não acompanhar a naturalidade com que se fala. Se assim fosse, os portugueses escreveriam "Puârto" e os lisboetas "Ljboa". Os cariocas não escreveriam "boa noite" mas "boa noitchi". Meus amigos, não há nada de errado em a ortografia ser uma norma "artificial": é para isso que ela existe. A ortografia oficial serve para se usar em documentos oficiais. Certamente expandir-se-á para outros usos, por inércia ou pragmatismo, mas que tem isso de mal? Fernando Pessoa continuou a escrever "monarchia" em vez de "monarquia" muito depois da reforma de 1911 e não veio daí mal ao mundo. Tal como na blogosfera já existem portugueses e galegos a escrever segundo o futuro acordo antes de ele entrar em vigor. Outra das coisas se dizem erroneamente são os argumentos proteccionistas de que o acordo ortográfico vai permitir aos brasileiros entrar no mercado dos livros escolares em África. E a pergunta que faço é: em que mercado é que as editoras portuguesas entraram? Em Angola ou Moçambique para onde mandam os monos que cá não conseguem vender ou obras fora de prazo? Se a África lusófona, que precisa de livros e alfabetização, for inundada de edições brasileiras baratas numa ortografia comum, isso é bom para os africanos em primeiro lugar, e eu fico contente por eles. E se as editoras portuguesas, que aliás são cada vez mais detidas por espanhóis e outros estrangeiros, não tiveram tempo para se adaptar a um acordo ortográfico que há 15 anos se sabe que vem aí, então estamos pior do que eu pensava. Chrys Chrystello Maio 2008.

Novo Acordo Ortográfico

Alfabeto Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
O alfabeto é agora formado por 26 letras	O "k", "w" e "y" não eram consideradas letras do alfabeto.	Serão usadas em siglas, símbolos, nomes próprios, palavras estrangeiras e seus derivados. Ex.º: km, watt, Byron, byroniano
Trema Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não existe mais o trema em língua portuguesa. Apenas em casos de nomes próprios e seus derivados, por exemplo: Müller, mülleriano	agüentar, consequência, cinquenta, qüinqüênio, freqüência, freqüente, eloqüência, eloqüente, argüição, delinqüir, pingüim, tranqüilo, lingüiça	aguentar, consequência, cinquenta, quinqüênio, frequência, frequente, eloquência, eloquente, arguição, delinquir, pinguim, tranquilo, linguiça.
Acentuação Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Ditongos abertos (ei, oi) não são mais acentuados em palavras paroxítonas	assembléia, platéia, idéia, colméia, boléia, panacéia, Coréia, hebréia, bóia, paranóia, jibóia, apóio, heróico, paranóico	assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia, panaceia, Coreia, hebreia, boia, paranoia, jiboia, apoio, heroico, paranoico
Obs : nos ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas o acento continua: herói, constrói, dói, anéis, papéis.		
Obs 2: o acento no ditongo aberto "eu" continua: chapéu, véu, céu, ilhéu.		
Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
O hiato "oo" não é mais acentuado	enjôo, vôo,	enjoo, voo,

O hiato "ee" não é mais acentuado	<p>corôo, perdôo, côo, môo, abençôo, povôo crêem, dêem, lêem, vêem, descrêem, relêem, revêem</p>	<p>coroo, perdoo, coo, moo, abençoo, povoo creem, deem, leem, veem, descreem, releem, reveem</p>
Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não existe mais o acento diferencial em palavras homógrafas	<p>pára (verbo), pêla (substantivo e verbo), pêlo (substantivo), pêra (substantivo), pêra (substantivo), pólo (substantivo)</p>	<p>para (verbo), pela (substantivo e verbo), pelo (substantivo), pera (substantivo), pera (substantivo), polo (substantivo)</p>
Obs : o acento diferencial ainda permanece no verbo "poder" (3ª pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo - "pôde") e no verbo "pôr" para diferenciar da preposição "por"		
Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não se acentua mais a letra "u" nas formas verbais rizotônicas, quando precedido de "g" ou "q" e antes de "e" ou "i" (gue, que, gui, qui)	<p>argúi, apazigúe, averigúe, enxagúe, enxagúemos, obliqúe baiúca, boiúna, cheiínho, saiínha, feiúra, feiúme</p>	<p>argui, apazigue, averigue, enxague, ensaguemos, oblique baiuca, boiuna, cheiinho, saiinha, feiura, feiume</p>
Não se acentua mais "i" e "u" tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo	Regra Antiga	Como Será
Hífen Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por "r" ou "s", sendo que essas devem ser dobradas	<p>ante-sala, ante-sacristia, auto-retrato, anti-social, anti-rugas, arqui-romântico, arqui-rivalidae, autoregulamentação, auto-sugestão, contra-senso, contra-regra, contra-senha, extra-regimento, extra-sístole, extra-seco, infra-som, ultra-sonografia, semi-real, semi-sintético, supra-renal,</p>	<p>antessala, antessacristia, autorretrato, antissocial, antirrugas, arquirromântico, arquirrivalidade, autorregulamentação, autosugestão contrasenso contraregra contrassenha, extrarregimento, extrassístole, extrasseco, infrassom, inrarrenal, ultrarromântico, ultrassonografia, suprarrenal,</p>

supra-sensível

suprassensível

Obs : em prefixos terminados por "r", permanece o hífen se a palavra seguinte for iniciada pela mesma letra: hiper-realista, hiper-requintado, hiper-requisitado, inter-racial, inter-regional, inter-relação, super-racional, super-realista, super-resistente etc.

Nova Regra

O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por outra vogal

Regra Antiga

auto-afirmação,
auto-ajuda,
auto-aprendizagem,
auto-escola,
auto-estrada,
auto-instrução,
contra-exemplo,
contra-indicação,
contra-ordem,
extra-escolar,
extra-oficial,
infra-estrutura,
intra-ocular,
intra-uterino,
neo-expressionista,
neo-imperialista,
semi-aberto,
semi-árido,
semi-automático,
semi-embriagado,
semi-obscuridade,
supra-ocular,
ultra-elevado

Como Será

autoafirmação,
autoajuda,
auto-aprendizagem
autoescola,
autoestrada,
autoinstrução,
contraexemplo,
contraindicação,
contraordem,
extraescolar,
extraoficial,
infraestrutura,
intraocular,
intrauterino,
neoexpressionista,
neoimperialista,
semiaberto, semiautomático,
semiárido, semiembriagado,
semiobscuridade,
supraocular,
ultraelevado.

Obs : esta nova regra vai uniformizar algumas exceções já existentes antes: antiaéreo, antiamericano, socioeconômico etc.

Obs 2: esta regra não se encaixa quando a palavra seguinte iniciar por "h": anti-herói, anti-higiênico, extra-humano, semi-herbáceo etc.

Nova Regra

Agora utiliza-se hífen quando a palavra é formada por um prefixo (ou falso prefixo) terminado em vogal + palavra iniciada pela mesma vogal.

Regra Antiga

antiibérico,
antiinflamatório,
antiinflacionário,
antiimperialista,
arquiinimigo,
arquiirmandade,
microondas,
microônibus,
microorgânico

Como Será

anti-ibérico,
anti-inflamatório,
anti-inflacionário,
anti-imperialista,
arqui-inimigo,
arqui-irmandade,
micro-ondas,
micro-ônibus,
micro-orgânico

Obs : esta regra foi alterada por conta da regra anterior: prefixo termina com vogal + palavra inicia com vogal diferente = não tem hífen; prefixo termina com vogal + palavra inicia com mesma vogal = com hífen

Obs 2: uma exceção é o prefixo "co". Mesmo se a outra palavra inicia-se com a vogal "o", **NÃO** utiliza-se hífen.

Nova Regra

Não usamos mais hífen em compostos que, pelo uso, perdeu-se a noção de composição

Regra Antiga

manda-chuva,
para-quedas,
para-quedista,
para-lama,
para-brisa,
para-choque,
para-vento

Como Será

mandachuva,
paraquedas,
paraquedista,
paralama,
parabrisa,
para-choque,
paravento

Obs : o uso do hífen permanece em palavras compostas que não contêm elemento de ligação e constitui unidade sintagmática e semântica, mantendo o acento próprio, bem como naquelas que designam espécies botânicas e zoológicas: ano-luz, azul-escuro, médico-cirurgião, conta-gotas, guarda-chuva, segunda-feira, tenente-coronel, beija-flor, couve-flor, erva-doce, mal-me-quer, bem-te-vi etc.

Observações Gerais

O uso do hífen permanece

Em palavras formadas por prefixos "ex", "vice", "soto"

Em palavras formadas por prefixos "circum" e "pan" + palavras iniciadas em vogal, M ou N

Em palavras formadas com prefixos "pré", "pró" e "pós" + palavras que tem significado próprio

Em palavras formadas pelas palavras "além", "aquém", "recém", "sem"

Exemplos

ex-marido, vice-presidente, soto-mestre

pan-americano, circum-navegação

pré-natal, pró-desarmamento, pós-graduação

além-mar, além-fronteiras, aquém-oceano, recém-nascidos, recém-casados, sem-número, sem-teto

Não existe mais hífen

Em locuções de qualquer tipo (substantivas, adjetivas, pronominais, verbais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais)

Exemplos

cão de guarda,
fim de semana,
café com leite,
pão de mel,
sala de jantar,
cartão de visita,
cor de vinho,
à vontade,
abaixo de,
acerca de ...

Exceções

água-de-colônia,
arco-da-velha,
cor-de-rosa,
mais-que-perfeito,
pé-de-meia,
ao-deus-dará,
à queima-roupa

NOVO CORRETOR ORTOGRÁFICO, saiu dia 17 de Fevereiro de 2009 o corretor ortográfico Flip7 de acordo com o nova ortografia.

http://www.priberam.pt/distribuidores_revendedores.aspx ou <http://www.flip.pt/Produtos/FLiP7/Pre%C3%A7os/tabid/211/Default.aspx>

FLiP 7 - Preços

Preços recomendados de venda ao público (em Portugal)				
Licenças	Valor sem IVA		Valor com IVA à taxa de 20%	
	Normal	Actualização	Normal	Actualização
Licença Unitária ²	58,30 €	40,81 €	69,96 €	48,97 €
5 computadores	233,00 €	163,00 €	279,60 €	195,60 €

Notas:

1. **Preços:** Os preços acima indicados são fornecidos a título meramente indicativo. A Priberam não tem qualquer controlo sobre os preços realmente praticados nos pontos de venda, podendo verificar-se diferenças, por vezes significativas, face aos preços apresentados. Tendo em conta as despesas de exportação e importação, bem como impostos e/ou taxas específicos de mercado, os preços praticados noutros países poderão ser significativamente diferentes dos aqui indicados.

2. **Licença Unitária:** Destinada ao licenciamento de um computador, esta licença pode ser utilizada em condições especiais para o mercado individual, familiar e estudantil:

a) Para uma utilização individual e não simultânea, permite a instalação do FLiP 7 num máximo de 2 (dois) computadores, nas condições previstas no ponto 2.3.1 da secção III – Termos e Condições Específicos do [Contrato de Licença](#);

b) Para Estudantes e Famílias, permite a instalação do FLiP 7, num máximo de 3 (três) computadores, nas condições previstas no ponto 2.3.2 da secção III – Termos e Condições Específicos do [Contrato de Licença](#).

3. **Versão de Actualização (upgrade):** As licenças de actualização do FLiP 7, destinam-se aos detentores de licenças de FLiP 5 ou de FLiP 6. Antes de adquirir uma licença de actualização (*upgrade*) verifique as condições de utilização no [Contrato de Licença](#). Contacte a Priberam (info@priberam.pt) para o esclarecimento de qualquer dúvida.

a) Para instalar a versão de actualização é necessário indicar o número de série do FLiP 5 ou do FLiP 6;

b) Licenças Unitárias: as versões de actualização das licenças unitárias estão disponíveis unicamente por *download*;

c) Multilicenças: as versões de actualização das multilicenças, estão disponíveis por *download* ou em caixa (CD).

4. **Multilicenças para qualquer número de computadores:** Estão disponíveis multilicenças para o licenciamento de qualquer número de computadores. Para números de computadores que não constem da tabela acima, por favor contacte o seu revendedor ou a Priberam.

5. **Licenças para a Educação:** Estão disponíveis licenças para a educação, em condições especiais, para instituições que licenciem o FLiP 7 para 10 (dez) ou mais computadores. Estas licenças destinam-se a instituições de ensino básico, secundário ou superior portuguesas ou equivalentes estrangeiras, e entidades formadoras devidamente licenciadas e certificadas para o efeito (nas condições definidas no ponto 7 da secção III – Termos e Condições Específicos do [Contrato de Licença](#)).

6. **Aumento de número de licenças:** Se já tem uma ou mais licenças de FLiP 7, pode adquirir novas licenças FLiP 7 em condições especiais. Contacte a Priberam para saber qual a solução mais vantajosa para o seu caso específico. Pode adquirir o FLiP 7 nas livrarias, lojas de informática e grandes superfícies. Se preferir, encomende o FLiP 7 através da Internet no [SectorZero](#) ou na [Wook](#).



Historial de notícias a favor e contra o Acordo

[Descarregue-o aqui](#) ou em <http://www.flip.pt/AcordoOrtográfico/TextodoAcordo/tabid/511/Default.aspx>

1. *Brasileiros começam a adoptar normas do novo acordo*

Os resultados do inquérito valem o que valem e são meramente indicativos de uma tendência, mas a pergunta "Você já começou a escrever com as novas regras?" tinha registado já, até ontem, cerca de sete mil respostas, três dias após o início da consulta. A maioria dos leitores da Folha (3.174 votos às 14 horas de Lisboa) parecem, a avaliar por esta amostra, disponíveis para, mais tarde ou mais cedo, adoptarem as regras do Acordo Ortográfico. A resposta com mais votos (2.767 votos) é, ainda assim, a escolhida por aqueles que afirmam que vão ignorar as novas regras, representando quarenta por cento dos que participaram no inquérito. O Brasil, recorde-se, tornou-se, no dia 1, o primeiro país lusófono a adoptar o Acordo Ortográfico, que ali apenas altera, em traços gerais, as regras da acentuação e o uso do hífen. No ensino público, as regras só começarão a ser implementadas em 2010. As novas normas foram já adoptadas pela maioria dos grandes jornais brasileiros ("A Folha de S. Paulo" é um dos jornais com maior tiragem do mundo) e por algumas instituições públicas. O jornal associou-se mesmo ao lançamento do livro "Escrevendo pela nova ortografia", editado pelo conceituado Instituto Antônio Houaiss, responsável por aquele que é tido como um dos mais completos dicionários de língua portuguesa. A forma definitiva de algumas das palavras alteradas pelo acordo só deverá, porém, ser fixada pelo novo glossário da Academia Brasileira de Letras, que será publicado no próximo mês. ▲

2. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deverá ter mais 110 milhões habitantes em 2050 do que actualmente, passando para cerca de 357 milhões de pessoas*

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deverá ter mais 110 milhões habitantes em 2050 do que actualmente, passando para cerca de 357 milhões de pessoas, estima a ONU num relatório apresentado esta quarta-feira em Lisboa, noticia a agência Lusa. Os dados do estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) significam um crescimento da população de cerca de 44 por cento nos Estados da CPLP, que em 2050 concentrará quase 4,0 por cento do total da população mundial (estimativa de 9,1 mil milhões de pessoas). O relatório do UNFPA, que traça o retrato da população mundial, não apresenta dados relativos a São Tomé e Príncipe, cuja população actual está estimada em cerca de 206 mil pessoas. Dos sete países da CPLP abrangidos, todos registarão um crescimento populacional até 2050, à [excepção de Portugal](#), que perderá habitantes, estimando a ONU que passe dos actuais 10,7 milhões para 10 milhões de pessoas. Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste verão as suas populações crescer mais do dobro. Segundo as estimativas da ONU, Angola passará de 17,5 para 44,6 milhões de habitantes, a Guiné-Bissau de 1,7 para 5,3 milhões e Timor-Leste de 1,2 para 3,5 milhões. Em 2050, segundo o relatório, Moçambique terá 39,1 milhões de habitantes, em vez dos actuais 21,8 milhões, e Cabo Verde deverá atingir um milhão de habitantes, quase o dobro dos actuais 540 mil. O Brasil, o país mais populoso da CPLP, passará dos actuais 194,2 milhões de habitantes para 254,1 milhões. O relatório aponta ainda em 2008 a existência de populações maioritariamente urbanas em Angola (57 por cento), Cabo Verde (60 por cento), Portugal (59 por cento) e Brasil (86 por cento).

3. *31 OUTº 2008.*

SOL 31 out 2008

Acordo ortográfico avança

Portugal quer **concertar entrada em vigor** na cimeira da CPLP

Margarida Davim

margarida.davim@sol.pt

O MINISTRO da Cultura, António Pinto Ribeiro, quer avançar com a aplicação do novo Acordo Ortográfico (AO) nos documentos oficiais já em Janeiro de 2009. Esta intenção vai, de resto, ao encontro do que foi anunciado em Setembro pelo Presidente brasileiro Lula da Silva.

Esta semana, na IX Cimeira Luso-Brasileira, os acordos firmados por Lula e José Sócrates seguiram já as novas regras de escrita. Mas, ao que o SOL apurou junto de fontes governamentais portuguesas, «ainda não é certo que o *Diário da República*, por exemplo, siga a nova ortografia já no início de 2009».

Fonte oficial do Ministério da Cultura remete, de resto, a discussão para a cimeira da CPLP agendada para 14 de Novembro em Lisboa. É então que Portugal vai tentar «es-



Sócrates e Lula já assinaram documentos com a nova ortografia

tabelecer um consenso» para uma data de entrada em vigor conjunta e que se vai criar uma comissão para «uniformização do léxico técnico-científico» nos países de Língua Portuguesa.

Vasco Graça Moura – que lidera uma petição com mais de 96 mil assinaturas contra o Acordo – recorda que a nova ortografia ainda não foi aprovada em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O que vai

levar, no seu entender, «à criação de um fosso ortográfico entre os países».

Mas os problemas não ficam por aqui. Rui Beja, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), diz que as editoras foram deixadas de fora. E alerta para as diferenças que o AO não resolve: «No domínio da sintaxe, da semântica e do vocabulário».

Também Paulo Feytor Pin-

to, da Associação de Professores de Português (APP), se queixa de não ter sido ouvido. «Perante o silêncio [do Ministério da Educação], concluímos que o AO nunca entrará na escola antes de 1 de Setembro de 2009», diz o docente, preocupado com a perspectiva de haver mudanças a meio do ano lectivo. Mais: para Feytor Pinto, o ideal seria que a entrada em vigor se desse apenas em 2010, ano em que «entrarão em vigor programas ajustados ou revistos na disciplina de Português».

Enquanto em Portugal os professores se queixam da «ausência de um rumo claro», no Brasil a questão parece resolvida. O Ministério da Educação brasileiro explicou ao SOL que o processo de substituição dos manuais escolares começa em 2009, adiantando que está a ser produzida «uma cartilha para os professores com dicas para o ensino das novas regras».

4. 31 Out.º 2008 Acordo ortográfico: “Falta informação para o público em geral”

Investigadora da UA lembra que o Acordo Ortográfico “diz respeito a todas as pessoas que precisam de falar e escrever em língua portuguesa” José Sócrates anunciou na passada terça-feira, no Brasil, que, a partir de 2009, os dois países passarão a publicar os seus diários oficiais em conformidade com o novo acordo ortográfico, ainda que o acordo só entre oficialmente em vigor em 2012. Ao mesmo tempo, os protocolos firmados no âmbito da IX Cimeira Luso-Brasileira foram já redigidos de acordo com as novas normas. “É importante e demonstra que já estamos a escrever da mesma maneira”, disse, citado pelo jornal Público. Por cá, todo o processo que envolve o acordo ortográfico “está a ter uma certa dificuldade em chegar a público”. Quem o diz é Cristina Sá, docente e investigadora na área da Didáctica na Universidade de Aveiro (UA). A docente acredita que “falta informação para o público em geral”. E se por um lado “é compreensível, porque ainda não está em vigor”, por outro lado Cristina Sá defende que a questão deve ser debatida de forma pública, já que “diz respeito a todas as pessoas que precisam de falar e, sobretudo, de escrever em língua portuguesa”. Cristina Sá, que pertence ao Programa de Formação Contínua de Formação de Professores de Português e é uma das coordenadoras do Laboratório de Investigação em Ensino de Português, vê “pontos negativos e positivos” neste acordo ortográfico. Considera importante acompanhar a evolução da língua, até porque, recorda, “o anterior acordo já existe há muitos anos”. “Lembro-me que se deixou de colocar acentos nos advérbios de modo”. O lado negativo é, para a investigadora, o facto do acordo suprimir “algumas distinções que eram importantes vão ser suprimidas. Há palavras em que a ortografia conduzia à distinção e vai deixar de o fazer, como fato e facto”, exemplifica. Ou seja, há elementos “importantes para o nosso português que vão desaparecer”. Cristina Sá acredita também que “algumas regras relativamente ao uso do hífen que vão ser difíceis de compreender”.

Aproximação ao Brasil?

Cristina Sá concorda que passará a haver uma menor distinção entre o português falado em Portugal e o português falado no Brasil. "Mas não estou convencida de que este acordo seja uma aproximação ao português do Brasil, porque isso passaria por outras questões que não só a ortografia. O português do Brasil e de Portugal são diferentes não só pela ortografia, mas também pelas palavras e o seu sentido e conotação social, e nada disto é atingido pelo acordo", salienta. Acredita que na origem desta homogeneização não estão "as telenovelas, como alguns pensam". "São questões de ordem estratégica, política e social que estão a suscitar um grande debate em torno da questão da língua", defende. Mesmo assim, a docente considera que, mais do que uma aproximação ao português do Brasil, o acordo ortográfico pretende o "afastamento da nossa ortografia da etimologia das palavras. Foi o que aconteceu em anteriores acordos, como quando o 'ph' foi substituído pelo 'f'", diz, lembrando que há línguas, como o inglês e o francês, em que se lê "f" mas se continua a escrever com "ph". "Penso que terá a ver mais com aproximar a língua do seu lado fonético", conclui. Soraia Amaro

5. IN Expresso Das Nove O português da modernidade 31 de Outubro de 2008 Manuel Leal, Consultor em Psicologia - Clínica de Educação EUA

"No idioma reflectem-se a capacidade de adaptação planetária e ambiental do grupo e a sua habilidade de sobrevivência. Por isso as línguas também se podem observar em termos de processos darwinianos. "A energia, a vivacidade e adaptabilidade da língua portuguesa no Brasil tem a ver com o fenómeno cultural que se define como "personalidade modal". A língua de um povo não é apenas veículo de comunicação, mas mesmo um Rorschach nacional. É, simultaneamente, registo conceptual e pragmático em que se espelha o percurso histórico da sua gente e a sua evolução na jornada da modernidade. No idioma reflectem-se a capacidade de adaptação planetária e ambiental do grupo e a sua habilidade de sobrevivência. Por isso as línguas também se podem observar em termos de processos darwinianos. Como as espécies que se perderam pelos caminhos da extinção, a linguagem projecta o futuro dos povos que neles se exprimem. As línguas artificialmente tesas, arrogantes, impassíveis como estátuas revelam características conservadoras **e imóveis, paranóicas e narcisistas** dos seus falantes. Por outro lado, os idiomas irrequietos, activos na busca de significado e expressão simultaneamente abstracta e precisa possuem alegria, um charme persuasivo e mesmo sedutor. O inglês como o falam os americanos ultrapassou a rigidez militar dos comandos anglo-saxónicos. Transformou-se no linguajar de um povo cheio de iniciativa, modificador do percurso do pensamento social e científico à escala planetária e da expressão de uma liberdade que lhe deu o lugar cimento na literatura, na arte, na ciência, na economia. Diz I love you (amo-te) e kiss me please (beija-me por favor) com afecto e doçura. Assim é o português brasileiro, inaugurando vocábulos na rua para a gente se compreender sem a rigidez da aristocracia burocrática da academia e o etnocentrismo da assembleia política. Cria verbos sonoros, elegantes e práticos, petulantes por vezes, onde os substantivos antes saíam à rua, sós, nas frases longas, desnecessariamente longas e complexas, morosas. Uma sintaxe sujeita às regras confinantes e não raro desnecessárias de normas sociais e elitistas. Esse português vivo, estimulante, retrata a alegria de viver, a pujança no trabalho e na modernidade, o Brasil potência-mundial que possui a coragem e ousadia de terçar ideias com outros povos, de expandir e dar significado cultural e económico, artístico e científico, à concepção da modernidade. O português de Portugal recorda os galeões dolentes que deixaram nas praias orientais o pranto inconsolável, o papiá-cristão, abandonado, de populações marcadas nos traços fenotípicos e híbridos e nos genes resilientes dos mercadores de gente engolida pelo horizonte. Fala na TV como um soldado de chumbo, hirtos como o cabelo banhado na brilhantina antiga. Conversa com maneirismos complexados, autoritário na interacção social e mesmo na comunicação governamental. Sua Excelência o Português é pretérito lacrimoso na voz embargada, plangente, do fado vítima do machismo, da exploração sexual e económica da mulher. Em contra partida, o português do Brasil dança na rua. É cara risonha, engenheiro apressado, vaqueiro de camião gigante *made in Brazil*. Está na letra do samba bambolean e atrevido, descomplicado. Expressa ritmo crioulo na música com seu falar sem hierarquia que o Você submergiu. Fala de amor e ternura no abraço de fenótipos na génese que os portugueses antigos criaram nos trópicos de Gilberto Freyre. É escrita de comércio possante, código fonológico e popular no jornal e voz cadente na rádio divulgando a notícia. Usa-o a moça desempoeirada, igualzinha ao homem que antes a escravizou, nocauteante num bikini moreno em praia morna onde o machismo está acabando. Roma morreu e o latim se enterrou nas igrejas. Fecham-no na clausura de pedras veneráveis e anciãs de monumentos guardando ecos côncavos nas abóbadas imperiais e distantes. Como as pirâmides dos faraós, em que cada eco subterrâneo parece enclavinar à terra, desesperadamente, o desejo de todos os tempos no universo geracional de se ultrapassar a barreira misteriosa da eternidade para além da morte. O português vai sobreviver, ainda que humilhado na Europa, reduzido à subserviência política e económica ao alemão e ao francês, ao inglês de sua majestade britânica. Vai perdurar, sim-senhora, nas chancelarias mundiais e nas universidades dominantes com sotaque brasileiro. Será língua dominante no comércio, de diplomacia, de estudo e difusão cultural e científica - graças ao Brasil. No acordo ortográfico acerca do qual em Portugal se resmungou entre os dentes, paulatinamente, se o país deveria ou não aceitar, no desfecho dialéctico imperou a noção pensada da realidade. Na decisão política manifestou-se uma compreensão actualizada, decerto atenta ao resultado lógico dos processos de adaptação com que se conceptualiza o futuro no contexto do interesse nacional no embate nem sempre claro de forças globais. Será de benefício actual e sobretudo futuro visualizar os povos falantes do português nos termos em que o Brasil se vê lusiada ou "filho de Portugal". Para que em décadas ainda vindouras se possa comunicar em português entre povos em cujo seio se identificam na História os actores da epopeia portuguesa num sentido social. E se edifique e fortaleça pelo Mundo um bloco de países irmanados por vínculos rijos que o modo de expressão comum cimenta, cada um com um léxico próprio ocasionado pelas peculiaridades específicas da cultura e composto numa ortografia universal. (Uma outra versão deste artigo foi previamente publicada em 2007).

6. Português deve ser língua global, defende Sócrates

"O património mais importante que temos é a língua, temos obrigação de o defender e só o podemos fazer em conjunto", disse o primeiro-ministro português no final da cerimónia de assinatura de um dos acordos firmados em Salvador, durante a cimeira luso-brasileira. Portugal e o

Brasil têm muito a fazer para dar uma nova justiça à globalização que o mundo vive e um dos objectivos é que no quadro das telecomunicações globais haja um espaço para o português, afirmou ontem (madrugada em Lisboa) em Salvador, Bahia, o primeiro-ministro português. "O património mais importante que temos é a língua, temos obrigação de o defender e só o podemos fazer em conjunto", disse José Sócrates no final da cerimónia de assinatura do acordo entre a PT Inovação, o Governo da Bahia e a Universidade Estadual da Bahia para a concretização do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Software de Salvador, o segundo centro deste tipo que a PTI cria no Brasil. "Este gesto da PT", acrescentou, "honra a agenda de Portugal e do Brasil, uma agenda com os olhos no futuro mas que honra a sua História. Este investimento da PT veio para ficar, porque veio do mais fundo de nós. E o mais fundo de nós é a língua", disse, sublinhando esperar "que o português possa ser uma língua universal". Na cimeira luso-brasileira foram concretizados mais três acordos empresariais. A Galp assinou dois memorandos de entendimento, um com a Petrobrás e o Estado da Bahia, para estudar a viabilidade da implantação do projecto de produção de óleo vegetal, utilizando as culturas do dendê e do girassol; e outro só com a Petrobrás para que a Galp actue como operadora em blocos localizados em águas rasas nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo (e não só no onshore, como até aqui). A EDP está também a ultimar um protocolo de parceria com a Petrobrás para estudo e possível desenvolvimento conjunto de duas centrais a gás natural, projectos hídricos e projectos eólicos e de biomassa. A construtora Casais e o grupo brasileiro EGESA também assinaram um memorando de entendimento visando a participação em negócios de concessões de rodovias, estações de tratamento de águas, obras públicas e privadas, parcerias público privadas nos mercados do Brasil e restantes países da América Latina. Por sua vez, a ADIRA e a SORG - Indústria de Comércio de Máquinas, Lda. assinaram um acordo de intenções sobre um investimento conjunto numa unidade industrial em Limeira, São Paulo. Trata-se de um projecto para fabrico e comercialização de máquinas ferramentas para corte e enformação de chapa, destinada ao mercado da América do Sul, com transferência de tecnologia do produto e do processo a partir da ADIRA. O investimento inicial é de 5 milhões de euros e a facturação prevista de 20 milhões, dando emprego a 50 pessoas. A Dão Sul, através da Vinibrasil, empresa criada em 2002, tem em marcha um plano de investimentos de cerca de 10 milhões de euros para aumento da produção e criação de um enoturismo. O grupo português conta com uma área de 200 hectares de vinhas no Estado de Pernambuco, de um total de 1.600 hectares e ganhou recentemente o título de melhor vinho do Brasil. Para fazer face à expansão da produção, a Vinibrasil vai criar uma distribuidora de vinhos para todo o território brasileiro, denominada Winebrands, em associação com um empresário brasileiro e outro húngaro. Finalmente, a Youtsu, 'joint venture' entre a JP Sá Couto e a Prológica, assinou dois acordos, um com a brasileira Ogeda Computer para a distribuição do computador Magalhães no Brasil, e outro com a brasileira Visum Sistemas Electrónicos para parcerias na comercialização do Magalhães. Nicolau Santos, no Brasil, Quarta-feira, 29 de Out de 2008

7. Moçambique só deve aprovar acordo em 2009

21-10-2008 14:37:25 *Por José Sousa Dias, da Agência Lusa* Lisboa, 21 out (Lusa) - Moçambique está "trabalhando a todo o gás" para ratificar o acordo ortográfico da língua portuguesa, mas isso só deve acontecer em 2009, disse à Agência Lusa o ministro moçambicano das Relações Exteriores, Oldemiro Balói. Numa entrevista em Lisboa, onde se encontra em visita oficial, Balói reconheceu "alguns atrasos" em relação ao tema, mas que não prejudicam o empenho das autoridades de Maputo. "Para Moçambique, a língua portuguesa é um fator vital, é a língua de unidade nacional, que é o bem mais caro que temos", afirmou. Balói disse que, sendo o português "uma garantia da unidade nacional", deve ser tratado "com muito carinho". O chefe da diplomacia moçambicana citou que a ratificação do acordo não acontecerá antes do final deste ano, enfatizando que a questão tem de ser ainda alvo de um "amplo debate nacional". Oldemiro Balói, que está em Lisboa a convite do chanceler português, Luís Amado, reafirmou a "excelência" do atual nível de cooperação bilateral, citando as áreas já consolidadas em Saúde, Defesa e Administração Interna.

8. Brasil vai ser o primeiro país a aplicar acordo ortográfico 30.09.2008, Nuno Amaral, Rio de Janeiro

Cerimónia coincidiu com centenário da morte do escritor Machado de Assis. O Presidente Lula da Silva elogiou o acordo como "um factor de coesão". O Brasil será o primeiro país da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) a adoptar oficialmente o acordo ortográfico, já a partir do ano que vem. O Presidente brasileiro, Lula da Silva, assinou ontem à tarde, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, o decreto que estabelece o cronograma de implantação da reforma no país. As novas regras vão entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009 nos documentos oficiais e nas circulares das instituições públicas. Na comunidade escolar, as duas normas serão utilizadas simultaneamente nos exames académicos, provas de acesso ao ensino superior e concursos públicos até 2012, já que a partir de 2013 passa a ser obrigatória. O acordo ortográfico afecta apenas 0,5 por cento do vocabulário do Brasil e quase dois por cento em Portugal. Na cerimónia da assinatura do decreto, que decorreu em paralelo com o evento que assinalou o centenário da morte do escritor brasileiro Machado de Assis, um dos maiores clássicos da literatura do Brasil, Lula da Silva frisou que a comunidade lusófona vivia "um dia histórico". "Hoje é um dia tão marcante para a nossa linda literatura, para a nossa língua. Estamos a dar um incentivo à divulgação do Português e à coesão dos países que falam esta língua", sublinhou o Presidente do Brasil. O fim do trema, a supressão de consoantes mudas, as novas regras para a utilização do hífen, a inclusão das letras w, k e y no alfabeto, além de novas regras de acentuação, são algumas das alterações introduzidas pelo novo acordo. A expectativa de Lula da Silva é de que a reforma ortográfica - assinada em 1990 pelos países da CPLP e ratificada pelo Brasil em 1995 - alargue a cooperação entre os países de língua portuguesa ao estabelecer uma grafia oficial única do idioma. Para o Presidente brasileiro, a medida também deve facilitar o intercâmbio cultural e científico entre os países-membros da CPLP. Wikipédia muda. Esta promulgação do acordo ortográfico pelo Governo brasileiro levou a Wikipédia, uma enciclopédia de consulta livre pela Internet, a adoptar as novas regras já a partir de Janeiro de 2009. A principal intenção é reduzir as diferenças entre os dois países, disse à agência Lusa Manuel de Sousa, relações públicas da Wikipédia lusófona. "Reduzir as diferenças ortográficas entre Portugal e o Brasil é uma forma de trazer mais paz à Wikipédia e concentrar mais esforços nos aspectos que de facto são mais importantes, como a elaboração de mais artigos, a melhoria dos artigos existentes e não essas questões formais", sublinhou. A implementação das novas regras será feita em duas fases. "A partir de 1 de Outubro, as normas do acordo

ortográfico passam a ser aceites. A partir de 1 de Janeiro do próximo ano, as normas do acordo ortográfico de 1990 passam a ser preferenciais em todas as páginas oficiais da Wikipédia em Língua Portuguesa passam a ser escritas", explicou Manuel de Sousa.

9. *Português na 63ª Assembleia-Geral das Nações Unidas*

As intervenções de abertura e o debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas foram feitas em português uma vez que a Presidência Portuguesa da CPLP assegurou a tradução simultânea para as seis línguas oficiais das Nações Unidas. Esta iniciativa enquadra-se no conjunto de acções acordadas na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, com vista à promoção do Português como "língua global". Fonte: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=316&PID=304>

10. *23 setembro 2008: A partir de 1 de outubro: Wikipédia adere ao Acordo Ortográfico*

O início do próximo mês de outubro marca o arranque do uso do Acordo Ortográfico de 1990 na Wikipédia de língua portuguesa (<http://pt.wikipedia.org>). A decisão foi discutida internamente pela comunidade, tendo-se aprovado uma moção que propõe a admissão, desde já, da nova ortografia, a par das atualmente existentes. Sendo um projeto transnacional que conta com colaboradores lusófonos dos quatro cantos do mundo, a Wikipédia de língua portuguesa tem sido palco de intermináveis discussões entre portugueses e brasileiros a propósito das diferenças gráficas (e não só) existentes entre os dois países. Os defensores da adoção do Acordo Ortográfico na Wikipédia advogam que a generalização do uso das novas regras irá minimizar estes conflitos internos, contribuindo para o aumento da eficácia do grupo em termos da geração de novos artigos e da melhoria dos existentes. No entanto, tal como no resto das sociedades portuguesa e brasileira, também na Wikipédia há setores que, por variadas razões, se opõem ao Acordo Ortográfico e ao seu uso. Há, também, muita ignorância sobre as alterações reais que a nova grafia irá implicar. Para auxiliar os wikipedistas (neologismo que significa editor da Wikipédia) neste processo de mudança foi criada uma página de ajuda intitulada "Como usar o Acordo Ortográfico". Foi a sucessão de medidas por parte dos governos português e brasileiro e da própria sociedade civil (edição de novos dicionários e prontuários) com vista à adoção do Acordo Ortográfico, que levou um grupo de perto de 40 wikipedistas a juntarem-se no passado mês de maio para começar a debater a posição que a Wikipédia deveria tomar sobre o assunto. Para além de fazer um levantamento das alterações a empreender, o grupo analisou também as experiências similares havidas noutras Wikipédias cujos idiomas também passaram recentemente por reformas ortográficas, designadamente as de línguas alemã, francesa e neerlandesa. A proposta agora aprovada pela Wikipédia, ao fim de um mês de discussão alargada, para além de passar a incluir o Acordo Ortográfico de 1990 no rol de grafias admitidas, prevê também uma progressiva ascensão das novas normas num futuro próximo. Assim, a partir de 1 de janeiro de 2009, o Acordo Ortográfico passará a ser a forma "preferencial" de escrever na Wikipédia de língua portuguesa, a usar em todas as páginas oficiais da Wikipédia (menus, políticas, recomendações, guias de ajuda, glossários, etc.), bem como na página principal e nos títulos de todos os artigos. Será, no entanto, mantida a liberdade de cada utilizador continuar a utilizar as normas ortográficas antigas, se preferir. Isto será assim, pelo menos, até daqui a um ano, quando o assunto voltará a ser objeto de discussão para se decidir os passos seguintes a dar. A Wikipédia é uma enciclopédia "online" multilíngue escrita, de forma voluntária, por largos milhares de pessoas em todo o mundo. Intitula-se "A enciclopédia livre" porque qualquer artigo desta obra pode ser livremente transcrito ou alterado. A Wikipédia foi originalmente criada em língua inglesa, em janeiro de 2001, e hoje conta com mais de 2.500.000 artigos nessa língua. Presentemente existem versões da Wikipédia em mais de 250 línguas. A versão em português foi das primeiras a ser criada, logo em maio de 2001, sendo atualmente a sétima mais extensa, contando com perto de 450 mil artigos. A questão ortográfica foi, desde o primeiro momento, um tema controverso na Wikipédia lusófona. Até agora eram oficialmente aceites, em pé de igualdade, tanto a escrita portuguesa (resultante do Acordo Ortográfico de 1945), como a brasileira (estabelecida pelo Formulário Ortográfico de 1943). No entanto, esse "modus operandi" tem sido frequentemente questionado, levando alguns wikipedistas portugueses e brasileiros mais exaltados a reclamar a secessão da Wikipédia em dois projetos independentes (um brasileiro e outro português). Até ao momento, tais reivindicações nunca sortiram efeitos práticos, talvez porque também existe uma só Wikipédia em inglês, ou em espanhol, ou em francês, ou em árabe, independentemente da quantidade de países que falam essas línguas e das variantes que cada uma dela também comporta. O tempo dirá se o uso de uma forma de escrita unificada irá contribuir para a tão almejada pacificação interna e para uma maior preponderância da lusofonia no contexto das Wikipédias.

11. *16 Agosto 2008 Onze Teses contra os inimigos do Acordo por Fernando dos Santos Neves Artigo do presidente do conselho geral do Grupo Lusófona e reitor da Universidade Lusófona do Porto, Fernando Santos Neves, publicado no "Jornal de Letras" 14 de Agosto de 2008.*

1. Onze Teses... inspiram-se no célebre manuscrito de Karl Marx, simplesmente intitulado Ad Feuerbach, em que a preposição latina Ad significa «Contra» e em que Marx estigmatizou os conceitos e preconceitos daquele filósofo alemão, como aqui se pretendem estigmatizar os conceitos e preconceitos de todos aqueles que, consciente ou inconscientemente, continuam a fazer suas as, por opostas razões, também célebres palavras do luso ditador «orgulhosamente só». Aliás, como é sabido, das 11 teses de Marx contra Feuerbach foi a 11.ª, de todas a mais breve, que se tornaria também de todas a mais famosa: «Até agora os filósofos têm interpretado o mundo de diversas maneiras, mas o que verdadeiramente importa é transformá-lo!»

2. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa quer ser isso mesmo e nada mais: um acordo sobre a ortografia e não um acordo sobre o vocabulário, a sintaxe, a pronúncia, a literatura e tudo o resto (que é, indubitavelmente, o mais importante) que constitui uma língua viva e, ainda por cima, uma língua universal como a Língua Portuguesa potencialmente falada em todos os continentes por várias centenas de milhões de seres humanos.

3. Para satisfação dos antiacordistas deverá mesmo dizer-se que, do ponto de vista técnico-linguístico, o proposto Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa padece de muitos defeitos e carece de muitos aperfeiçoamentos, sendo que até não será um exagero afirmar que a sua principal virtude é a de existir (à semelhança, por exemplo, das democracias portuguesa, brasileira, etc., que, imperfeitíssimas embora, é bem melhor que existam do que o seu contrário).

4. E, já agora, e como a subjacente acusação dos antiacordistas é a de que o Acordo Ortográfico constitui um verdadeiro acto de traição a Portugal (o que não deixa de fazer lembrar velhas acusações e despertar velhos fantasmas...), bastaria um mínimo de lucidez para entender que é, precisamente, o Acordo Ortográfico que permitirá a continuação da existência da "Língua Portuguesa" no Brasil, etc., a qual, sem ele, inevitavelmente se tornará, a breve trecho, a "Língua Brasileira", como de algum modo principiaria a ser o caso. Sem nenhuma tragédia, aliás, para a Humanidade mas, suponho, com algum legítimo sofrimento para todos os Portugueses.

5. Além das motivações "patrioteiras", como se vê sem qualquer fundamento, há também as motivações "interesseiras" dos Editores e Livreiros Portugueses, e que só são devidas à curteza de vistas que o nosso crónico e anacrónico analfabetismo global ainda continua a alimentar e de que as actuais "Feiras do Livro" de Lisboa e Porto constituem ilustríssimo documento, não tendo surtido grande efeito o pequeno ensaio por mim publicado há já dois anos e que tinha por título: "As velhas feiras do livro português estão mortas, vivam as feiras do livro lusófono!" ("Público", 10 Junho 2006)

6. Na verdade, muito mais do que questão «técnico-linguística», o Acordo Ortográfico é uma «questão político-estratégica» e só os referidos "patrioteiros" e "interesseiros" é que ainda não entenderam isso nem também entenderam que, «conosco ou sem-nosco», como humoristicamente se tem dito e escrito, em virtude da globalização contemporânea e da emergência do Brasil como grande potência (já ouviram falar do BRIC, iniciais de Brasil, Rússia, Índia, China..., a que eu gostaria de ver acrescentada também a inicial "A" de Angola...?), será inevitável a existência de um Acordo Ortográfico (por enquanto, com alguma magnanimidade dos outros parceiros) "da Língua Portuguesa".

7. A já denominada «ressaca colonialista» do velho Portugal é, sem dúvida, uma das razões, por vezes inconsciente, da oposição de muitos ao Acordo Ortográfico, que não se dão conta do que isso tem de anacrónico e de ultrapassado. Quando entenderão isso tanto os velhos colonialistas de antanho como os anticolonialistas de sempre?

8. Outro factor igualmente ultrapassado e anacrónico é o que também já foi designado de «síndrome salazarista de Badajoz», para aludir ao facto de Salazar nunca ter ido, simbolicamente, além daquela cidade fronteiriça e que, também simbolicamente, traduz a estreiteza das suas vistas e visões (suas, dele e suas, de todos estes retardatários históricos)

9. É por tudo isto que a questão do Acordo Ortográfico não pode deixar de estar ligada à questão da Lusofonia, entendida ela também não só nem sobretudo como «questão linguística», mas sim como «questão político-estratégica» e que, nos últimos anos, depois de aparentemente ter conseguido introduzir o vocábulo nos dicionários da Língua Portuguesa, tenho procurado estender a outros níveis, nomeadamente pela recorrente formulação da seguinte "Tese": «Mais que projecto ou 'questão cultural' e até 'linguístico-literária', a Lusofonia é um projecto ou uma "questão de estratégia comum de Desenvolvimento Humano Sustentável e de Espaço Geopolítico Próprio no globalizado mundo contemporâneo. O que também é válido para a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que deveria adoptar o nome mais cairológico e menos restritivo de "Comunidade Lusófona"».

10. Que, ao menos, não se chame a qualquer Manifesto contra o Acordo Ortográfico um Manifesto em defesa da Língua Portuguesa, porque não haverá maneira mais eficaz de acabar com esta, independentemente, claro, das boas intenções de muitos dos ditos "manifestistas", aos quais, não sem alguma maldade, já foi aplicada a sentença evangélica: «Perdoai-lhes porque não sabem o que fazem!»

11. Até aqui já se disse, escreveu e continua a dizer-se e a escrever quase tudo e o seu contrário sobre e contra o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; o que importa, agora, é [após a sua ratificação e promulgação] efectivamente começar a praticá-lo. À falta de uma verdadeira "Academia Lusófona da Língua Portuguesa" (finalmente proposta na XIV Semana Sociológica, realizada no Porto, a 07, 08 e 09 de Abril 2008), esperemos que o Governo da Nação e toda a sociedade portuguesa não venham a ser condenados por falta de compárência a este apelo e desafio da história. 16/08/2008 Sobre o Autor: presidente do conselho geral do Grupo Lusófona e reitor da Universidade Lusófona do Porto

12. 21 julho 2008- 13:00:00 Cavaco Silva promulgou Acordo Ortográfico

O Segundo Protocolo do Acordo Ortográfico, cuja ratificação era essencial para a entrada em vigor do acordo, foi aprovado no Parlamento a 16 de Maio com os votos favoráveis do PS, PSD, Bloco de Esquerda e sete deputados do CDS. Três deputados do PSD, Henrique Freitas, Regina bastos e Zita Seabra - que invocou "conflito de interesses" por ser editora - além de Matilde Sousa Franco, do PS, abandonaram o hemiciclo antes da votação. O acordo contou com a abstenção das bancadas do PCP, PEV e dos deputados Paulo Portas, José Paulo Carvalho e Abel Baptista (CDS-PP). Contra votaram Manuel Alegre, PS, Nuno Melo e António Carlos Monteiro (CDS) e a deputada não inscrita Luísa Mesquita (ex-PCP). Paulo Portas e o deputado João Oliveira anunciaram declarações de voto. O protocolo, assinado na V Cimeira de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé e Príncipe, abre a possibilidade de adesão da República Democrática de Timor-Leste, que à data do Acordo (1990) ainda não era um Estado soberano. Além de Portugal, ratificaram o Acordo Ortográfico Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

13. 20 Julho08 Brasil quer cooperação com Portugal para difundir o idioma

Por Carla Mendes, da Agência Lusa

Brasília, 17 jul (Lusa) - O assessor especial do Ministério da Educação, Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, defendeu uma cooperação maior entre Brasil e Portugal para a difusão da língua portuguesa no mundo, cuja influência, na sua opinião, não corresponde ao número de falantes. "Brasil e Portugal têm que cooperar mais para que a língua portuguesa se expanda", defendeu. O governo português aprovou na quarta-feira uma

nova estratégia para a promoção e divulgação da língua portuguesa no mundo, com destaque para a criação de um fundo que terá verba inicial de 30 milhões de euros, mas estará aberto à contribuição de outros países. A língua portuguesa é o tema da 7ª reunião de cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se realiza em 24 e 25 de julho, em Lisboa, e é uma das prioridades do mandato de Portugal à frente da organização, nos próximos dois anos. Ribeiro de Xavier defendeu à Agência Lusa a cooperação e o intercâmbio entre brasileiros e portugueses nas entidades de difusão cultural e do idioma, como no Instituto Camões e no futuro Instituto Machado de Assis (IMA), que o Brasil pretende criar. A ideia de criar o Instituto Machado de Assis remonta à década de 1980. O órgão teria como objetivo formular e coordenar as políticas para a língua portuguesa no Brasil e no mundo em quatro eixos: difusão e ensino, documentação, pesquisa e políticas. De acordo com Ribeiro de Xavier, existem ainda algumas dificuldades a serem superadas, mas a criação do IMA acontecerá em breve. Na avaliação do assessor do ministro Fernando Haddad, o momento actual é propício para a intensificação de ações para difundir o português. "Amadureceu a fruta. O momento atual, após todas as ratificações do acordo ortográfico por Portugal, é uma grande oportunidade para que os oito países da CPLP possam se firmar", declarou. Xavier disse que a cooperação entre Brasil e Portugal no ensino do idioma nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e no Timor Leste sempre foi dificultada pelo fato de o acordo não ter entrado em vigor. Segundo o assessor, o Brasil já tem intensificado a alfabetização de crianças em idade escolar, promovido campanhas de educação de jovens e adultos e encorajado empreendedores e editores para maior circulação da literatura dos países lusófonos dentro da CPLP. Com o Timor Leste, a cooperação do Brasil, iniciada ainda no governo Fernando Henrique, manteve-se na administração de Lula e o programa que mantém 50 professores brasileiros formando docentes timorenses foi prorrogado até 2010. Em relação aos PALOP, a parceria foi reforçada no governo atual, com iniciativas como a promoção de cursos de formação técnica, programas de alfabetização de jovens e adultos e a ajuda do Brasil para a criação de uma universidade pública em Cabo Verde. "Não se associavam projetos de Brasil e Portugal, porque cada um tocava a sua seara. E eu acredito que [com o acordo] a cooperação entre os dois países vai aumentar. A alfabetização e a profissionalização vão crescer muito na África", afirmou Xavier. "Podemos utilizar, por exemplo, a grande rede de educação à distância que Portugal já disponibiliza para a África e que o Brasil não tem", acrescentou. Carlos Alberto Xavier defendeu ainda que Brasil e Portugal devem "acertar de uma vez por todas as arestas" em relação à equivalência de títulos e diplomas de língua portuguesa. "Portugal já avançou muito nesse sentido com o Instituto Camões. Já o Brasil, oferece para o ensino do português no estrangeiro apenas dois certificados do CELPE-Bras [Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros] e está muito aquém do que deve ser. Deveríamos ter vários níveis, como em Portugal", afirmou. Na sua opinião, diplomatas brasileiros e portugueses devem entrar em campo agora para "tirar da gaveta" uma série de acordos e entendimentos que estão guardados. Os projetos incluem a criação de uma comissão de equivalência de diplomas e de comissões interuniversitárias para intercâmbio de professores e alunos do ensino superior, além de um convênio entre o Instituto Camões e o Departamento Cultural do Itamaraty. Outro ponto importante na difusão do português destacado por Xavier é a adoção do idioma por organismos internacionais, o que será facilitado pela existência de uma grafia comum da língua portuguesa. "Este será um grande trunfo para o português circular mais no mundo", sublinhou o assessor especial do ministro, apostando também em um maior intercâmbio entre os países lusófonos em outros campos da cultura, como na música, no cinema e nas artes plásticas. Carlos Alberto Xavier citou ainda Antônio Houaiss - professor, diplomata, filólogo, lexicógrafo e ensaísta brasileiro -, que dizia que, para povos como os índios do Brasil e comunidades tradicionais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, "a língua portuguesa é uma necessidade absoluta". "É preciso que a língua portuguesa seja o veículo para a transmissão dessas identidades e dessas culturas", disse o assessor de ministro da Educação. "O mar só é grande porque teve a sabedoria de se colocar um nível abaixo de todos os rios e, assim, recebe água de todos eles. O mar da língua portuguesa deve levar, portanto, todas essas identidades e culturas sem desqualificá-las e sem homogeneizá-las", concluiu.

14. Resultados de Simpósio Lusofônico 2008 Mesa Redonda sobre o Novo Acordo Ortográfico

O Simpósio Lusofônico 2008, realizado nos dias 14 e 15 de abril de 2008 no IMPARH, situado na Avenida João Pessoa, nº 5.609, em Fortaleza, CE, Brasil, promoveu uma Mesa Redonda com a participação do Senhor Cônsul Honorário de Portugal em Fortaleza, Dr. Francisco Neto Brandão e a presença dos professores Myrson Lima (coordenador) Professor da UECE e do Cefet, Dra. Hannelore F. Nadölny, licenciada e mestra em Línguas e Literatura pela Universidade Clássica de Lisboa, Prof. Francino Camelo, Professor de Língua Latina da Universidade Estadual do Ceará e a Profa. De Língua Portuguesa, Hélia Feijó de Sá Benevides, do Plantão Gramatical, serviço mantido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, com a presença no auditório em torno de cinquenta pessoas, em que se encontravam professores, estudantes e interessados no estudo e na divulgação da Língua Portuguesa, tendo como tema o Novo Acordo Ortográfico de 1990. Inicialmente, foi lido o resultado de uma pesquisa junto aos participantes das sessões anteriores do Simpósio Lusofônico 2008, na qual foram formuladas duas perguntas:

1) Você está a par do Acordo Ortográfico entre os países lusofônicos?

2) Se sua resposta foi SIM, você acha que o Acordo facilitará o uso da Língua Portuguesa?

O resultado foi o seguinte, das 63 respostas, 42 responderam SIM à primeira pergunta e 21 NÃO.

Quanto à segunda pergunta 30 responderam SIM e 13 NÃO. Alguns se omitiram quanto ao segundo item. O Coordenador da Mesa, Prof. Myrson Lima, leu uma breve notícia acerca do Acordo Ortográfico a fim de que todos os presentes pudessem depois pronunciar-se durante os debates. Da Mesa Redonda, pôde-se concluir que:

a) Diante do fato consumado, agora com a notícia do consentimento recente do Conselho de Ministros de Portugal no último mês de março e próximo debate e provável aprovação no parlamento português, não houve críticas acerca da necessidade do Acordo, sua menor ou maior abrangência e dos problemas que poderão advir para a comunidade lusofônica com as modificações a serem postas em prática;

- b) Lamentou-se a pouca divulgação do Novo Acordo Ortográfico e verificou-se em consequência disso a necessidade de uma maior divulgação das mudanças da parte dos órgãos oficiais e das próprias universidades, que deveriam promover mais debates entre professores e alunos diante da nova realidade;
- c) Viu-se, no sistema unificado ortográfico, introduzido com o Acordo de 1990, uma grande oportunidade de uma aproximação e intercâmbio mais forte entre o Brasil e Portugal, uma maior integração com os países e comunidades lusofônicas espalhadas na África e na Ásia e uma afirmação da comunidade lusófona perante o mundo
- d) Sugeriu-se a criação do Dia da Lusofonia a fim de que esses laços sejam cada vez mais fortes e o intercâmbio entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se faça de forma mais constante e sistemática;
- e) Decidiu-se elaborar o presente documento em que deverá constar a assinatura dos participantes a fim de encaminhá-lo aos órgãos oficiais dos países lusofônicos, bem como às embaixadas, às academias e às associações interessadas no prestígio e na divulgação da Língua Portuguesa.

Fortaleza, 15 de abril de 2008. ass. Cristina Maria de Almeida Couto., Coordenadora e idealizadora do evento.

15. 13 julho 08 Informativo-Notícia 2008-07-14 16:10:00 Governo anuncia plano para promover português no estrangeiro

O reitor da Universidade Aberta, Carlos Reis, considerou que Portugal devia analisar o exemplo de outros países, nomeadamente de Espanha, para elaborar a sua política de internacionalização da língua portuguesa. "Portugal tem de ver as outras boas práticas, nomeadamente o excelente exemplo que é o do Instituto Cervantes", disse o reitor, quando falava sobre as principais conclusões de um estudo encomendado pelo Governo, que apresenta nos próximos dias a nova política para a promoção de divulgação da língua portuguesa. Carlos Reis foi convidado pelos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação para elaborar um estudo sobre a língua portuguesa, que apresentou ao Governo há cerca de três semanas. De acordo com o reitor da Universidade Aberta, o Instituto Cervantes é um organismo para o qual tem de se olhar "em termos de orgânica, de filosofia, de articulação com o poder político e de utilização de mecanismos simbólicos de valorização da língua". Afirmando que Portugal já está a trabalhar para a internacionalização da língua portuguesa, o reitor destacou a criação de um fundo para a língua portuguesa no estrangeiro, a refundação do Instituto Camões (IC) e a concentração neste instituto de todo o ensino da língua no estrangeiro como medidas "muito positivas".

16. Poder da língua

Carlos Reis voltou a frisar que o número de falantes de português no mundo "não é proporcional à efectiva importância internacional" da língua portuguesa. "Se a questão fosse apenas dessa ordem, o português seria incomparavelmente mais importante internacionalmente do que o francês ou o alemão ou italiano", afirmou o reitor, acrescentando que não o é "porque alguns dos países onde se fala português são países que vivem graves problemas de desenvolvimento e afirmação internacional". "Quando isso for superado, a situação do português muda", garantiu, afirmando que o "poder da língua só se manifesta efectivamente quando essa língua é uma língua de poder". Carlos Reis iniciou o estudo sobre a língua portuguesa em Fevereiro, tendo como base documentos sobre o ensino de português no estrangeiro, da Assembleia da República, da Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento e da Fundação Calouste Gulbenkian. Além do Instituto Camões e do Conselho das Comunidades Portuguesas, o reitor da Universidade Aberta contactou também com alguns coordenadores do ensino de português no estrangeiro, nomeadamente na Suíça, Reino Unido, Espanha e África do Sul, considerando estes testemunhos como dos mais importantes para se aperceber desta realidade. O plano para a promoção e divulgação da língua portuguesa vai ser também apresentado na próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos próximos dias 24 e 25, em Lisboa, considerada uma das prioridades da presidência portuguesa da organização nos próximos dois anos. ▲

17. 8 julho 2008 Assis Brasil apoia

Chamo-me Antônio Carlos de Assis Brasil, nasci e resido no Brasil. Nasci em 1940, época em que mudou a "ortographia" para "ortografia". Mesmo que nossos sotaques lusófonos sejam diferentes, falamos a mesma língua. Os idiomas dos países de fala portuguesa são idênticos. As construções, às vezes, são diferentes, como no uso verbos no gerúndio e no infinitivo. É a mesma língua, tanto quando dizemos "eu estou falando" como quando dizemos "eu estou a falar". Essas construções diferentes e o uso de sinónimos (trem-comboio, ônibus-autocarro, bonde-elétrico etc.) enriquecem o idioma. Vejo programas de televisão portugueses e me delicio com o cuidado com o idioma, mostrado pelas construções gramaticalmente precisas, mesmo na linguagem coloquial das novelas. Vejo, também, apresentadores africanos com diferentes sotaques da nossa língua. Já assisti a programas feitos nos Açores, minha origem familiar. Aprendo gírias e a musicalidade das distintas falas. Penso: que delícia! Sempre é o mesmo idioma, a minha língua pátria, o português. A língua original se enriquece continuamente com neologismos, como "machamba" vindo da África, e com simplificações, como o cancelamento de consoantes mudas e acentuação desnecessária. Quando envelhecemos, temos mais dificuldade em aceitar mudanças. Gostamos de contar como as coisas eram no "nosso tempo". Nos esquecemos que o nosso tempo é o hoje. O tempo que dizíamos ser o "nosso tempo" é um tempo passado, que já se foi. Se não fosse a coragem dos portugueses e brasileiros da primeira metade do século passado, ainda teríamos a escrita etimológica, como "amnistia", "matto", "photographia", eucharistia. Reconheço a sabedoria e a credibilidade de todos os que trabalham na reforma ortográfica de nossa belíssima língua portuguesa. Se o lado mais velho do meu espírito contesta alguma simplificação, o lado racional dele bate palmas. Respeitando o grande e notório saber dos nossos filólogos, curvo-me ao que decidirem. Teremos, em fim, uma única língua gráfica, mais simples. Desaparecerão as versões portuguesa e brasileira de textos da ONU, assim como de livros. A unificação da ortografia é um sonho meu que se realizará. Parabéns aos mestres que começaram a realizar esse sonho de todos os lusófonos.

18. 8 julho 2008 Assinei o abaixo-assinado a favor da rápida implementação do Acordo Ortográfico www.gopetition.com/online/17740.html porque estou de acordo com o texto abaixo de autoria de Renato Epifânio. Porque é o Acordo Ortográfico tão impopular?

1. Não me surpreende o relativo sucesso da petição lançada contra o Acordo Ortográfico. Já afirmei publicamente que, se o Acordo fosse sujeito a referendo, o resultado seria um expressivo não. Digo-o apesar de ser um apoiante do Acordo, e (o segundo) subscritor da petição lançada pelo MIL: Movimento Internacional Lusófono, em prol de uma mais rápida implementação do mesmo. Mas as coisas são como são: as razões para apoiar este Acordo derivam sobretudo de uma "visão estratégica" que procura promover a maior unidade possível da Lusofonia. Ora, a maior parte das pessoas é pouco sensível a essa "visão estratégica", preocupando-se apenas com a "língua portuguesa" em particular – não com a Lusofonia como um todo. E por isso são indiferentes ao facto, totalmente absurdo, de, actualmente, nos fóruns internacionais, como na ONU, os documentos terem que ser traduzidos para "duas línguas": "a portuguesa" e "a brasileira".

2. Decerto, muitos daqueles que estão contra o Acordo Ortográfico, a começar pelo insigne poeta Vasco Graça Moura, amam, de facto, a língua portuguesa. Não é, pois, esse, o ponto. O ponto é que o Acordo não tem a ver apenas com a língua portuguesa mas com a Lusofonia, na sua acepção mais vasta. Ou seja, não apenas portuguesa. Em 1911, Portugal, com a reforma ortográfica que fez, cindiu, unilateralmente, a unidade da língua. Daí decorreu um afastamento cada vez maior entre o "português" e o "brasileiro". Com este Acordo, há uma real possibilidade de reunificação – não é a perfeita, mas é a possível (obviamente, um prato recolado nunca fica tão perfeito como um prato não partido).

3. É óbvio que, como bradam muitos dos opositores ao Acordo, este configura uma "violência" sobre a língua portuguesa e que não há razões endógenas para o fazer. A língua, por si só, não o pede. Por isso, todo o debate sobre o Acordo centrado em razões linguísticas está condenado ao fracasso. Ainda que o espantinho do abastardamento da etimologia seja apenas isso, um espantinho: apenas para dar três exemplos, de acordo com a etimologia, "erva" deveria escrever-se "herva"; "contrato" deveria ser grafado "contracto" e "prático" deveria ser "práctico". Se os opositores do Acordo insistem neste argumento, deviam pois propor o regresso à "orthographia" utilizada antes de 1911.

4. Há também aqueles que estão contra o Acordo porque acham que ele não vai suficientemente longe. Não tenhamos ilusões: se este Acordo naufragar, não haverá, no espaço de 20 anos, nenhuma outra proposta de Acordo. E aí já será tarde: nessa altura, já **todos os outros países lusófonos adoptarão a grafia brasileira**.

5. Finalmente, há uma razão ainda mais prosaica para a maior parte das pessoas estar relutante em relação ao Acordo: quando este for finalmente implementado, as pessoas vão ter que "reciclar" o seu modo de escrever. Ora, isso dá trabalho. É muito mais "convicente" defender que tudo deve ficar na mesma... Renato Epifânio, Direcção da NOVA ÁGUA, MIL: Movimento Internacional Lusófono B.I.: 10259938 (31/10/2005) tel.: 967044286 Morada: Avenida Almirante Gago Coutinho, 55, 2º D, 1700-027 Lisboa


19. 08 julho 2008 rafael fraga explica porque está contra [Sobre o Acordo ortográfico e a Lusofonia](#)

Vi-me perante a decisão de assinar uma petição requerendo a rápida implementação do acordo ortográfico, num contexto de defesa da Lusofonia. Assim, resolvi apressar uma reflexão que vinha fazendo sobre o assunto, do que resultou a minha actual opinião, que agora partilho. Desconheço, em profundidade os argumentos das facções "pro" e "anti" acordo ortográfico. O debate que tenho acompanhado baseia-se, quase exclusivamente, em questões linguísticas e, dentro destas, nas de grafia. Ora, como sabemos, a construção linguística apenas começa na grafia, mas depende muito mais de outros parâmetros como os de sintaxe ou gramaticais para a prossecução do seu principal objectivo - a comunicação. A grafia, como o nome indica, reflecte-se na forma - menos no conteúdo; para um cego, qual o real impacto do (des)acordo ortográfico? Será assim tão relevante? Por outro lado, o desejo de simplificação e normalização linguísticas, independentemente do custo emocional das cedências, implica uma desvinculação a aspectos etimológicos porventura importantes. Muitas palavras conservam características próprias desde a sua raiz greco-latina, reflectem-na, ampliam-na, e a simplificação ocorre como processo natural de uma língua viva. Acho salutar, para uma profunda compreensão da etimologia e significados, bem como o seu potencial enquanto ferramenta de expressão, conservar-se essa raiz - muitas vezes perdida pela supressão de consoantes mudas. Assim, sob o ponto de vista da grafia, sou um acérrimo defensor do "português luso", que considero mais elegante, escorreito e eficaz; por outro lado, sou um admirador incondicional dos grandes escritores brasileiros, nomeadamente do séc. XX, que demonstram como é possível escrever bem em português, independentemente da "pronúncia" brasileira do discurso. A diversidade de "pronúncias", enquanto expressão intelectual de vivências e maneiras de organizar o pensamento, é o que de mais salutar pode, quanto a mim, existir... Os povos lusófonos vivem cultural e geograficamente demasiado distantes para que, mesmo com as actuais tecnologias de comunicação, os esforços de normalização sejam capazes de surtir efeitos a longo prazo: qual o "prazo de validade" de um actual acordo? Se, por exemplo, daqui a 50 anos Angola, por exemplo, for uma potência literária e intelectual (na perspectiva de infra-estruturas de ensino, etc.) comparável ao Brasil, far-se-ão novos acordos, agora mais adaptados a eventuais novas grafias? Duas das maiores potências mundiais, Estados Unidos e Grã-Bretanha, falam Inglês diferente. Qualquer um dos seus mercados é maior do que Portugal alguma vez será - e o Inglês é, cada vez mais, a linguagem universal - Será relevante ou até possível pensar numa normalização? Haverá reais vantagens nesse dispêndio de energias e fundos? A Língua Portuguesa deixou de ser dos Portugueses quando dela fizeram uso para efectivar a conquista de novos povos e territórios. A normalização é impossível dentro do próprio país, se não graficamente, mas no profundo significado que cada palavra e expressão tem. Para mim, a Lusofonia é um conjunto de pessoas que partilham e se revêem em aspectos intimamente ligados à cultura portuguesa e a alguns valores a ela intrínsecos; desses, a língua é apenas um ponto de partida - importante, mas não essencial. Não bastará falar português para integrar a "Lusofonia", enquanto congregadora cultural, elo de união universal e, no seu íntimo, indefinível. A minha opinião é que Portugal conserve a sua Língua e a dignifique; que a ensine melhor, que a

promova, que conquiste novos mercados económicos e culturais porque é realmente bela, infinitamente potente enquanto veículo comunicacional. O português, enquanto língua viva, é diferente, sempre, porque a mutação é constante - porém, lenta; assim, só nos apercebemos de forma relevante dessas diferenças a intervalos de tempo razoáveis, de digamos, uma, duas gerações. Aí, será tempo de reflectir, distinguir evolução de deturpação quando possível, intervir "oficialmente" se estritamente necessário. As cedências gráficas parecem-me redundantes - tanto há a fazer para aproximar os povos, tanto património cultural e intelectual a preservar, a compreender, tantas diferenças e injustiças a atenuar. Será que o povo brasileiro está preocupado com a grafia da língua? E o de Timor-Leste? E o português? Não será essa a razão pela qual o debate passa ao lado da maioria das pessoas, que é quem verdadeiramente faz a língua existir? Perdoem-me o excesso, mas como se pode falar de acordo ortográfico como factor essencial da Lusofonia, se a grande maioria dos nossos irmãos africanos vive abaixo do limiar da pobreza, se em Timor a guerra continua, não nas parangonas dos jornais mas no seio das populações? No Brasil há mais de 50 Milhões de pobres, e destes, metade vive em pobreza extrema! Isto, no país que ocupa o 9º lugar mundial a nível de desenvolvimento, e em que bastava 5% do rendimento bruto para erradicar a pobreza! Para não falar de Portugal...Custa-me falar de "ótimo" ou "ótimo" nestes casos; porque estamos tão longe do aceitável. Não conseguimos travar os processos locais de evolução linguística - que causarão sempre uma deturpação do original. Mas talvez consigamos, saindo das cátedras da teorização, universalizar o respeito pela vida e pela natureza, os direitos do homem, a fraternidade, a transmissão de ideias e culturas, cruzamento de saberes e, sobretudo, da igualdade. Assim, talvez possamos implementar a verdadeira Lusofonia.

Publicada por Rafael Fraga em [3:30 PM](#)

20. **27 junho 2008 ANGOLA PREPARA RATIFICAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO** *Especialistas angolanos de vários sectores vão analisar aspectos ligados à ratificação por Angola do Acordo Ortográfico num encontro que decorrerá em Luanda, em Julho, promovido pelo Ministério da Educação.*

Denominado "Oficina de Trabalho", a iniciativa vai reunir linguistas, sociolinguísticos, metodólogos do ensino da língua portuguesa, sociólogos, editores, juristas, informáticos e economistas, com vista a analisarem questões técnicas ligadas à ratificação do Acordo. A coordenadora da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Paula Henrique, disse à Agência Lusa que os resultados da reunião serão submetidos ao Ministério da Educação, que por sua vez os entregará ao Conselho de Ministros, para análise e aprovação. A ser aprovada a proposta de lei pelo Conselho de Ministros, cabe a Assembleia Nacional a ratificação do acordo. "Está previsto que a reunião tenha lugar na penúltima semana de Julho e pretendemos neste encontro obter a previsão técnica e financeira para a ratificação do acordo", disse Paula Henriques, acrescentando que o resultado pode contribuir para a definição da "urgência ou não" da ratificação do documento. Segundo Paula Henriques, o Acordo Ortográfico entrará logo em vigor após a sua ratificação, e por isso, a necessidade deste encontro para a recolha de opiniões de especialistas. "Assim que for ratificado pretendemos pôr em prática a lei. Não queremos que haja um espaço grande entre a ratificação e a sua implementação". Para a coordenadora, a ratificação do documento é sinónimo de um trabalho longo e árduo, o que obriga a tomada de cautela para o seu êxito. "Para Angola ratificar o acordo é necessário que pessoas entendidas possam pronunciar-se para se tomar uma posição em função da informação técnica, científica e metodológica sobre o assunto". O Acordo Ortográfico foi assinado a 16 de Dezembro de 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe mas não podia entrar em vigor por não ter sido ratificado por todos os países. A partir desta data, o assunto "caiu no esquecimento", voltando agora à actualidade e com necessidade de nova análise por parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2002, na cimeira da CPLP de Brasília, foi aprovada uma alteração aos estatutos que permite a entrada em vigor de qualquer acordo desde que seja ratificado por pelo menos três países, passando a vigorar nesses Estados-membros. Até agora, somente Brasil, Cabo Verde e Santo Tomé aprovaram o acordo e o Protocolo Modificativo ao Acordo. Em Portugal, a Assembleia da República aprovou o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico a 16 de Maio deste ano. A Semana Online. Publicada por Alder Pinoca em [21:53 0 comentários](#) [Hiperligações para esta mensagem](#)  Etiquetas: [Angola](#), [CPLP](#) <http://opiniao-lusofona.blogspot.com/search/label/Angola>

21. **14 jun 08 jornal do Brasil Tudo como dantes, quartel-general de Abrantes?** *(Sergio de Carvalho Pachá, lexicógrafo - chefe da Academia Brasileira de Letras)*

Sou favorável à unificação dos sistemas ortográficos do Brasil e de Portugal. Mas sou desfavorável a que se façam as coisas pela metade ou a que se mude uma coisa boa em outra pior. Dou-lhe exemplos de um e outro caso. Uma das mais notórias falhas do sistema ortográfico de 1943, ainda hoje vigente no Brasil, com as modificações nele introduzidas em 1971, diz respeito às regras que governam o uso do hífen. Em matéria de arbitrariedade e incoerência, acredite, elas são verdadeiramente imbatíveis. Assim, sempre que um vocábulo com h inicial é precedido pelos prefixos ante-, anti-, arqui-, auto-, contra-, ex-, extra-, hiper-, infra-, intra-, neo-, pan-, pós-, pré-, pro-, proto-, pseudo-, semi-, sobre-, sota-, soto-, super-, ultra-, vice e vizo-, o hífen é de rigor: ante-hipótese, anti-herói, arqui-hiperbólico, auto-hipnose, contra-habitual, ex-heroinômano, extra-hospitalar, hiper-hidrose, infra-hiódico, intra-hepático, neo-hipocrático, pan-helénico, pós-hipofisário, pré-hominídeo, pró-homem, proto-história, pseudo-hérnia, semi-hebdomadário, sobre-humano, super-herói, ultra-hipérbole. Se, porém, o prefixo for a- ou sua variante an-, des-, in- e sub-, deve-se eliminar o agê etimológico inicial e adjungir o prefixo à vogal que se lhe segue: teremos, assim, aistórico ao lado de anti-histórico, anepático ao lado de supra-hepático, desumano, inumano e subumano ao lado de extra-humano, pré-humano e sobre-humano. Há alguma lógica nisto? Nenhuma.

Anti-histórico e aistórico

Ora bem: que fazem as novas regras ortográficas prestes a serem impostas aos países de língua portuguesa que aceitaram e promulgaram o tal acordo? Consertam o disparate clamoroso que manda escrever anti-histórico e aistórico, sobre-humano e subumano, supra-hepático e anepático? De modo algum. Fica tudo como dantes, quartel-general em Abrantes. Por outro lado, a lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, que, em boa hora, suprimiu o acento circunflexo diferencial do e e do o fechado das palavras homógrafas de outras cujo e ou o tónico fossem abertos (escrevia-se, por exemplo, dêle, para ninguém confundir este pronome com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo delir, dele, e tôda, porque em algum lugar do mundo existe um pássaro fissirrostro chamado toda, com o aberto), teve o bom senso de deixar intocada a regra que prescrevia se assinalasse com acento agudo a sílaba tónica dos vocábulos que tivessem homógrafos átonos. Por esta razão grafamos pára, do verbo parar, a fim de distingui-lo da preposição para, que é átona; péla, substantivo feminino e terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo pelar, a fim de distingui-lo de pela, que vem a ser a contração da antiga preposição per com a forma arcaica do artigo definido feminino, la, contração esta que é átona.

"Ele pára para ouvir melhor"

Estes acentos são úteis, por distinguírem visualmente realidades auditivas diferentes, ou seja, os vocábulos com tonicidade própria dos vocábulos sem tonicidade alguma (e daí o serem chamados átonos), que se apóiam na palavra que se lhes segue na cadeia sonora da frase, com ela constituindo um único vocábulo fonológico: numa frase como "Ele pára para ouvir melhor" ocorrem apenas quatro acentos, a saber, na primeira sílaba de Ele, na primeira sílaba de pára, na última sílaba de par(a)ouvir e na última de melhor. Esta é uma das regras de acentuação úteis e, portanto, defensáveis, que o novo acordo ortográfico decidiu abolir. Mas, incoerente que é, mantém o acento circunflexo sobre o o do verbo pôr, não vá alguém confundi-lo com a preposição por, que é átona. E durma-se com este barulho. Poderia dar-lhe outros exemplos de alterações iminentes que reputo danosas à ortoépia, que é a reta pronúncia das palavras do idioma. Mas julgo que os exemplos acima já ilustram suficientemente o que vem por aí. E, se mudar por mudar é frivolidade que nada justifica, mudar para piorar é simplesmente inadmissível.

A unificação desnecessária

Ainda não tive a oportunidade de debruçar-me detidamente sobre cada uma das novas regras, interrogando-me sobre todas as conseqüências a que poderão levar. Um de meus colegas e amigos, contudo, estudioso do idioma e excelente lexicógrafo, já comentou, em conversa particular, que o novo sistema deixa várias questões importantes por resolver. Suponho que o tempo se encarregará de mostrar o acerto da observação de meu amigo. As mudanças que estão para efetivar-se nada têm que ver com a língua portuguesa, mas única e exclusivamente com a representação escrita da mesma, o que é algo muito diferente. A língua portuguesa não precisa, nem jamais precisou, ser unificada, pela simples razão que sempre foi uma só, sem embargo das diferenças de pronúncia, de ritmo frasal, de escolha vocabular e de construção da frase, fáceis de observar entre as variedades europeia, americana e, já agora, africanas do idioma comum (nada digo da recém-criada República de Timor, no sudeste asiático, porque, segundo me consta, embora seja o português a língua oficial da nova nação, é insignificante o número de timorenses que dele se servem). Um sistema ortográfico pode mudar repentinamente, por lei ou por decreto, e, por vezes, isto ocorre de forma radical: no final da década de 1920, a Turquia substituiu seu sistema de escrita, baseado no alfabeto árabe, pelo alfabeto latino.

Por uma língua viva

Já as línguas mudam constantemente, mas de modo geralmente imperceptível à maioria dos falantes. Nos anos que se seguiram à chegada e estabelecimento da família real portuguesa à capital da grande colônia americana, a pouco e pouco os nativos do Rio de Janeiro, que, até então, haviam pronunciado o s, quer final, quer medial, seguido de consoante, como o resto do Brasil, ou seja, como uma consoante lingüodental surda ou sonora, dependendo do ambiente fonético em que se encontrasse, começaram a imitar a fala da Corte e, com isto, a pronunciar o s à lisboeta, ou seja, como uma consoante palatal surda ou sonora, quer em posição final, quer em posição medial, seguida de consoante. E é por isso que, até hoje, os cariocas chamam onde os mineiros, os capixabas, os paulistas, os nordestinos, os paraenses e os gaúchos sibilam. Mas esta mudança não se fez por decreto real, visto que rei algum teria o poder de promovê-la. Fez-se espontaneamente e, ao que é provável, despercebida à imensa maioria dos falantes. Pois é assim que as línguas mudam: lentamente, em silêncio, sem parar. Jornal do Brasil, 14 jun. 2008.

22. Unificação ortográfica é possível e demonstra maturidade política e linguística 15 junho 2008. Acordo ortográfico é "marco histórico", diz director do Liceu Literário Português

O Acordo Ortográfico é um marco histórico nas relações diplomáticas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), defendeu esta semana no Rio de Janeiro, o director do Liceu Literário Português, Evanildo Bechara. "A unificação ortográfica é perfeitamente possível e demonstra maturidade política e linguística", disse à Lusa o gramático e filólogo brasileiro, realçando a importância da língua portuguesa na unidade transnacional do mundo lusófono. Evanildo Bechara afirmou que o Brasil propõe-se unificar a ortografia e implantar as novas regras nos dicionários e livros num prazo de quatro anos, ou seja, "em 2012 todo mundo no Brasil estará escrevendo com a nova ortografia". Além de considerar a língua portuguesa um veículo de comunicação capaz de integrar os oito países da CPLP e mais de 230 milhões de falantes, Bechara salienta a importância do idioma nas relações -diplomáticas. "É a língua que abre a janela para o intercâmbio, pois torna as relações de convivência mais próximas e confere uma amplitude global", considera. O director do Liceu Literário Português no Rio e também membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa realça que o acordo contribui para ampliar o número de pessoas que queiram aprender a língua portuguesa. "A ideia não é mais ter que escolher entre aprender a forma lusitana ou a brasileira. O objectivo é abolir as diferenças de acentos e simplificar o uso do hífen, por exemplo. Assim, a língua vai difundir-se mais facilmente e de maneira mais uniforme", disse o gramático, também membro da Academia Brasileira de Letras. Por seu lado, Rosalvo do Valle, especialista em história da língua portuguesa e professor do Liceu Literário Português, defende a necessidade de estudar as mudanças linguísticas e as suas evoluções para que se possa entender o português da actualidade. "A língua é o principal elemento de comunicação e de identificação das pessoas, um elo muito forte, um

objecto histórico e cultural. O plano da lusofonia é importante para afirmar a nossa nacionalidade e identidade cultural através da língua", defende Rosalvo. O especialista destaca, no entanto, que não se pode confundir a grafia com a língua, uma vez que o acordo não elimina as variantes regionais com características sociais e culturais de cada falante. "O acordo não vai alterar a língua em nada, as especificidades de cada povo não vão mudar. Isso é apenas um modo útil e prático de tornar mais simples e de maior alcance a divulgação de livros em português. Estou perfeitamente de acordo", argumenta. Apesar de afirmar desconhecer as consequências da aprovação do acordo ortográfico, Rosalvo do Valle defende que a unificação poderá tornar o intercâmbio mais amplo no território lusófono.

23. 7 Junho 2008 O que ainda não ficou claro <http://jbonline.terra.com.br/editorias/ideias/papel/2008/06/07/ideias20080607001.html>

Polêmicas à parte, o acordo está acertado e a fase de implantação, agora, suscita dúvidas. Mas é quase um consenso entre especialistas que as regras ainda não estão de todo claras. Não há qualquer link explicativo no site do Ministério da Educação, da Academia Brasileira de Letras ou da própria Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), que só traz um texto complexo. Valéria Zelik, editora de obras de referência da Positivo (que edita livros didáticos e os dicionários Aurélio) ressaltava dúvidas no texto do acordo. – Uma nova regra fala que os ditongos O e E nas paroxítonas não terão mais acento. Mas aí aparecem alguns casos em que a palavra se encaixa também em outra regra, como destróiers. Se você lê apenas o acordo, automaticamente tira o acento. Só que é paroxítona terminada em R. Estamos acreditando que a regra anterior não se anula. Mas será que essa é a interpretação adequada? – questiona Valéria, que também lamenta a falta de informações oficiais. – A mídia é quem está informando as pessoas. O professor Sergio Nogueira especula a respeito do perigo da generalização: – O brasileiro tem a mania de generalizar, acabou o hífen, acabaram os acentos... Será preciso saber o que muda e o que continua, quais são as regras alteradas. Ortografia, em geral, aprendemos por memória visual, por leitura, e não por decoreba de regrinha. Certamente haverá um choque no que diz respeito àquelas palavras que já estão gravadas na nossa memória. A adaptação nos dará um bom trabalho e levará um tempo razoável. Para o escritor Cristóvão Tezza, no entanto, as mudanças são claras e simples: – Talvez o único capítulo complicado seja o dos hífenes das palavras compostas. Mas essa é uma área que, rigorosamente, nunca ninguém dominou, portanto não fará diferença. Vamos continuar indo ao Houaiss ou ao Aurélio, como sempre, para resolver as dúvidas... Coordenadora dos dicionários Aurélio e viúva do dicionarista, Marina Baird Ferreira lembra que a reforma de 1943, com a introdução do acento diferencial de timbre, trouxe muitos problemas durante o período de implementação. – Lembro-me de que tínhamos de saber que palavras como nele (ê), toda (ô) e aquele (ê) levavam acento circunflexo porque havia nele (é), uma 'antiga moeda francesa', toda (ô), um 'certo pássaro fissirostro' e aquele (é), terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo aquelar. Felizmente, na década de 1970, esse tormento acabou. Quando sair o Vocabulário Ortográfico da ABL com as novas alterações gráficas, prometido para dezembro deste ano, as coisas ficarão mais simples. Receio, porém, que pontos controvertidos do uso do hífen em Portugal e no Brasil ainda tragam dificuldades. Marcus Gasparian, editor da Paz e Terra, acredita que as regras de mudanças ortográficas estão claras, mas não o prazo em que entram em vigor. – No caso da Paz e Terra, que não edita livros didáticos nem dicionários e sim obras de interesse geral, teremos que ir progressivamente reeditando os livros de catálogo, que continuarão apresentando por algum tempo a ortografia atual. Ou seja, com um catálogo de mais de 1.200 títulos, dos quais muitos são frequentemente reeditados, é impossível em dois anos adaptarmos todos à nova ortografia. (J.K. e M.F.)

24. Entre acordos e desacordos Domicio Proença Filho, da Academia Brasileira de Letras

Entra em vigor, em 1º de janeiro de 2009, ao que tudo indica, o novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Pelo menos nos quatro países cujos parlamentos o ratificaram: Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e, recentemente, Portugal. É de supor-se que, em função do protocolo regulador da vigência, a adoção dos novos princípios estenda-se a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste. O objetivo, afinal, é a unificação da escrita em todos os países da comunidade lusófona. Trata-se de mais um capítulo de uma história longe de ser tranqüila. Desde o primeiro texto, datado de 1931, de elaboração conjunta da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, cujas normas são tornadas obrigatórias em todo o Brasil por decreto de Getúlio Vargas, abandonadas em 1934, na esteira do nacionalismo da proposta modernista, restabelecidas em 1938, reformuladas, em 1943, pelos brasileiros e, em 1945, pelos portugueses, com algumas alterações em 1972, e em 1973, respectivamente. Mil novecentos e setenta e cinco marca nova tentativa das duas Academias, com a elaboração de mais um projeto de acordo unificador. Motivos de caráter político impedem a aprovação oficial. Os esforços prosseguem. Em 1986, um encontro na mesma direção reúne, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Antonio Houaiss, representantes dos citados países africanos, que tinham o português como língua oficial. Termina, como o anterior, por não ir adiante. Remobilizam-se em 1989, os países envolvidos. Um novo documento regulador, decorrente, ainda uma vez, da ação das duas academias, a brasileira e a portuguesa, com a participação oficial daqueles países, é formulado em 1990. Na base dos conteúdos, o texto de 1975, na estrutura, o texto de 1986. Resultado: o documento final, elaborado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990, destinado a unificar a grafia de 98% do vocabulário geral da língua. Este o texto com a vigência finalmente aprovada, 18 anos depois de sua elaboração. Configura-se, ainda uma vez e de forma exaustiva, a presença do debate e do caráter polêmico que, historicamente, têm acompanhado o processo. O novo documento regulador privilegia o critério fonético, deixado em segundo plano o critério etimológico. Assim posicionado, leva em conta as diferenças de pronúncia das comunidades envolvidas, em vários casos praticamente intransponíveis. E envolve, em relação aos critérios de 43 e 45, manutenção e mudança. Esta, porém, não tão abrangente como a que caracterizava o texto de 1975. Poderia, sem maiores impasses, ter sido mais radical. Mas configura um avanço. Possibilita ampliação significativa do mercado de livros e periódicos. Abre-se para Portugal, para os países de africanos e para o Timor-Leste o contingente de leitores brasileiros e vice-versa, com a decorrente superação de espaços de mútuo desconhecimento. A edição de livros ganhará maior mobilidade e implicará redução de custos, compensatória do investimento e do tempo destinados à adaptação das obras às novas regras. A língua escrita, em decorrência, passará a contribuir ainda mais para a solidificação de laços e interesses comuns. Dinamiza, na

área diplomática, eliminada a onerosa duplicidade de textos, a elaboração e a troca de documentos. Entre os países da comunidade lusófona e, especialmente, no âmbito dos organismos internacionais de que participam, notadamente na Organização das Nações Unidas. Terá efeitos positivos também no processo de alfabetização em todas as faixas etárias. Contribuirá para o aprimoramento da expressão escrita. O ônus da mudança situa-se na duplicidade de cânones exigida pelo período de adaptação, fixado, no Brasil, em 2 anos e, em Portugal, em 6. A experiência anterior comprova que não costuma exigir tanto. Abriga também, no âmbito lingüístico, a possibilidade de fixação de uma política do idioma que aproxime ainda mais os países da lusofonia. Na direção da preservação da língua comum, respeitadas as normas paritárias nacionais. Trata-se, entretanto, e o histórico dos documentos reguladores o comprova, de matéria complexa. Por força das paixões e dos interesses que envolve. A demora na implantação, a resistência à mudança, os impasses criados o evidenciam. Uma proposta de tal natureza termina por envolver muito mais do que aspectos meramente lingüísticos. Mobiliza dimensões históricas, políticas, ideológicas, econômicas. Ao que parece, no presente caso, em fase de superação, necessária para que se concretize, um acordo efetivamente unificador da ortografia da língua oficial da comunidade lusófona.

25. 3 Junho 2008-06-03 Portugal aprova protocolo e Brasil quer apressar Acordo Ortográfico. Ministro brasileiro apresentará proposta prevendo o início da reforma ortográfica no Brasil a partir de janeiro próximo, com um prazo de transição de três anos. do Mundo Lusíada

O Parlamento português aprovou o segundo protocolo modificativo do Acordo Ortográfico, que permite a entrada em vigor do documento com a ratificação de apenas três países, e abre a possibilidade de adesão do Timor Leste. Recebendo a notícia com satisfação, o ministro brasileiro da Educação, Fernando Haddad, disse que o Brasil quer acertar com Portugal um cronograma de implantação das medidas estabelecidas no acordo. O ministro apresentará a proposta elaborada pela Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP), que prevê o início da reforma no Brasil a partir de janeiro de 2009, com prazo de transição de três anos para total adaptação no país. De acordo com o assessor especial do Ministério de Educação (MEC), Carlos Alberto Xavier, somente a partir de 2012 os alunos do ensino fundamental e médio terão acesso aos livros escolares reformados. "Até janeiro de 2012 todos os vestibulares, concursos públicos e atividades escolares irão aceitar as duas normas para que a população se acostume com as 2 bases do acordo". No Brasil, os livros do Ensino Médio de 2009 não possuem as alterações ortográficas e valerão até 2012. Para as séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), em 2010, será feita nova compra dos livros já com a reforma. Mas os livros para as séries iniciais (de 1ª a 4ª série) permanecem como estão até 2012. Segundo o MEC, as mudanças não seriam positivas para crianças em processo inicial de alfabetização, já que a "convivência com os dois livros poderia confundir". Para crianças de 5 a 8 anos deverá ser um período de transição produtivo.

26. Protocolo aprovado. No dia, 16 de maio, o Parlamento português aprovou o segundo protocolo modificativo. O que esteve em discussão no parlamento não era o conteúdo do acordo, já ratificado em Portugal, mas apenas o protocolo.

"O português é a única das quatro línguas de relações internacionais que não têm um código ortográfico comum", disse a deputada Teresa Portugal, do Partido Socialista (PS). Para Rui Gomes da Silva, do PSD, o acordo é importante como patrimônio e por "facilitar as relações entre os países lusófonos". O Bloco de Esquerda também votou a favor do acordo que, segundo o deputado Luís Fazenda, coloca em questão apenas a uniformização da grafia, e não da sintaxe e do vocabulário. O Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP) deu liberdade de voto à sua bancada. O deputado Mota Soares demonstrou apoio à resolução, defendendo que "a soberania portuguesa não é dona da língua portuguesa", enquanto Nuno Melo afirmou que "a língua não se negocia como o petróleo". Já o Partido Comunista Português (PCP) se absteve, alegando por meio do deputado João Oliveira que a resolução modificativa "não pode ser desligada do conteúdo material do acordo ortográfico". Na apresentação da resolução, o ministro português da Cultura defendeu "a unificação da grafia do português, já que há tendências para se aprofundarem as diferenças" e disse que o acordo vai "facilitar o uso do português por pessoas de graus de erudição diversos" disse José António Pinto Ribeiro. O ministro português está confiante na implementação do novo Acordo Ortográfico e salientou a necessidade de uniformização da grafia como "essencial" à internacionalização da língua portuguesa.

Manifesto contra

Um manifesto online contra o acordo ortográfico, iniciado em 2 de maio, reuniu mais de 33 mil assinaturas, e foi entregue ao presidente da Assembleia da República nesta mesma sexta-feira. Foram entregues também pareceres demonstrando as "fragilidades técnicas, científicas e políticas do acordo" e uma lista de 154 personalidades dos meios acadêmico, cultural e artístico que assinaram a petição. Segundo o texto, a reforma ortográfica tem "inúmeras imprecisões, erros e ambigüidades", classificando a proposta de "mal concebida", "sem critério de rigor", desnecessária e perniciosa. "Lusa" do Mundo Lusíada.

27. 17.05.2008 Para editoras portuguesas, aprovação de acordo era esperada

O movimento dos editores portugueses contra o acordo ortográfico esvaziou. Mesmo os dois deputados e proprietários de editoras que lançaram o manifesto - Vasco Graça Moura e Zita Seabra - não apareceram no plenário para votar contra o acordo e, aproveitando a mudança, esta semana saíram os dois primeiros dicionários portugueses que incluem as modificações previstas. <http://www.sorocaba.com.br/acontece>

**28. 24 DE MAIO DE 2008 - 10h49 Sérgio Rodrigues: o acordo ortográfico é bom para o Brasil
<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=37641>**

As reações assimétricas ao acordo ortográfico da língua portuguesa que têm se observado aqui e em Portugal dizem alguma coisa a respeito do abismo cultural sobre o qual a reforma busca construir sua pinguela. Por Sérgio Rodrigues, no blog *Todoprosa*. Do lado de lá do Atlântico, um abaixo-assinado online contra o acordo — e "em defesa da Língua Portuguesa", naturalmente com ênfase no "Portuguesa" — chegou em duas semanas a 33 mil assinaturas, inclusive de intelectuais de peso. Isso não impediu a matéria de ser aprovada no Parlamento (vale a pena ler os comentários furibundos no site do "Público" — como queríamos demonstrar). Aqui prevalece uma resistência quase sempre silenciosa,



próxima do puro mau humor. Como, por princípio, ninguém gosta quando vem uma autoridade mexer no que é estabelecido e funcional, uma certa rabugice seria de esperar. Curioso é agirmos como se, dando um gelo no assunto, ele fosse desaparecer. Não vai. Hoje parece seguro considerar inevitável a adoção do acordo. Há pouco mais de um mês puxei uma discussão sobre o tema aqui no blog. Volto a ele porque desde então tenho ficado cada vez mais favorável à idéia, que, convém deixar claro, poucos meses atrás eu também combatia. Meus argumentos de então — corretos, mas hoje creio que insuficientes e de curto prazo — giravam em torno de a reforma parida após duas décadas de tensas negociações ser decepcionante, esquisita, tímida por um lado e exagerada por outro. Tudo verdade. Mesmo assim, os benefícios da unificação me parecem falar mais alto. Também observei desde a publicação daquele post que, sob o manto da discussão ausente, o solo fica fértil para mitos e argumentos furados que não sobreviveriam dois segundos em ambiente mais arejado. Alguns deles:

A ortografia não dificulta a leitura, basta ver que Saramago e outros autores são publicados aqui sem alteração nenhuma — Não é a compreensão de textos que o cisma ortográfico compromete, e sim a circulação de livros. Saramago é Saramago, uma das exceções. Obras didáticas e de referência são as mais afetadas. *Os defensores do acordo ortográfico acham que ele vai acabar num passe de mágica com o abismo cultural entre os países de língua portuguesa* — Não conheço ninguém que acredite nisso. No máximo, aposta-se no acordo como um ponto de partida. Aproximação cultural é trabalho para séculos. A bicha continuará sendo fila em Portugal, para ficar num exemplo folclórico. Continuaremos a nos entender e a nos desentender exatamente como hoje. *O Estado não tem o direito de regular a língua que falamos* — Bom, quando se trata de ortografia, tem tido. As atuais também foram instituídas por lei. Eu me divirto com a posição anarco-conservadora de Fernando Pessoa, patrono do *laissez-faire* ortográfico lusoparlante, mas também reconheço que a História passou por cima disso. *O inglês também tem ortografias diferentes* — Falso. O português é a única língua internacional com duas ortografias oficiais. Fruto de velhas picuinhas cartoriais alimentadas por burocratas e beletristas, duas espécies em que Brasil e Portugal sempre foram pródigos, essa duplicidade fica mais constrangedora do que nunca em tempos de globalização, além de dificultar a circulação de obras de papel e online. O que existe em inglês são variantes (*theater/theatre*, por exemplo), algo que também está previsto no acordo do português. No fim das contas, como eu disse a um leitor no debate de um mês atrás, estamos numa encruzilhada. Ou pegamos o caminho do acordo possível e apostamos numa reaproximação entre os falantes de português, acreditando lançar a pequena pedra fundamental de uma — futura, claro — comunidade lusófona; ou escolhemos o outro caminho, o do distanciamento natural que se ampliará por inércia, baseados em argumentos como o de que nós, brasileiros, somos mais numerosos que todos eles juntos e multiplicados por x, e afinal o que temos a ganhar com um bando de povinhos atrasados e uma pequena corte culturalmente decadente, mas orgulhosa, que também não quer se misturar com a gente? Prefiro a primeira opção. Acho que todos os falantes de português têm muito a lucrar com uma única ortografia, não importa qual seja nem o número de variantes que admita. E o Brasil, como o maior falante de português, tem a lucrar mais. O acordo ortográfico é uma vitória da diplomacia brasileira, e desce arranhando na goela lusa mais que na nossa. O que me parece importante notar é que não há certo ou errado aqui. São escolhas.

29. Redação Informativo-Notícia 2008-05-17 15:39:00 Acordo Ortográfico: Ministro brasileiro da Educação quer acertar com Portugal
implantação

O governo brasileiro recebeu com muita satisfação a decisão da Assembleia da República de Portugal de aprovar o segundo protocolo modificativo, que abre caminho para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico em Portugal. "O Acordo Ortográfico simboliza o sentimento de unidade dos países de língua portuguesa e permitirá o aprofundamento da cooperação e integração internacional entre os países membros da CPLP", declarou Haddad. O ministro brasileiro disse, ainda, que quer marcar duas reuniões com a sua homóloga portuguesa, Maria de Lurdes Rodrigues, uma em Lisboa e outra em Brasília, para acertar o cronograma de implantação das medidas estabelecidas no Acordo Ortográfico. Nesse encontro, o ministro apresentará a Portugal a proposta elaborada pela Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP), que prevê o início da reforma ortográfica da língua portuguesa no Brasil já a partir de Janeiro de 2009. Esta proposta prevê um prazo de transição de três anos para que a nova ortografia seja plenamente adotada no Brasil. O ministro informou, também, que já ordenou a Secretaria de Educação Básica a produção de um manual com as medidas do Acordo Ortográfico e instruções para os professores, que será distribuído pela Rede Pública de Educação Básica em todo o Brasil. A Academia Brasileira de Letras recebeu com entusiasmo a decisão da Assembleia da República de Portugal, considerando a aprovação como um "marco histórico". "Inscreve-se, finalmente, a língua portuguesa no rol daquelas que conseguiram beneficiar-se há mais tempo da unificação de seu sistema de grafar, numa demonstração de consciência da política do idioma e de maturidade na defesa, difusão e ilustração da língua da lusofonia", afirmou o presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni. Na opinião do acadêmico Marcos Vilaça, que presidiu a ABL entre 2006-2007 e cuja gestão incentivou a aceleração do processo para a aprovação do Acordo, Portugal acaba de dar "prova de grande maturidade e modernidade". "A simplificação do emprego do idioma vai possibilitar o incremento das relações culturais na comunidade lusófona", destacou.

30. : Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa aprovado nesta manhã em Portugal. SEGUNDO PROTOCOLO MODIFICATIVO DO ACORDO ORTOGRÁFICO APROVADO NESTA MANHÃ Sandra Silva Pinto (Publicado em 16.05.2008)

Proposta do Governo foi aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD e BE. 2014 é a data de entrada em vigor do acordo. Foi debatida e votada na Assembleia da República (AR), esta sexta-feira de manhã, em reunião plenária, a ratificação do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Em debate na AR esteve o conteúdo do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo, redigido e assinado em S. Tomé e Príncipe, em 2004. O protocolo apenas estipula a adesão de Timor-Leste ao Acordo Ortográfico e a entrada em vigor do documento mediante a ratificação de somente três estados. Deste modo, como salientou o ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, "é solicitado à AR a aprovação que determina a entrada em vigor já, salvaguardando o previsto período de adaptação



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

de seis anos, ou apenas esperar mais", uma vez que o acordo já vigora dado que Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe já ratificaram este Segundo Protocolo. Durante a sessão na AR, a proposta do Governo foi aprovada com os votos a favor do Partido Socialista, Partido Social-Democrata, Bloco de Esquerda e de sete deputados do CDS-PP. O Partido Comunista, os Verdes e três deputados do CDS-PP abstiveram-se da votação enquanto outros dois deputados do CDS-PP e um do PS votaram contra. Falta de unificação será "uma machadada na língua" portuguesa. Para introduzir o debate, antes da fase de escrutínio, Pinto Ribeiro salientou que o Acordo Ortográfico resulta de um "esforço de unificação reformadora da língua portuguesa que visa regulamentar o uso desta na cena internacional". "Se não a unificássemos, estávamos a dar uma machadada na língua, mas também na sua universalização", disse, apelando à aprovação do Segundo Protocolo Modificativo. "Somos os pais da língua mas não somos os seus donos", afirmou o deputado democrata-cristão Nuno Melo, numa ideia transversal a toda a discussão parlamentar, tal como a preocupação manifestada de constituir uma comissão para garantir a não delapidação da língua e evitar efeitos negativos no sector editorial e educativo. Portugal tem agora seis anos para se adaptar e adoptar a nova grafia proposta pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. "Tu que tens a mania das Invenções e das Descobertas/ Tu que nunca descobriste que eras bruto/ e que nunca inventastes a maneira de não o seres.../Tu consegues ser cada vez mais besta/ e a este progresso chamas Civilização!" (Almada Negreiros, S Tomé e Príncipe, 1893-1970, em Cena do Ódio, quando expressa seu ódio ao burguês barrigudo cujo ventre esmaga a imaginação)

31. « **Lusofonia em debate »**»

» As falhas que se podem apontar no Acordo Ortográfico, facilmente sanáveis, não devem impedir que a língua escrita portuguesa perca a oportunidade de se inscrever no rol daquelas que conseguiram unificação no seu sistema de grafar as palavras, numa demonstração de consciência da política do idioma e de maturidade na defesa, difusão e ilustração da língua da lusofonia. (retirado de "Considerações em torno do Manifesto -Petição contra o Acordo Ortográfico" Lagoa, S. Miguel, Açores, 8 a 11 de Maio de 2008 Evanildo Cavalcante Bechara, Assinado por João Malaca Casteleiro e outros 34 professores, br.groups.yahoo.com/group/dialogos_lusofonos/message/15164)

32. **16.5.2008. Acordo Ortográfico Votação a favor e sem surpresas Protocolo modificativo aprovado com voto contra de Manuel Alegre. Zita Seabra alega incompatibilidade de interesses. Luísa Meireles 13:59 | Sexta-feira, 16 de Maio de 2008**

Inácio Rosa/Lusa. O ministro da Cultura Pinto Ribeiro declarou-se «muito contente» pela aprovação do acordo na Assembleia da República. Manuel Alegre votou contra o protocolo modificativo do Acordo Ortográfico, mas reservou para depois a apresentação da sua declaração. Na bancada socialista foi o único que o fez, mas Matilde Sousa Franco havia-se ausentado minutos antes do hemiciclo, sem dar justificação. A votação, hoje, do protocolo, que prevê a inclusão de Timor-Leste no âmbito do acordo e estabelece que, no prazo acordado de seis anos, o acordo ortográfico poderá entrar em vigor em todos os países de língua oficial portuguesa desde que três o tenham ratificado (bem como este novo protocolo adicional), decorreu sem surpresas: votos a favor do PS, PSD e BE e sete deputados do CDS; abstenção do PCP e Verdes e três deputados do CDS, entre eles Paulo Portas; contra só votos individuais: para além de Manuel Alegre, a independente (ex-PC) Luísa Mesquita e mais dois deputados do CDS, Nuno Melo e António Carlos Monteiro. Antes, tinham pedido escusa da votação vários deputados, entre eles Zita Seabra, que alegou "incompatibilidade de interesses" e Henrique de Freitas. O CDS foi assim o partido mais 'inquieto', com Nuno Melo a marcar a posição do 'não', porque "este acordo nem era preciso nem resolve coisa alguma" e Mota Soares pelo 'sim', lembrando o apelo de Timor para que "enfim, o ensino de português seja uma realidade" e sublinhando que "se o português é factor da nossa soberania, a soberania portuguesa não é dona da língua". Coerente e em bloco, apenas o Bloco de Esquerda. Luísa Fazenda não teve receio de assumir a "leitura política" deste acordo, cujas consequências "não vão além da grafia". E, "se queremos a afirmação e expansão da língua portuguesa, tem de haver concertação e aproximação de grafias. Daqui a alguns anos, se nada for feito, o modo que se imporá naturalmente será o brasileiro". Portanto - disse - "votar a favor é defender o património". Falando aos jornalistas no final do debate, o ministro da Cultura manifestou-se "muito contente" e rejeitou que o Governo tivesse feito "ouvidos de mercador" ao abaixo-assinado que recolheu mais de 20 mil assinaturas na net. "Não parece ser o momento adequado para levantar esse tipo de problemas. Só tenho pena que nos últimos 17 anos, desde a ratificação do acordo ortográfico, não se tenha falado nem feito muitas diligências", disse Pinto Ribeiro.

33. **EVANILDO BECHARA: Considerações em torno do MANIFESTO-PETIÇÃO dirigido ao senhor Presidente da República e aos Membros da Assembléia da República contra o Novo Acordo Ortográfico de 1990.**

O noticiário da imprensa portuguesa veicula as razões que levaram numerosas personalidades da cultura do país a assinar o Manifesto-Petição contra o Acordo Ortográfico de 1990, a ser examinado pela Assembléia da República, provavelmente no próximo dia 15. No Acordo se propõe a unificação ortográfica nos países de expressão oficial de língua portuguesa. É incontestável o peso e o prestígio, justamente alcançados, dos signatários do Manifesto-Petição; o que vamos tentar mostrar é o peso e a autenticidade das críticas feitas ao texto do Acordo em discussão, segundo as declarações que se dizem extraídas do referido Manifesto-Petição e divulgadas pela imprensa. O primeiro conjunto de críticas atribuído à proposta de reforma ortográfica diz que ela é "mal concebida" e "desconchavada". Ora, quem faz a história crítica das diversas propostas de reforma ortográfica em Portugal, percebe claramente que elas constituem um texto matriz a partir do estudo inicial de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, entre 1885 e 1886, passando pelo livro seminal *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, saído em 1904 e, finalmente, consubstanciadas as idéias fundamentais na reforma oficial de 1911, referendada pelo governo português, consoante proposta assinada por um grupo dos mais conceituados filólogos da época, onde luziam os nomes de J. Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, J.J. Nunes, Gonçalves Guimarães, Carlina Michaelis de Vasconcelos, A.G. Ribeiro de Vasconcelos, entre outros. De então a esta parte, as bases das reformas ortográficas que se sucederam, independentemente ou em conjunto, em Portugal e no Brasil, vieram tecendo esse texto matriz, ora

reduzido, ora ampliado em aspectos secundários; mas, na essência, as linhas mestras garantiam o ideário e a concepção dos ortógrafos que, a partir de 1911, puseram o problema da reforma ortográfica no trilho da ciência lingüístico-filológica. As bases que orientam a proposta de 1943 e, principalmente, de 1945 são filhas diletas dessa tradição do texto matriz. Nesta última, ressalta-se a erudição e a competência do saudoso ortógrafo Rebelo Gonçalves, na proposta de 1986, a participação desse mestre incomparável que foi L. F. Linóleo Cintra. O Acordo Ortográfico de 1986, retocado na proposta de 1990, graças às críticas e sugestões recebidas, pertence, inexoravelmente, a essa tradição científica, e, portanto, custa atribuir a ambos os textos qualificativos de "mal concebida" e "desconchavada". Aceitá-los, sem um exame acurado, como está a exigir um Manifesto-Petição da natureza e propósito dirigido à Assembléia da República, representa, no mínimo, desmerecer o trabalho dos que, em Portugal, melhor fizeram para o estabelecimento e progresso das ciências da linguagem. Pelas mesmas razões até aqui exaradas, não se há de aceitar a crítica, segundo a qual a reforma peca por apresentar-se "sem critério de rigor". Pode-se dizer, em consciência, de uma reforma que não se caracteriza pelo critério de rigor, quando essa mesma reforma, publicado o texto de 1986, acolhe as críticas e sugestões que lhe chegam ao conhecimento, e os incorpora, quando possíveis, à nova redação de 1990? Diz também o Manifesto-Petição que a proposta é "perniciosa, e de custos financeiros não calculados". Ora, a crítica não se aplica, em rigor, só à reforma em discussão, mas a toda a série de reformas que se propuseram – e não foram poucas! – desde 1911 até nossos dias. Um inteligente e razoável prazo fixado pelas autoridades e editoras tem minorado os custos financeiros de quem se considerou prejudicado. Toda a motivação que tem justificado as sucessivas reformas ortográficas insiste em que elas pretendem garantir a defesa da língua e facilitar o estudo e ensino do idioma. Por isso, também parece não caber à presente proposta a declaração exarada no Manifesto-Petição de que ela é, "nas suas prescrições, atentatória da defesa da língua". Só num ponto concordamos, em parte, com os termos do Manifesto-Petição, quando declara que o Acordo, para servir de base a uma proposta normativa, contém "imprecisões, erros e ambigüidades". Os doutos lingüistas da Universidade de Lisboa, professores de ambas as margens do Atlântico e especialistas de línguas africanas já apontaram nele falhas e sugestões. Mas isso tem ocorrido com todas as propostas de reforma, e elas têm sido aceitas e adotadas mesmo assim, com promessas de melhorias no futuro. A mesma reforma de 1911, que tem sido considerada a mais feliz de todas, tão logo foi oficialmente aprovada, mereceu palavras de elogio, mas também de receio da boa solução para alguns problemas da nossa rica fonologia das vogais e da flexão verbal. E essas apreensões partiam do alto saber de D. Carolina Michaëlis, signatária do texto da referida reforma. As falhas que se podem apontar no Acordo Ortográfico, facilmente sanáveis, não devem impedir que a língua escrita portuguesa perca a oportunidade de se inscrever no rol daquelas que conseguiram unificação no seu sistema de grafar as palavras, numa demonstração de consciência da política do idioma e de maturidade na defesa, difusão e ilustração da língua da Lusofonia. A necessidade de ações que melhorem a competência efetiva e reflexiva dos utentes do idioma não está, em rigor, na dependência direta de uma proposta de unificação ortográfica, mas sim de uma efetiva e inteligente vontade política dos órgãos governamentais, a que deve se juntar a colaboração das agências culturais de que dispõe a sociedade. Assinado Evanildo Cavalcante Bechara, Lagoa, S. Miguel, Açores, 8 a 11 de Maio de 2008. Assinado por João Malaca Casteleiro e outros 34 professores (seguem-se assinaturas)

34. 30.4.08 afinal a Porto Editora já "aderiu" ao acordo!

Isto é muito significativo, porque a Porto Editora foi das que mais ferozmente se opôs ao Acordo Ortográfico de 1990, das que mais lamentou os custos exorbitantes que a feitura de novos dicionários iria acarretar, das que mais ameaçou que não iria acatar o acordo se ele vingasse em Portugal, etc., etc., etc. E, no entanto, bastou que os concorrentes da Texto Editores avançassem com dicionário e um pequeno guia prático, e aí estão eles, também com o seu dicionário e pequeno guia! Mas, como não podia ser algo tal e qual-- porque também, justiça lhes seja feita, não há como a Porto Editora a fazer dicionários em Portugal! --, tiveram que introduzir uma inovação no seu dicionário que foi anunciado como o único no mercado a registar simultaneamente as duas grafias -- antes e depois do novo Acordo Ortográfico --, ou seja, a grafia das palavras alteradas é conservada, mas remetendo para a nova grafia. E com este, já temos 3 dicionários portugueses obedecendo ao Acordo Ortográfico. Manuel de Sousa, Porto, Portugal

35. A Webboom.pt orgulha-se de anunciar o pré-lançamento exclusivo do novo Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 - Acordo Ortográfico, da Porto Editora. Este é um dicionário com características singulares no mercado, pois é o único que regista as duas grafias, ou seja, a que é (ainda) utilizada no nosso quotidiano e aquela que virá a ser usada depois do Acordo Ortográfico. Por exemplo: excepto > exceto. A nova edição do mais utilizado e referenciado dicionário de língua portuguesa assume-se como a melhor opção para quem pretende adaptar-se sem dificuldades às novas regras da grafia portuguesa, seja em contexto de estudo ou profissional. Com o Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009 - Acordo Ortográfico surge, também, o Guia Prático do Acordo Ortográfico, da Porto Editora, uma obra extremamente objectiva e de fácil utilização que permite perceber as alterações que irão ser introduzidas na grafia portuguesa pelo Acordo Ortográfico.

36. Público Informativo-Notícia 2008-04-21 12:57:00 Acordo Ortográfico: Editoras de ferramentas informáticas divididas sobre necessidade de novos programas

"Estamos atentos ao tema, há alguns anos, mas não vamos precipitar-nos, pois o Acordo ainda nem foi ratificado", afirmou Carlos Amaral, um dos administradores da empresa "Priberam Informática", que tem no mercado ferramentas como o "FLiP", corrector ortográfico e de sintaxe com dicionário de sinónimos e auxiliares de tradução. Amaral acredita que a sua empresa tem capacidade para disponibilizar ferramentas actualizadas "até ao final do ano" e assinalou que estas serão necessárias ainda antes de o Acordo entrar em vigor. "Vai criar-se uma necessidade muito maior deste tipo de produtos logo no período de transição, pelo que o número de utilizadores deverá crescer muitíssimo", assinalou. O empresário destacou também o facto de em Portugal estar previsto um período de transição de seis anos, "enquanto no Brasil o período deverá ser de apenas dois anos", referindo ainda que a "Priberam" comercializa, em território brasileiro, uma ferramenta linguística com o nome de Aurélio, em consonância com os dicionários impressos. Para Carlos Amaral "pode até fazer sentido

criar dois correctores - um para o período de transição e outro para depois de o Acordo entrar em vigor - tanto para Portugal como para o Brasil". O administrador da "Priberam Informática" assinalou ainda que, "como o Acordo não vai estabelecer uma forma única, exclusiva, de escrever o português, os novos programas terão de permitir a personalização por parte do utilizador e a fidelização de termos, para que não surja, num texto, uma mesma palavra com grafias diferentes". Carlos Amaral descreveu os futuros programas, como "um produto informático flexível mas cuja base seja clara, de modo a não confundir o utilizador, pois este tipo de ferramentas serve para esclarecer dúvidas, não para as agravar". Carlos Amaral revelou ainda que outra das possibilidades em estudo é a de "os novos programas permitirem que um texto em português actual possa ser convertido automaticamente para o português do acordo". Para a Porto Editora, o Acordo é "uma penumbra que vai cair sobre a língua portuguesa", Atenta ao Acordo Ortográfico está também a "Porto Editora", que disponibiliza em CD-ROM a linha "Profssional", onde se incluem o Dicionário da Língua Portuguesa, os Dicionários de Português - Inglês e Inglês - Português e os de Português - Francês e Francês - Português. "Estamos preparados para alterar as ferramentas à sombra do Acordo e digo à sombra e não à luz porque o Acordo é uma penumbra que vai cair sobre a língua portuguesa", afirmou Paulo Gonçalves, do gabinete de comunicação da Porto Editora. Assegurando que "a base de dados da editora está a postos" e que as hipóteses cobertas pelo Acordo "já estão previstas", o responsável adiantou que "a Porto Editora tem sempre uma equipa de 12 linguistas a trabalhar a tempo inteiro e em parceria com os programadores informáticos". A data de lançamento dos novos produtos ainda não se conhece, porém Paulo Gonçalves assegurou que se o Acordo avançar, em menos de seis meses terão as ferramentas no mercado. O responsável descreve esse processo de mudança como "tranquilo e gradual", salientando que "tudo vai depender da procura que se registar e isso só pode ser analisado no momento". "Quase todos consideram que o acordo é um disparate, embora também tenham consciência da sua inevitabilidade", revelou. Para a editora Verbo o acordo "não é uma preocupação". Quanto à "Verbo", o director editorial, João Miguel Guedes, revelou que o acordo "não é uma preocupação". "Ainda nem se sabe se ele sempre entra em vigor e quando é que os professores vão ensinar a nova grafia aos alunos", assinalou. "A Editorial Verbo tem no mercado uma enciclopédia em CD-ROM e não tenciona mudá-la tão cedo", assegurou. A "Texto Editora" ainda não tomou nenhuma decisão sobre medidas a tomar, tendo Susana Almeida, do gabinete de imprensa do grupo "Leya" (a que a Texto pertence desde 2007), informado que "a questão ainda está a ser perspectivada".

37. YouTube - Reportagem RTP1 sobre a Conferência do Acordo Ortográfico Reportagem RTP1 sobre a Conferência do Acordo Ortográfico
<http://www.youtube.com/watch?v=BbODBEhp3jA>

38. Notícia do PÚBLICO, em nome de João de Sousa O nosso império é a língua portuguesa 16.04.2008, Rui Ramos

Depois de perda a soberania com que nos ampliámos em África, agarrámo-nos à língua. Já venho tarde, mas não queria deixar de saudar a boa nova. Não me refiro à baixa do IVA, anunciada pelo ministro das Finanças, mas à nossa "expansão", prevista pelo ministro da Cultura. É verdade: vamos expandir-nos. Está para chegar um Portugal maior. Talvez a sua população e riqueza até venham a diminuir, mas que importa? Temos uma arma secreta para conquistar o mundo: aquela que Fernando Pessoa insinuou maliciosamente ser a "pátria" dele - a língua portuguesa. É o que nos prometem os crentes do Acordo Ortográfico: um Reich na ponta da língua. Não vou discutir ortografia, mas os termos curiosos em que a temos debatido nas últimas semanas. De um lado, falaram-nos do "c" de "facto" com a intransigência possessiva que os sérvios dedicam ao Kosovo, e avaliou-se o Acordo "estrategicamente", como se estivéssemos perante uma nova partilha de África, com o Brasil no papel oitocentista da Inglaterra. Do outro lado, recomendaram -nos a nova grafia como a oportunidade de não "ficar aqui como uma espécie de dialecto" (horror), e poderemos desfilar ao lado do Brasil na "afirmação de um poder à escala mundial" (segundo o nosso entusiasmado embaixador em Brasília). Acho comovedor este uso despidorado da linguagem típica do imperialismo ("expansão", "estratégia", "afirmação do poder à escala mundial", etc.) para nos referirmos à língua que partilhamos com mais umas dezenas de milhões de pessoas de outras origens e nacionalidades. Quando nos puxam pela língua, acontece-nos isto: de repente, este país pachorronto e decadente revela-se uma potência beligerante, ciosa das suas aquisições e decidida a novas conquistas. Sim, porque através da "pátria" de Pessoa, nós somos grandes. Tal como a casa da velha canção brasileira, o nosso "império" não tem soldados, nem dinheiro, mas é feito com muito esmero - da língua que outros usam na América, na África e (segundo gostamos de acreditar) na Ásia. E assim prosseguimos a nossa expansão ultramarina, por mais que ninguém dê por isso. Definitivamente, continuamos a não ser um país pequeno. No tempo do Estado Novo, isso provava-se com os mapas das colónias; agora, pacífica e correctamente instalados em democracia, evocamos a "quarta língua a nível mundial", e os seus "200 milhões" de súbditos. É compreensível. No fundo, há algo de deprimente nas nações reduzidas. George Simenon dizia que ser belga é como não ter país. E talvez por isso, muita gente está preparada para lhe atribuir a ele ou a Hergé, tal como aos suíços Rousseau e Constant, uma pátria (a França) mais consentânea com a sua grandeza individual. As elites portuguesas, que durante a Monarquia sonharam fazer aqui um país tão próspero como a Bélgica e durante a I República tão democrático como a Suíça, nunca se conformaram com o estatuto de pequeno país que era o dessas nações, apesar de liberais e ricas. E depois de perda a soberania com que nos ampliámos em África, agarrámo-nos à língua, a ver se por aí continuávamos a fazer uma sombra grande no mundo. Não nos fica mal desejarmos ser muito mais do que aquilo que somos. O que talvez seja menos recomendável é o modo como usamos esta grandeza imaginária para nos pouparmos ao reflexo da nossa realidade. A Europa pesa cada vez menos no mundo, e Portugal pesa cada vez menos na Europa. A língua é a balança avariada com que nos atribuímos robustez. Infelizmente, tudo o que assim sobe acaba por descer: eis que a Venezuela proíbe às suas crianças os Simpson e quer (como compensação?) ensinar-lhes português - e logo o nosso Governo tem de confessar que nos falta dinheiro e pessoal para acompanhar o último capricho de Chávez. O Brasil, muito citado acerca do Acordo Ortográfico, forma outro capítulo pungente do nosso irrealismo. Nunca percebemos que a ignorância mútua, ritualmente lamentada, não está à mercê de um "acordo". Fingimos desconhecer o fenómeno do "nativismo" no Brasil, que faz com que por cada Gilberto Freyre haja dez Sérgio Buarque de Holanda, ardendo em fervor antilusitano. Imaginamos que a incapacidade dos livros portugueses para hoje




COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

chegarem onde chegou Cabral em 1500 se deve simplesmente ao "c" de "facto". Nem sequer admitimos que o Brasil, no fundo, não nos importa demasiado. Vamos lá de férias: quantos aproveitam para ir ao teatro ou às livrarias? E quantos conhecem a política ou os escritores mais recentes do Brasil? A verdade é que o Brasil ainda não é suficientemente interessante para nós, e nós já não somos suficientemente interessantes para o Brasil. O resto é conversa de um império de conversa. Historiador

39. Público. Domingo 13 abril Entrevista Público/Rádio Renascença/RTP2 Seixas da Costa, embaixador de Portugal no Brasil
<http://jornal.publico.clix.pt/magoo/noticias.asp?a=2008&m=04&d=13&uid=&id=256911&sid=52808>

"O Acordo Ortográfico tem uma dimensão estratégica" O que é que facilitou ter-se agora chegado a um novo compromisso sobre o Acordo Ortográfico: a saída da anterior ministra da Cultura ou o apelo do Presidente da República? O Acordo está ratificado pelo Parlamento português

desde 1991, agora só esteve em causa a sua entrada em vigor. Ora o Acordo tem uma dimensão estratégica e não vale a pena ter qualquer dúvida de que é o Brasil que hoje tem a liderança no plano da promoção da língua portuguesa. Se o Brasil, por exemplo, entrar para o Conselho de Segurança e levar consigo o português como língua oficial, se não levar consigo a matriz comum do Acordo, levará o português que se fala no Brasil. Se queremos promover a língua portuguesa... Mas o inglês não necessitou de um acordo ortográfico para ser a primeira língua franca do mundo. Mais: parte do seu sucesso vem da sua capacidade de incorporar termos de outras línguas. Para quê então uniformizar se o importante é miscigenar? Estamos a falar apenas de unificar a grafia. A tendência do português é para a língua se afastar mais e mais de país para país e o problema põe-se, por exemplo, quando é necessário assinar um texto comum, internacional. Cada vez que há um encontro entre Portugal e o Brasil, passamos a vida a fazer compromissos para escolher as palavras. O inglês não tem esse problema, está consagrado, enquanto o português vai ter de conquistar o seu lugar. E se o português se consagrar como língua internacional, arriscamo-nos a ficar aqui como uma espécie de dialecto. Temos de compreender que, a nível internacional, não há futuro para a língua portuguesa sem o Brasil. E está o Brasil empenhado em fazer do português um instrumento de afirmação externa? Não esteve, mas começa a estar. O Brasil está a começar a perceber que um instrumento fundamental para a afirmação de um poder à escala regional ou mundial é a afirmação de uma língua. Ora se o português é a quarta língua, em termos culturais, a nível mundial, pois não tem as limitações geográficas do russo, do chinês ou do hindu, significa que tem uma capacidade única de se afirmar. Portugal deve habituar-se à ideia de que será o Brasil a liderar a luta pela afirmação da língua portuguesa? Não penso que seja uma questão de liderança, antes um problema de realismo entre Portugal, Brasil e até Angola. Temos de olhar para a CPLP como uma comunidade relativamente atípica, porque é única comunidade linguística em que a potência mais importante não é a antiga potência colonial. Talvez isso explique por que razão o Brasil não tem, até hoje, utilizado a CPLP como um instrumento de afirmação da língua. Mas a sensação que tenho é que hoje se começa a perceber que a CPLP pode ser importante para a sua afirmação externa, até porque tem uma agenda muito ambiciosa. Como não há nenhuma dimensão da afirmação externa de Portugal que seja conflitual com a do Brasil, devemos apostar na ambição dessa agenda externa. Até porque houve uma evolução da sociedade internacional no sentido de perceber que o Brasil é uma potência emergente. A língua portuguesa é elemento de identidade com valor económico extraordinário Brasil e Portugal vão realizar estudo sobre o valor económico da língua portuguesa, que vai incidir sobre os oito países de língua oficial portuguesa e as comunidades de língua espalhadas pelo mundo. O estudo vai incidir sobre aspectos sociológicos, políticos e económicos. www.ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1324671

40. Reforma ortográfica não é consenso entre especialistas Há divergências entre necessidade de mudança, prazos e consequências publicado em 10/04/2008 - 13:00  [Por Lilian Burgardt](#)

"Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias Deixa disso camarada Me dá um cigarro."

(Pronominais - Oswald de Andrade)

Já no início do século XX, escritores modernistas criticavam nossa língua portuguesa. As divergências cresciam sobre como falavam e escreviam os brasileiros e a discrepância da língua falada por um povo colonizado por portugueses, mas que com o passar dos anos desenvolveu um idioma próprio. O tempo e as divergências culturais dos povos só aumentaram as diferenças entre a nossa língua e a tradicional língua portuguesa. Extraí-se a letra C de "objectos" e as tremas da "saúde", por exemplo. Sem que, para o nosso povo, elas fizessem tanta falta. A medida já foi ratificada por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o último, em dezembro de 2006. O Brasil foi o primeiro a ratificar o acordo, em 2004. No último dia 26 de março, a COLIP (Comissão de Língua Portuguesa) - órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação) que responde pela unificação da ortografia da língua no país - decidiu que já esperou o bastante pela resposta de Portugal e enviou uma proposta ao governo para que a reforma ortográfica entre em vigor em 1º de janeiro de 2009. O período de transição entre a norma linguística atual e a nova seria de três anos. A medida precisa ainda passar por avaliação dos ministros da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores para seguir para sanção presidencial. É verdade, porém, que mesmo em território nacional, especialistas em linguística e membros da própria COLIP divergem em relação aos termos em que a mudança é apresentada. Discute-se a real necessidade da unificação da ortografia da língua mediante a recusa de Portugal e, também, em decorrência das consequências económicas e educacionais para o país, visto que seria necessário dispor de grandes recursos para reeditar o material didático distribuído



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

nas escolas, além de gerenciar o ônus de reeducar os jovens recém-alfabetizados sob as antigas regras. Na opinião do especialista em lexicografia e membro da ABL (Academia Brasileira de Letras), Evanildo Bechara, a reforma ortográfica propõe uma unificação da ortografia da língua portuguesa que servirá não só para facilitar a tradução de documentos oficiais, como também de incluir o idioma em um cenário mais amplo em âmbito internacional. Hoje, segundo dados da CPLP (Comissão dos Países de Língua Portuguesa), o Português é a 6ª língua mais falada no mundo. "Com a unificação, ela poderia atingir patamares ainda mais altos. Além disso, facilitaria o intercâmbio cultural entre os países de origem lusófona e o interesse da comunidade internacional por nosso idioma. Isso valorizaria a língua portuguesa como idioma de uma cultura superior", acredita Bechara. O especialista defende ainda que a unificação da escrita da língua portuguesa é um importante passo em termos de difusão de obras literárias produzidas nos países lusófonos. "A unificação significaria uma economia na edição de livros, pois não seria mais necessário editar uma versão para cada idioma. Além disso, a medida serviria de estímulo para que os países da comunidade se interessassem pela literatura alheia, mais acessível e de fácil compreensão se escritas em um idioma único", aposta ele. No último dia 5 de abril, em comunicado divulgado pela agência lusa, porém, a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros de Portugal) condenou o novo acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa. "Ainda não é tarde demais - assinala - para se evitar uma catástrofe, pois, certamente, o acordo ortográfico não serve a Portugal". Na opinião da associação, "ao contrário do que é dito pelos defensores do acordo ortográfico, não se considera a aproximação das diversas variantes do Português, mas sim a consagração das diferenças naquilo que é fundamental - a sintaxe, a semântica e o vocabulário -, com clara vantagem para a variante do Brasil". Ao tomar como referência as obras analisadas, editadas no Brasil e em Portugal, o estudo refere que, "identificadas as alterações, os aspectos facultativos e os casos de dupla grafia, torna-se gritante a manutenção das diferenças frasais e vocabulares e a ordem dos elementos entre as variantes do Português de Portugal e do Brasil, situações estas a que o acordo ortográfico não responde". Ainda, ao terminar o manifesto, a APEL apontou que Portugal perderá parte da sua identidade, pois o meio internacional reconhecerá apenas o Português como o português do Brasil. Bechara acredita que a negativa lusitana decorre da pressão de nacionalistas que tentam atribuir ao Brasil o desejo de se sobressair a Portugal em relação às novas regras ortográficas. "Tem muita gente desavisada dizendo que o Brasil quer ser a primeira voz a comandar o destino da língua portuguesa. Isso não passa pela cabeça de ninguém, até porque, uma língua não se faz pelo número de falantes, mas pelo seu nível cultural. Há muita gente que pensa que Portugal ceder ao Brasil significaria ceder prestígio internacional, já que seria um demérito para os portugueses escrever da mesma forma que os brasileiros, quando na verdade isso só enriqueceria a cultura da língua. Não há demérito para nenhum canadense escrever o francês como escreve um parisiense e vice-versa. Isso significa que a língua tem unidade cultural. Por essa razão creio que as críticas à unificação são vazias e pautadas no preconceito", declara ele. Por outro lado, Bechara acredita que as vantagens creditadas à proposta de unificação da língua portuguesa só têm validade na medida em que todos os países da comunidade assinem o acordo, o que inclui Portugal. Membro da COLIP (Comissão de Língua Portuguesa) - entidade que se mostrou a favor da adesão da reforma mesmo sem Portugal - Bechara discorda que o Brasil deva levar a proposta adiante caso o acordo com o Portugal não se concretize. "Não há sentido em propor uma unificação uma vez que Portugal, país que junto ao Brasil desenhou a proposta de unificação, não aceita as regras. A unificação só faz sentido se todos os países estiverem de acordo", opina Bechara. Também membro da COLIP, a professora Stella Maris Bortoni, discorda de uma reforma ortográfica sem o consentimento de Portugal. "Creio que o propósito da unificação é justamente o de aproximar os povos, não de desunir. O MEC, por sua vez, por meio da COLIP, entende que já esperou tempo suficiente para obter uma resposta de Portugal. Agora, a expectativa é que a reforma seja levada adiante. Na minha opinião, não há dúvida de que ela entre em vigor a partir de janeiro de 2009, até porque outros dois países da comunidade lusófona já assinaram o acordo", explica Stella.

Consequências

Na opinião da professora da Uniara (Centro Universitário de Araraquara) Júlia Maria De Oliveira Santos Gorla, que é também diretora de uma escola de Língua Portuguesa, a reforma apresenta problemas, apesar de propor mudanças que ela considera interessantes para a língua, como a extinção definitiva do trema e a subtração do acento circunflexo para verbos no plural como, por exemplo, *crêem* e *vêem*, além da inclusão das letras 'k', 'w' e 'y', no alfabeto português. "Por um lado, a reforma extingue regras obsoletas, o que facilita a grafia das palavras e, conseqüentemente, seu aprendizado. Ela inclui no alfabeto letras que não faziam parte. Temos crianças cuja inicial do nome não está no alfabeto, isso sem contar os estrangeirismos adotados em nosso país. No entanto, se formos pensar em termos de custo benefício, teremos um gasto imensurável de reedição de material já publicado (dicionários, livros de gramática, etc). Para aquilo que a reforma irá mudar, me questiono se o esforço é válido", diz Júlia. Bechara reconhece os custos com reedição de livros e material didático, mas alega que toda e qualquer alteração no idioma ou nos processos de ensino tem um custo. "Não dá para pensarmos em evolução sem custos," diz. Stella completa ao dizer que o MEC não vai propor a mudança de uma hora para outra. Haverá um prazo para as editoras se adequarem à nova regra. Enquanto isso, também haverá um período em que os livros antigos continuarão valendo. Daí para frente caberá as editoras produzir materiais novos para atender as necessidades do País", afirma. De acordo com a COLIP, a partir de janeiro de 2009 todos os textos produzidos já devem ser escritos na nova norma (*veja, no rodapé da matéria, o que muda na língua*). Vestibulares, concursos e avaliações deverão aceitar as duas regras como corretas até 31 de dezembro de 2011. Os livros didáticos distribuídos pelo governo de 2009 para o Ensino Médio poderão estar escritos na norma antiga. Como a compra de livros não acontece todos os anos para todas as séries, espera-se que os estudantes do Ensino Médio possam utilizar a norma atual até 2011. Já os estudantes do Ensino Fundamental deverão receber material didático adaptado às normas do acordo ortográfico a partir de 2010. Segundo a gerente executiva da Abrelivros (Associação Brasileira das Editoras de Livros) - representante das editoras de livros educacionais -, Beatriz Gellet, a entidade não pretende promover nenhum boicote à reforma ortográfica. Como se trata de uma medida governamental, a associação deverá acatá-la, mas em reunião realizada na última quarta-feira, 9 de abril, os membros da Abrelivros se mostraram preocupados com relação ao prazo

estabelecido pelo MEC para a adaptação das publicações. A Abrelivros considera o prazo inviável e pretende discutir com o ministério a possibilidade de seu prolongamento. "É preciso esclarecer que o processo de produção de um livro é demorado. Não existe corretor ortográfico que possa acelerar o processo de revisão. Se os livros tivessem de ser entregues de acordo com a nova norma, em 2010, eles precisariam ser revistos a partir de agora. No entanto, será um trabalho minucioso de revisar página por página e observar as exceções à regra. Não somos contra a reforma, só queremos prazo para executar o trabalho da melhor maneira possível e não a 'toque de caixa'", explica Beatriz. Ela afirma que a Abrelivros ainda não tem como mensurar os gastos para a reedição de livros didáticos, nem o impacto da nova medida na venda das publicações, ainda que defensores da reforma acreditem que a unificação da língua irá aumentar as vendas dos livros brasileiros. "Tudo ainda é muito novo, não dá para fazer qualquer afirmação sem uma pesquisa", diz. Por meio de sua assessoria de imprensa, o SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) informa que ainda não tem um parecer oficial sobre a reforma ortográfica e, portanto, não pode opinar sobre as consequências da adopção da unificação ortografia da língua portuguesa. (*Confira na tabela abaixo dados da pesquisa sobre o mercado editorial brasileiro entre 1990 e 2006 realizada pela CBL - Câmara Brasileira do Livro e pelo SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros*)

Ano	Títulos	Exemplares	Exemplares F
1990	22.479	239.392.000	212.206.449
1991	28.450	303.492.000	289.957.634
1992	27.561	189.892.128	159.678.277
1993	33.509	222.522.318	277.619.986
1994	38.253	245.986.312	267.004.691
1995	40.503	330.834.320	374.626.262
1996	43.315	376.747.137	389.151.085
1997	51.460	381.870.374	348.152.034
1998	49.746	369.186.474	410.334.641
1999	43.697	295.442.356	289.679.546
2000	45.111	329.519.650	334.235.160
2001	40.900	331.100.000	299.400.000
2002	39.800	338.700.000	320.600.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136
2005	41.528	306.463.687	270.386.729
2006	46.026	320.636.824	310.374.033

Fonte: SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e CBL (Câmara Brasileira do Livro). Outra crítica da professora da Uniar em relação à reforma parte da preocupação com os alunos recém- alfabetizados pela atual regra ortográfica adotada pelo Brasil. Na opinião dela, seriam estes alunos os mais prejudicados, pois teriam pouco tempo de conhecimento e seriam logo obrigados a rever o que aprenderam. "Segundo nosso ministro de educação, Fernando Haddad, o prazo para a mudança do idioma é de três anos, com as novas regras em vigor a partir de janeiro de 2009. Creio que no curto prazo a medida irá gerar uma grande confusão, especialmente para quem acabou de ser alfabetizado e terá de reaprender a forma de grafia de algumas palavras", pondera Júlia. O lingüista da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) Sebastião Expedito Ignácio, considera que a reforma ortográfica, nos moldes em que é proposta, tem poucos benefícios para o ensino porque é muito tímida. "Os custos da reforma serão muito maiores que os benefícios, mas não há dúvida de que ela tem suas vantagens, como a extinção de regras que já caíram em desuso. Não acho, porém, que ela merece tanto alarde porque é muito mais uma reforma política do que lingüística. Do ponto de vista do ensino, ela muda muito pouco", critica. O professor reclama do fato dos lingüistas não terem sido consultados para propor as regras da reforma e diz que o argumento de que com a unificação da ortografia haverá estímulo ao intercâmbio é infundado. "Essa história de que a reforma vai estimular o intercâmbio é falsa, porque a reforma ortográfica - nos termos em que foi proposta - não tem nenhum indício de que irá influenciar o intercâmbio entre os países lusófonos", afirma ele. Na opinião de Ignácio, ao contrário do que é anunciado, o interesse internacional também não tende a ser estimulado com a mudança das regras ortográficas. "O interesse por um país surge à medida que ele cresce e evolui em termos econômicos e culturais. É isso que desperta a curiosidade da comunidade internacional, não a facilidade da língua", reforça. Para validar seu argumento, o professor lembra a explosão de cursos de mandarim após o surgimento da China como potência mundial.

<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=15754> Divulgado no <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2008/04/reforma>

[-ortografica-no-h-consenso-entre.html](#)**41. *Petição contra o acordo* <http://www.petition online.com/ acor1990/>**

Tomámos conhecimento da vontade do governo português de tomar uma decisão acerca do acordo ortográfico da língua portuguesa, assinado em 1990 pelos países de língua oficial portuguesa. Tendo consultado o texto do documento (http://www.necco.ca/faq_acordo_ortografico.htm), não podemos deixar de manifestar o nosso desacordo e a nossa mais profunda indignação acerca das modificações previstas para a ortografia portuguesa que, além de contraditórias, só irão causar mais confusão para quem aprende e, mais importante, fala o português. O próprio acordo entra em contradição variadas vezes. Está previsto que se retirem os “c’s” e os “p’s” mudos, desprezando a etimologia das palavras, mas também está previsto que se mantenham os “h’s” mudos (“homem”, “harmonia”), devido à etimologia das palavras. Onde está a coerência nisto? Para além deste facto, a eliminação dos “c’s” e dos “p’s” mudos irá causar imensa confusão para quem aprende e fala a língua portuguesa em Portugal, visto que vai contra as regras da pronúncia do português nesse país. Isto porque, apesar de não se lerem explicitamente, os “c’s” e os “p’s” são essenciais para indicar a abertura da vogal que lhes precede. Eis alguns exemplos práticos que o demonstram claramente:

- Na palavra “cação”, o primeiro “a” é fechado; lê-se, portanto, “câ-ção”. Na palavra “facção”, o primeiro “a” é aberto pela letra “c” que lhe sucede; lê-se, portanto, “fá-ção”. Ora, o acordo estabelece que se escreva “facção” como se escreve “cação”: “fação”. Mas nesse caso, qual a pronúncia correcta desta palavra? Segundo as regras da pronúncia do português de Portugal, deveria ler-se “fâ-ção”, visto que não há nenhum “c” que abra a vogal “a”!
- Na palavra “adoçar”, a letra “o” tem o valor de “u”; lê-se, portanto, “a-du-çar”. Na palavra “adopção”, a letra “o” é aberta pela letra “p” que lhe sucede; lê-se, portanto, “a-dó-ção”. Ora, o acordo estabelece que se escreva “adopção” como se escreve “adoçar”: “adoção”. Mas nesse caso, qual a pronúncia correcta desta palavra? Segundo as regras da pronúncia do português de Portugal, deveria ler-se “a-du-ção”, visto que não há nenhum “p” que abra a vogal “o”!
- Na palavra “tropeção”, a letra “e” é muda; lê-se, portanto, “tru-p’-ção”. Na palavra “inspecção”, a letra “e” é aberta pela letra “c” que lhe sucede; lê-se portanto, “ins-pé-ção”. Ora, o acordo estabelece que se escreva “inspecção” como se escreve “tropeção”: “inspeção”. Mas nesse caso, qual a pronúncia correcta desta palavra? Segundo as regras da pronúncia do português de Portugal, deveria ler-se “ins-p’-ção”, visto que não há nenhum “c” que abra a vogal “e”!

Evidentemente que poderíamos continuar com um vasto rol de exemplos, mas estes parecem -nos bastante elucidativos das graves consequências que estas modificações irão trazer. É claro que, no Brasil, a eliminação dos “c’s” e dos “p’s” não trouxe nenhuma consequência, porque os brasileiros abrem naturalmente todas as vogais! Os brasileiros lêem, naturalmente, “cação” como “cá-ção” e “adoçar” como “á-dó-çar”. Mas para os portugueses e também para os africanos dos PALOP e timorenses, que temos tendência para fechar as vogais, necessitamos da presença dos “c’s” e dos “p’s” para que possamos saber como se devem pronunciar essas palavras. (Evidentemente que a eliminação dos “c’s” e dos “p’s” em palavras em que eles não exercem a sua função não causará problemas nestes países – são exemplos as palavras “árctico”, “didáctico” e “óptimo”, em que o uso de acento agudo inutiliza o “c” e o “p”). Estranha e injustamente, o acordo só prevê que este sacrifício da pronúncia em primazia da ortografia se dê em Portugal, Timor e nos PALOP. Porque é que não está previsto no acordo que os brasileiros substituam o acento circunflexo das palavras “antônimo”, “tênis”, por acento agudo (“antônimo”, “ténis”)? Porque não é assim que os brasileiros pronunciam. E assim continuamos com duas ortografias diferentes no que concerne a estas palavras. Mas não era precisamente com a dupla ortografia que o acordo vinha acabar? Então e porque é que o acordo cede quando está em jogo a pronúncia brasileira e não cede quando está em jogo a pronúncia portuguesa, africana e timorense? Mais uma vez, onde está a coerência nisto? A implementação do acordo irá causar ainda outros estranhos fenómenos, tais como a eliminação de certos “c’s” e “p’s” em Portugal, mas que se manterão no Brasil, por serem lá pronunciados. Isto acontece em palavras como “recepção” e “infecção”: escrevem-se assim no Brasil, pois os brasileiros lêem o “p” e o “c”, mas em Portugal passariam a ser escritas “receção” e “infeção” (mais uma vez, contradizendo as regras da pronúncia). No telejornal do passado dia 27 de Novembro, foi entrevistado um perito brasileiro que se questionava: “Como se escrevem os documentos das Nações Unidas? Em português do Brasil, em que se escreve “teto” sem “c” e “ótimo” sem “p”? Ou em português de Portugal, em que se escreve o “p” e o “c”, mas não se lêem?” As duplas ortografias não existem apenas na língua portuguesa. A língua inglesa tem diferenças de ortografia (naturalmente menos que a língua portuguesa), mas nunca se viu isso como um empecilho, como um defeito do idioma a corrigir a todo o custo. Além do mais, existem profundas diferenças a nível gramatical entre o português de Portugal e o português do Brasil que também se reflectirão na escrita (exemplo: em Portugal escreve-se “Porquê?”; no Brasil escreve-se “Por quê?”). Não só o acordo prevê que continue a existir inúmeras diferenças na ortografia, como irá continuar a haver diferenças na gramática dos dois países, que farão com que continue a ser possível distinguir um texto em português de Portugal e um texto em português do Brasil. Então porquê implementar este acordo se ele não cumpre o seu suposto objectivo, o de unificar as ortografias de todos os países de língua oficial portuguesa? Através dos vários exemplos apresentados, parece-nos ser bem notório e visível que, ao contrário de facilitar, o acordo só vem dificultar ainda mais o ensino, a divulgação e a própria comunicação em português, além de apresentar absurdas incoerências. Uma língua não se reduz apenas à sua ortografia: há uma série de implicações directas e indirectamente inerentes a esta e que têm uma importância basilar. Se realmente se pretende alterar a ortografia, tem necessariamente de se alterar toda uma série de fundações da língua, isto para não falar na tradição etimológica e nas características próprias e intrínsecas de cada dialecto. A pronúncia é uma das, senão a base mais forte e fundamental de um idioma, e este acordo despreza-a e relega-a para um plano de fundo, pondo em causa toda a estrutura da língua e aumentando o risco do seu desmoronamento. Pelo exposto, pode concluir-se que, não sendo por razões intrínsecas à própria língua que se promove este acordo, ele parece ter um objectivo simplesmente comercial e diplomático. Será razoável reduzir a língua portuguesa, com a sua riqueza e diversidade próprias, a uma mera moeda de troca? Solicitamos, pois, que seja suspensa a implementação do referido acordo.



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

42. 11 abril 2008 Com muito humor, o autor Kabiá-Kabiaka, um luso-açórico-angolano-brasileiro em Santa Catarina, escreve (ver a seguir), falando-nos da riqueza da língua portuguesa, dos diferentes significados de uma mesma palavra e do povo que vai mudando a língua!

ACORDO ORTOGRÁFICO

Recentemente, ressuscitou a temática do decantado Acordo Ortográfico entre os países lusófonos, visando tornar a Língua Portuguesa – a *minha Pátria é a Língua Portuguesa*, como já disseram Guerra Junqueira e Fernando Pessoa – uniforme, pelo menos na escrita, em todo o mundo, uma vez que ela assume diversos matizes quanto à fala e significado de certas expressões, como adiante elucidarei. Eu penso que existe mais unidade na diversidade linguística popular do que na unicidade imposta por meia dúzia de iluminados, todavia existem – como sempre – grandes interesses econômicos, aquém e além Atlântico, que tornam conveniente esse acordo, basta lembrar as possibilidades de venda dos livros didáticos brasileiros nas escolas dos PALOP ou o velho sonho português de ver a língua lusitana ser adotada como uma das línguas oficiais de trabalho da ONU. Lembro que a tentativa de celebração do Acordo Ortográfico, entre Portugal, Brasil e PALOP, já é anterior a fevereiro de 1987, quando eu demandei definitivamente plagas tupiniquins. Nessa época, o dito acordo foi muito atacado pelos puristas lusos, a tal ponto que a sugestão de abolir o acento na antepenúltima sílaba das palavras proparoxítonas recebeu um texto num jornal, mais ou menos assim, quanto a um diálogo em que um amigo perguntava a outro se tinha “cágado” em casa:

- *Você tem cágado no jardim?*
- *Não, eu tenho cágado em casa.*
- *Onde você tem cágado?*
- *Eu tenho cágado na banheira.*

Claro, imagino que esses equívocos foram saneados, ao fim de mais de vinte anos de estudo e debate, do acordo que dizem ser agora para valer. Porém, o Acordo Ortográfico continua ter os seus detratores em todos os países lusófonos com a principal argumentação de que o português que se fala e vive em Portugal, Brasil e Angola, por exemplo, não é o mesmo. Efetivamente, assim é, sobretudo, para expressões e interpretações de uso popular. Já nos primeiros anos de escola aprendi que havia palavras de português que eram de origem popular e outras de origem erudita. Por que é que a origem popular de certas palavras da nossa língua só pode ser válida se ocorrer no “*jardim à beira-mar plantado*”, onde só habitam 10 (3,33%) dos mais de 300 milhões de lusófonos? Então, por que é que os angolanos já adotam a palavra “*muambêiro*” como sinônimo de “*candongueiro*”, sendo esta a única palavra que se usava em 1975, quando saí da minha terra natal? Certamente, por influência das novelas brasileiras, também, muito apreciadas em Portugal... Por que é que os portugueses adotam atualmente o termo “*carrinha*”? Certamente, por pura influência dos exilados de Angola que foram acolhidos em Portugal... Portanto, a língua é uma entidade viva e se molda mais pelo amplo convívio dos povos e não por acordos políticos e técnicos. Uma coisa é certa: muitas regras do acordo ortográfico levarão muitos anos até serem absorvidas pelos diversos povos lusófonos e algumas nunca vingarão. Quem viver, verá! Malgrado o esforço dos especialistas dum lado e outro do Atlântico, certas palavras assumirão sempre significados bastante diferenciados em várias regiões e povos, por exemplo, analise-se alguns sentidos para a palavra “liso”: Franco, lhano, sincero, leal (sentido figurado). Pessoa esperta, difícil de ser apanhada, escorregadia (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil). Sem dinheiro (uso popular em Portugal e no Nordeste do Brasil). Em 1988, ao vir morar em Santa Catarina, ao dizer que estava “liso”, para significar a minha penúria financeira, alguém me respondia: “*Ai é, tu és liso?*”. Então, entendi que liso é alguém muito “*vaselina*”, pessoa pouco afeita a se comprometer e com um discurso dúbio ou bem agradável aos ouvidos de toda a gente. Então, me esclareceram que ficar sem dinheiro é ficar “*duro*”, o que em Portugal e Angola daria origem a interpretações bem maliciosas. Como dizia repetidamente a minha avó Laudelinda: “*cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*”. Cabe aqui recordar o trecho de uma poesia de gaúcho (o povo que se considera “*o mais macho do Brasil*” ou “*machucado*”, como dizem os “*Catarinas*”), numa veia bem “*gaudéria*” (malandra), que elucida o uso do termo “liso” no Sul do Brasil:

C... de lombo liso

É como um jundiá fora d'água

Que a china olha com mágoa

E agarra com devoção

É mais liso que sabão

Cruza matos e espinhos

No meio da escuridão

Recorde-se que o jundiá é um tipo de bagre, praticamente, sem escamas; quanto ao termo C..., você interpreta como quiser – dê asas à sua imaginação – porque é escrito e usado com o mesmo sentido em todos os países lusófonos. Como o Acordo Ortográfico é mais obra de políticos do que dos povos lusitana, então, não poderíamos deixar de fazer aqui uma referência à “*lísura*” de quem nos governa, quando entra num estado de eminente “*dureza*”, conforme um blog brasileiro: O blog do Noblat e o ex-blog de César Maia esquentam a chapa de Okamoto. O prefeito do Rio divulga os números das contas do amigão de Lula. E Noblat conta que, “*no segundo semestre do ano passado, um destacado senador da CPI dos Correios foi procurado pelo empresário mineiro Marcos Valério, um dos principais operadores do mensalão. - Estou duro de dinheiro. Diga isso a Okamoto - pediu Valério.*”

Finalmente, quero destacar a criatividade popular brasileira na recriação da língua portuguesa. Ao chegar ao Brasil e ao concluir o meu mestrado na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, expressei a minha concordância com um Professor Orientador argentino que disse a uma mestranda para retirar da dissertação a palavra “*graficar*”, pois ele dizia com razão que essa palavra não existia em Português. Perante os meus comentários, um colega me disse: “*Lúcio, você vai ver muitas vezes que aqui, no Brasil, qualquer substantivo vira verbo*”. Então, “*bloga-se*” o Acordo Ortográfico! Viva a flexibilidade da Língua Portuguesa, a nossa Pátria! Um grande abraço do **Kabiá-Kabiaka**.



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

<http://kabiaka.blogspot.com/2007/09/acordo-ortografico.html>

43. *Jornal Publico* p3 8 abril 2008 "Sociedade civil" também dividida Livreiros e linguistas contra. Brasileiros, timorenses, ex-exilados e galegos, pró

08.04.2008 Pepetela, Mia Couto, José Eduardo Agualusa, Germano Almeida - falharam os nomes sonantes das literaturas africanas convidados pela Assembleia da República para participarem no debate. Em contrapartida, compareceram vários linguistas e numerosos representantes de associações de defesa da língua, e outras individualidades ligadas à cultura lusófona. Foi esmagador o apoio manifestado ao acordo. Não apenas, como se esperaria, da parte dos envolvidos directamente nas negociações, como Helena da Rocha Pereira, Fernando Cristóvão ou Malaca Casteleiro. Mas também de associações galegas de defesa da lusofonia (o jornal La Voz de Galicia enviou um repórter), de Timor (Luís Costa: "Se não houver unidade ortográfica a confusão será grande, pois temos professores portugueses e brasileiros no país") e da parte de antigos exilados políticos portugueses no Brasil. Dois deles, integrando a associação Mares Navegados, e o terceiro - coronel Pedroso Marques, presidente da RTP - num apelo emocionado à ratificação do acordo. Algo isolados no sala do Senado, mas invocando o peso técnico de pareceres e opiniões, ouviram-se não rotundos da catedrática Helena Buescu e de Rui Beja, da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Este, frontalmente contra pelos prejuízos que vão recair "sobre a generalidade das populações", obrigadas a gastar "milhões de euros" em novos livros; e Buescu recordando pareceres "arrasadores" de Óscar Lopes, Vítor Aguiar e Silva, de 20 especialistas da Universidade de Lisboa e da Associação Portuguesa de Linguistas. Malaca Casteleiro considera que estão por demonstrar alegações segundo as quais o actual acordo beneficiará interesses nacionais brasileiros, nomeadamente editoriais. E defende que a avaliação de tais custos seja entregue a uma entidade externa. A audição parlamentar partiu da iniciativa, muito elogiada, da comissão de Ética, Sociedade e Cultura da AR, presidida por Marques Guedes (CDS-PP). A.G.

44. <http://jornal.publico.clix.pt/default.asp?url=%2Fmain%2E>

Alfabeto ganha três letras

As letras "k", "w" e "y" são oficialmente acolhidas no alfabeto português. É mais uma oficialização do que uma mudança, já que a prática há muito consagrou o seu uso, designadamente em vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros. Os dicionários registam, por exemplo, as palavras "kafkiano", "wagneriano", ou "yoga", esta última como alternativa legítima a "ioga".

Maiúsculas

Os meses do ano passam a grafar-se sem maiúscula inicial, tal como acontece com os pontos cardeais, salvo quando correspondam a uma região. A opção pela maiúscula torna-se ainda facultativa em vários casos, incluindo títulos de obras - a primeira palavra deve ter sempre maiúscula *inicial*, mas as restantes podem não a ter -, tratamentos de cortesia, como Senhor Doutor, ou nomes de disciplinas do saber (Português, Matemática). A generalidade dos topónimos mantém a maiúscula, mas esta torna-se facultativa em nomes de ruas, praças, etc. Vai ser possível, portanto, escrever-se avenida dos aliados ou rua augusta.

Consoantes mudas

Quando um dos termos de uma sequência consonântica é proferido na pronúncia culta da língua, como em "pacto" ou ficção", fica tudo como está. Se é invariavelmente mudo, como acontece nas palavras "acto", "coleção" ou "director", o "c" cai sempre. Pela mesma lógica, cai o "p" em "Egipto" ou "peremptório", sendo que neste último caso o "m" dá lugar a um "n": perentório.

Acentos

A conjugação na terceira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos como ter, vir e ver - têm, vêm e vêem - perde o acento circunflexo. Passa a escrever-se, por exemplo, "reveem". Já em "dêmos" (presente do conjuntivo), continua a aceitar-se o acento, a título facultativo, para evitar a homografia com "demos" (pretérito perfeito do indicativo). A excepção é a forma verbal "pôde", que preserva o acento. Também são banidos os acentos agudos e circunflexos que ainda se mantinham em algumas palavras graves, como em "pára" ou "pêlo", que passam a não se distinguir graficamente de para e pelo.

Hífen

Os redactores do novo Acordo Ortográfico investiram um especial esforço na regularização do uso do hífen, sobretudo nas palavras formadas por prefixação. Algumas regras: Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa com "r" ou "s", cai o hífen e dobra-se a consoante: "contrarrelógio". Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa por uma vogal diferente, não se usa o hífen: "antiaéreo". Quando o prefixo termina com a vogal que inicia o elemento seguinte, usa-se o hífen: "contra-almirante". A excepção a esta regra é o prefixo "co-", que se aglutina com o elemento seguinte mesmo que este se inicie com um "o": "coocupante". Um dos exemplos que o texto do Acordo avança é "coordenar", que se torna graficamente indistinguível de "coordenar" no sentido de dirigir ou supervisionar. Os hífenes caem também em algumas locuções nas quais ainda iam sendo usados, como "fim-de-semana". Mas abrem-se excepções para outras, nas quais esse uso foi considerado mais generalizado, como "pé-de-meia" ou "cor-de-rosa". Uma alteração que será provavelmente mais difícil de interiorizar é a supressão do hífen em todos casos em que uma forma monossilábica do verbo haver se une à preposição "de". Passará a escrever-se, por exemplo, "hei de" e "hão de".

45. *9 abril 2008 O ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, afirmou que, tal como em Portugal, também se discute no Brasil o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, mas considera que os portugueses «são mais ciosos da língua».*

Fonte: http://diario.iol.pt/noticia.html?id=937463&div_id=4071

O ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, afirmou que, tal como em Portugal, também se discute no Brasil o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, mas considera que os portugueses «são mais ciosos da língua». Numa entrevista publicada na edição desta terça-feira do *Diário de Notícias*, o governante e músico brasileiro considera que «é impossível continuar a viver esta língua sem um novo» Acordo Ortográfico. «É uma boa oportunidade para que a língua se resgarde relativamente aos impactos que vai sofrendo das outras línguas,



aquelas que internacionalmente são mais dominantes», sustentou Gilberto Gil. Para o ministro brasileiro, apesar de haver «muita gente céptica em relação às mudanças é preciso ter coragem de renovar estas situações». Considera que «é preciso experimentar» porque «o Acordo nasce de uma necessidade, de uma demanda». «Acredito que devemos vivenciá-lo, vamos viver essa língua através das novas regras. Aí, então saberemos se elas vieram para melhor ou para pior», sublinhou. Leia mais:

» [Acordo Ortográfico: novos dicionários](#)

» [Acordo Ortográfico: «boa notícia para o Brasil»](#)

» [Veja aqui o que muda com o Acordo Ortográfico](#)

46. *Informativo-Notícia 2008-04-08 08:41:00 Choque de titãs deixa deputados hesitantes face ao Acordo Ortográfico*

A deputada começou por historiar a "atrilhada história dos múltiplos acertos e desacertos da ortografia" da língua portuguesa. Mas em breve não hesitará em confessar-se dividida "perante uma argumentação igualmente convincente" que ouvira, ao início da tarde, quando Vasco Graça Moura e Carlos Reis esgrimiram argumentos contra e a favor do acordo ortográfico ratificado em 1990, mas que agora voltou uma vez mais ao Parlamento, como proposta de resolução apresentada pelo Governo, para resolver um imbróglia jurídico, facilitando a entrada em vigor do acordo de 1990 desde que pelo menos três dos oito países contratantes depositem os respectivos instrumentos de ratificação. As frases-chave dos dois deputados que se lhe seguiram, do PSD e do CDS-PP, alinharam pelo mesmo tom: o PSD "manifesta abertura de espírito para valorizar todos os argumentos aqui ouvidos" (Ana Zita Gomes); "ficámos a conhecer todos os pontos de vista, nalguns casos, felizmente, antagónicos" (Pedro Mota Soares, do CDS-PP). As múltiplas interrogações com que o deputado do PCP, João Oliveira, recheou a sua intervenção ("Será este acordo um factor de cooperação? De que serve um acordo ortográfico sem uma política da língua portuguesa no mundo?") indiciavam uma mesma reserva em desvendar o sentido de voto final, apenas revelado, na prática, pelo representante do Bloco de Esquerda (BE). Este, fi cou claro, será de apoio ao acordo. Disse Luís Fazenda: "Respeitamos objecções levantadas por pessoas com competência técnica [referia-se aos linguistas que se manifestam contra aspectos do acordo]. Contudo, o que é importante é o sinal político e esse vai muito para além deste acordo de aproximação ortográfica e é o seguinte: no conjunto de Estados que se exprimem em português há uma coesão da língua."

Graça Moura vs Carlos Reis

O carácter tão ostensivamente prudencial como os deputados se pronunciaram (alguns insistindo que falavam a título meramente pessoal) terá talvez a ver com o brilhantismo dos dois convidados especiais da audição parlamentar - Vasco Graça Moura e o catedrático de Coimbra e reitor da Universidade Aberta, Carlos Reis. E o deputado do PSD, escritor ("esteta da escrita", chamou-lhe Teresa Portugal), Graça Moura não poupou palavras no ataque ao documento. A começar no título da intervenção - "Acordo ortográfico: a perspectiva do desastre". E a continuar nas intenções ocultas que nele descortina - "decerto à revelia das melhores intenções dos negociadores portugueses, o Acordo (...) serve interesses geopolíticos e empresariais brasileiros, em detrimento de interesses inalienáveis dos demais falantes de português no mundo", em especial de Portugal, e representa "uma lesão inaceitável de um capital simbólico acumulado e de projecção planetária". Vasco Graça Moura distribuiu pelo documento, críticas de carácter jurídico (para o Acordo vigorar na ordem interna portuguesa não lhe bastam a aprovação parlamentar e a ratificação do Presidente da República - necessita de "ter assegurada a sua vigência no ordenamento internacional", algo que está longe de acontecer pois foi ratificado até agora por três dos oito Estados de língua portuguesa); de carácter processual (o Governo "não consultou nenhuma Universidade, nem o Conselho de Reitores, nem a Associação Portuguesa de Escritores, nem a Sociedade de Língua Portuguesa") e, sobretudo, de carácter técnico. Os defensores do Acordo, disse, não deram resposta até hoje "a nenhuma das críticas científicas" formuladas por linguistas. "O único objectivo real de toda a negociação do Acordo", acusa, foi o de suprimir as consoantes mudas ou não articuladas "c" e "p", o que levará a "homogeneizar integralmente a grafia portuguesa com a brasileira (...) desfigurando a escrita, a pronúncia e a língua que são as nossas". Carlos Reis avançou logo com uma "declaração de desinteresses" seguida de outra de "interesses": "Não tenho dependências económicas nem cumplicidades políticas; a minha única preocupação é com a Língua Portuguesa como idioma dividido por oito países." O que está em causa neste acordo ortográfico, disse, "é aproximar o modo como escrevemos do modo como falamos (...). Há alguma ofensa cultural se passo a escrever "elétrico" em vez de "eléctrico"?", perguntou, numa rajada de interrogações em que quis saber se Portugal se deve manter agarrado a uma "concepção conservadora da ortografia"; se serão os interesses das editoras "absolutamente determinantes para condicionarem decisões de amplo alcance a alargado espectro cultural"; se "podem alguns portugueses persistir em encarar o Brasil como um parceiro menor neste processo ou até como um inimigo"; e se Portugal tem o direito de colocar obstáculos, "as mais das vezes artificiais ou fundados em interesses económicos, a um entendimento que não afecta identidades nem legítimas singularidades linguísticas".

47. *A sabedoria do equilíbrio, por mestre Bechara*

O principal ensinamento do professor mantém-se muito atual: o falante do português deve ser um poliglota na própria língua (Francisco Quinteiro Pires). Aos 80 anos, completados no mês passado, o professor Evanildo Bechara segue como um dos maiores combatentes dos preconceitos lingüísticos no Brasil. Para ele, o erro e o equívoco só podem envergonhar aqueles que pensam saber muito, mas na realidade nada sabem. Ignorante é quem faz da língua instrumento de humilhação. Para comemorar a trajetória do mestre gramático e filólogo, atento aos avanços da lingüística, as professoras Dieli Vesaro Palma, Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Neusa Barbosa Bastos e Rosemeire Leão Silva Faccina organizaram Homenagem: 80 Anos de Evanildo Bechara (Nova Fronteira, 200 págs., R\$ 29,90), reunião de entrevista e 11 artigos que focam o seu percurso profissional e teórico. Diante dos ensinamentos de Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira 33), o certo e o errado se relativizam. Além de regras, a língua portuguesa têm variações: a escrita, a falada, a exemplar, a culta, a formal, a informal, etc. O certo, no caso, é ser 'poliglota na própria língua'. 'Hoje existe a idéia errônea de que a pessoa não deve estudar gramática, a preocupação é apenas com a expressão', ele diz. Não basta só a comunicação, a manifestação lingüística deve estar



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

amparada em outros conhecimentos. Aí entra o poliglota na própria língua, que deve ter desde o domínio da escrita de um texto formal até a consciência a respeito de uma conversa com um analfabeto. 'Muita gente pensa que a língua é unitária, homogênea, sem variedades.' A ocasião faz o falante. Essa coisa que parece óbvia não é simples: a língua deve ser usada de acordo com a vontade efetiva de fazer entender-se. 'O uso reflexivo da língua é uma exigência da boa transmissão de idéias.' E o estudo do idioma é uma obrigação de todos. Quando a Academia Brasileira de Letras foi criada em 1897, nenhum gramático estava em seu seio, ele lembra. A preocupação com especialistas da língua é recente, a provar as eleições de Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha e Antonio Houaiss, ao qual Bechara sucedeu. 'Agora a língua começou a ser estudada cientificamente na Academia.' Bechara é o autor da Moderna Gramática Portuguesa (Lucerna), cuja primeira edição é de 1961 e que, até o fim do ano, vai ser atualizada. Embora tenha incorporado novidades dos estudos lingüísticos, como as teorias do romeno Eugenio Coseriu e a distinção entre diacronia e sincronia, proposta pelo francês Ferdinand Saussure, a lição da sua gramática é a mesma em mais de 40 anos: um professor não pode se restringir a ensinar a diferença entre sujeito e predicado. Ele tem de ensinar aos alunos os efeitos da consciência desse saber no uso cotidiano da língua. O emprego das habilidades lingüísticas, Bechara alerta, transita entre os pólos da liberdade e da opressão. Língua é poder. Ou mais do que isso. 'A troca da sua língua é quase igual à troca da sua própria alma, segundo dizia Gaston Paris, um filólogo francês do século 19.' Um gramático tradicional, mas nunca um purista, Evanildo Bechara preocupa-se com a língua exemplar, a da gramática, cuja fonte, para o filólogo homenageado, está nas obras de escritores consagrados. Ele afirma continuar forte a idéia de que é possível escrever como se fala. A consequência de tal pressuposto é a valorização da língua falada em detrimento da escrita. Segundo o filólogo, a língua exemplar não pode cair na mão de pessoas despreparadas, que ditam lições inventadas em 'consultórios gramaticais', como as seções de jornais nas quais se discutem dúvidas elementares, uma forma de preencher as lacunas que os leitores trazem do sistema educacional brasileiro. Professor honoris causa da Universidade de Coimbra, Bechara tem a fórmula para identificar o despreparo dos cuspidores de regras: a visita aos mestres ou, por outra, a tradição. Em Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara, o membro da Academia Brasileira de Letras, para onde foi eleito em 2000, dedica-se a comentar o contato com os mestres, sobretudo com o filólogo Said Ali (1861-1953), autor de Dificuldades da Língua Portuguesa, que comemora um século neste ano e será reeditado pela ABL. Said Ali foi pioneiro ao adotar o prisma científico nos estudos filológicos e gramaticais. 'Que é o prisma adotado hoje, como prova a lingüística, por isso ele avançou no tempo.' Bechara diz que Said abordava os assuntos com originalidade, como o problema da colocação de pronomes. Enquanto todos discutiam que palavras atraíam os pronomes, Said dizia ser absurda essa teoria da atração. 'No fundo, os pronomes se colocam pelo ritmo da língua e, como o ritmo da fala brasileira não é igual ao da portuguesa, os brasileiros não podiam espontaneamente empregá-los com o faziam os portugueses, ele dizia.' E isso não é a defesa de uma 'língua brasileira'. Quando conheceu Said Ali, então um octogenário, o pernambucano Bechara era um adolescente de 15 anos, morador do Rio de Janeiro. O convívio durou 11 anos. 'Ele me ensinou que devemos nos aproximar dos autores que cometem erros - e todos nós os cometemos - com menos frequência.' A partir daí, ele soube separar os livros ruins, com os quais não deveria perder tempo precioso, das boas leituras. Quanto aos conflitos entre os especialistas da língua, que na primeira metade do século 20 começavam nas páginas da imprensa para depois se tornarem rixas pessoais, Said Ali ensinou o seguinte ao pupilo: 'Durante minha carreira briguei muito e dessas brigas não trouxe nenhum benefício para velhice.' Esse ensinamento calou fundo no aluno: 'Nunca mantive uma polémica azeda com os meus colegas.' Bechara é um homem que vai pelo caminho do meio. Ele buscou o equilíbrio. 'No meu tempo, para um jovem subir um dos expedientes usados era atacar os mais velhos.' Lançar argumentos contra os mestres consagrados se tornava um corredor para o iniciante angariar o que pretendia. O gramático pernambucano percebeu que não adotava a estratégia, ao receber um comentário elogioso de um de seus professores, o filólogo Antenor de Veras Nascentes (1886-1972): 'Este para subir não atacou nenhum de seus mestres.' Ele os superou. 'Se aprendemos com os mestres e se chegamos a um ponto mais longe, devemos ter gratidão e não palavras de menosprezo', diz Bechara. A evolução do tempo, segundo o filólogo homenageado, reservou um lugar para Said Ali e Nascentes, enquanto os jovens e suas críticas foram engolidos pela história sem nela fazer marcas. Evanildo Bechara está entre aqueles que deixam marcas.

48. *O Estado de S. Paulo, 6 abr. 2008. Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.* Terá lugar no dia **7 de Abril** (segunda-feira), na **Sala do Senado** e tem como objectivo dinamizar a audição das várias posições e opiniões que se colocam relativamente a esta matéria, nomeadamente sobre a proposta de ratificação do Segundo Protocolo Modificativo. Durante a tarde, a Assembleia da República pretende ouvir um alargado conjunto de entidades, tendo convidado, para o efeito, professores, escritores e representantes de faculdades e de outras entidades que todos os dias fazem da língua portuguesa o seu instrumento de trabalho. Para iniciar o debate, a Assembleia da República conta com a presença do Prof. Dr. Carlos Reis e do Deputado Europeu Vasco Graça Moura. Porque este é um assunto que, pela forma como se vai reflectir em todos os portugueses, a todos interessa debater, a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura convida todos os interessados neste debate a estar presentes.
<http://www.parlamento.pt/destaques/AcordoOrtografico/index.html>

49. *Inconstitucionalidade" do Acordo Ortográfico* http://dn.sapo.pt/2008/04/04/sociedade/acordo_ortografico_pode_ao_constituc.html
O presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), Vasco Teixeira, disse ontem ao DN que "as associações de editores vão estudar as possibilidades de suscitar a inconstitucionalidade" do Acordo Ortográfico, depois de a conformidade do documento que Portugal acaba de ratificar ter sido posta em causa pelo escritor e eurodeputado Vasco Graça Moura. Em causa, segundo disse ao DN Vasco Teixeira, está a possível ilegalidade do protocolo modificativo de 2004, que prevê que a ratificação do acordo por três países o torne válido em todos os estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A versão inicial, de 1990, previa que o documento só seria efectivo se aceite nos sete países. Actualmente, além da ratificação portuguesa, o acordo conta com a assinatura de Brasil, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, pelo que, na prática, se manteria em vigor mesmo que a assinatura nacional fosse anulada. Porém, Vasco



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

Teixeira considera que esse cenário deixaria "a falar sozinhos" os três outros países. "Três em sete nem sequer é uma maioria simples", ironizou. Para este editor, a ratificação do acordo foi "um erro crasso" que Portugal cometeu, já que, considerou, "Angola e Moçambique estão renitentes" em aplicar a nova grafia, e "de um ponto de vista estratégico", é mais importante para o País manter a proximidade da escrita com estes países do que "ceder" às pretensões brasileiras: "É um erro crasso Portugal achar que o português vai ser língua oficial da ONU. Se isso acontecer, o que passa a ser oficial é o Português do Brasil." Aplicação "abstrusa" A APEL divulgou ontem, em Lisboa, um estudo comparando edições portuguesas e brasileiras de autores como Paulo Coelho e J.K Rowling (autora de Harry Potter), onde se concluía que as alterações gráficas introduzidas pelo acordo não impediam que continuassem a verificar-se enormes diferenças entre as versões, dadas as "diferenças frásicas e vocabulares" entre o português dos dois países. "O estudo demonstra que dizer que o acordo é útil para a circulação dos livros, da palavra escrita, é uma falácia", acusou. "Não nos opomos a um acordo. Apenas à forma abstrusa como este foi concebido e está a ser aplicado." Na apresentação do estudo, além de Vasco Graça Moura, foi notada a presença da ex-ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima.

50. APEL contesta argumentos dos defensores e apela para se "evitar uma catástrofe"

<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/b976b7940bcd38af4aa0aa.html>

03 de Abril de 2008, 14:40 Lisboa, 05 Abr (Lusa) - A APEL contesta os argumentos em defesa do Acordo Ortográfico, considerando que este não aproxima as diferentes variantes da Língua Portuguesa, e apelou aos agentes políticos, culturais e educativos para "evitar a catástrofe". Em comunicado hoje divulgado, a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) afirma que, segundo um estudo comparativo por si encomendado, "muito pouco vai mudar". "Ainda não é tarde demais - assinala - para se evitar uma catástrofe, pois, certamente, o Acordo Ortográfico não serve a Portugal". Na opinião da associação, "ao contrário do que é dito pelos seus defensores [do Acordo Ortográfico], não se afigura a aproximação das diversas variantes do Português, mas sim a consagração das diferenças naquilo que é fundamental - a sintaxe, a semântica e o vocabulário -, com clara vantagem para a variante do Brasil". "O estudo - segundo a APEL - assenta numa análise comparativa das versões portuguesa e brasileira de determinadas obras, através de amostras aleatórias, à luz do Acordo Ortográfico". Tomando como referência as obras analisadas, editadas no Brasil e em Portugal, o estudo refere que, "identificadas as alterações, os aspectos facultativos e os casos de dupla grafia, torna-se gritante a manutenção das diferenças frásicas e vocabulares e a ordem dos elementos entre as variantes do Português de Portugal e do Brasil, situações estas a que o Acordo Ortográfico não responde". As obras citadas no comunicado APEL que serviram de comparação são "Freakonomics", de Steven D. Levitt e Stephen J. Dubner, editado em Portugal pela Editorial Presença e no Brasil pela Editora Campus, "Diário de um Mago", de Paulo Coelho, editado em Portugal pela Editora Pergaminho e no Brasil pela Planeta, e "Harry Potter e os Talismãs da Morte", de J. K. Rowling, editado em Portugal pela Editorial Presença e no Brasil pela Editora Rocco, com o título "Harry Potter e as Relíquias da Morte". Ainda segundo a APEL, o objectivo de "globalizar" a Língua Portuguesa "será fraudado". "Não haja quaisquer dúvidas - lê-se no comunicado - de que as instituições internacionais, a partir do momento em que Portugal ceder às intenções do Brasil, não hesitarão em ter como referência o Português daquele país". NL. Lusa/Fim

51. COLIP PROPÕE QUE REFORMA ORTOGRÁFICA ACONTEÇA EM 2009, COM OU SEM PORTUGAL POR QUE A REFORMA É O QUE ELA PROPÕE

<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2008/03/27/ult105u6351.jhtm> Da redacção Em São Paulo

A nova reforma ortográfica entrará em vigor em janeiro de 2009, com ou sem a aprovação de Portugal. Essa é a intenção da Colip (Comissão da Língua Portuguesa), órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação) e representante brasileiro para discussões sobre o tema. A proposta foi encaminhada nesta quarta-feira (26) ao ministro da Educação, Fernando Haddad. "O Brasil já mostrou interesse em marchar com Portugal nessa reforma e já esperou eles decidirem se vão acatar. Agora é hora de a gente começar a pensar internamente. Se Portugal não concordar, o Brasil segue em frente", disse ao UOL Educação o presidente da Colip, Godofredo de Oliveira Neto, depois da reunião da comissão realizada em Brasília. A proposta da Colip é de que, a partir de janeiro de 2009, todos os documentos escritos passem a circular com a nova ortografia. A exceção é aplicada à área educacional: apenas os livros didáticos, que serão distribuídos pelo MEC no ano que vem, ainda poderão conter a gramática atual. A obrigatoriedade da ortografia atualizada nas obras escolares começará a valer a partir de 2012. Enquanto o país vai se acostumando à mudança gramatical, os vestibulandos e candidatos a concursos públicos não precisam se preocupar: as duas ortografias serão aceitas na correção dos exames, segundo a proposta da Colip. Para entrar em vigor, a proposta da Colip deve ser acatada ainda pelos ministros da Educação, de Relações Exteriores (Celso Amorim) e da Cultura (Gilberto Gil). Se aprovada, é encaminhada ao Palácio para ser sancionada pelo presidente Lula. A unificação ortográfica dos países de língua portuguesa é discutida desde 1991. Entre escritores e gramáticos, não há consenso sobre a reforma. O país validou o acordo em 2004. Em fevereiro de 2006, foi a vez de Cabo Verde e, em dezembro do mesmo ano, de São Tomé e Príncipe. Oito países fazem parte do acordo: Brasil, Portugal, Timor Leste e cinco nações africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Juntos, eles fazem do português a oitava língua mais falada do mundo -- segundo o professor Ataliba de Castilho, consultor do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, o idioma fica atrás do chinês, inglês, hindi, espanhol, russo, árabe e bengali. Sem o apoio de Portugal, o Brasil encara um entrave para colocar a teoria em prática. A grafia usada por Portugal é mais difundida no mundo. No último dia 3 de março, a proposta foi aprovada pelo país luso. O protocolo ainda precisa ser ratificado pelo Legislativo português mediante proposta do governo.

52. Em Foco Acordo ortográfico

<http://www.oregional.pt/noticia.asp?idEdicao=306&id=9394&idSeccao=3024&Action=noticia>

Coincidindo com a visita oficial do presidente Cavaco Silva ao Brasil, realizada no âmbito da comemoração dos 200 anos do desembarque da Família Real, acaba de ser ratificado o novo acordo ortográfico. No dizer de Silvas Filho, da Sociedade da Língua Portuguesa, "assim



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

temos uma língua portuguesa planetária, digamos, uma língua das oito pátrias". Espalhadas pelo mundo, só para lembrar: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde e Timor. Isto significa que a escrita ficará uniformizada para 200 milhões de falantes da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e das fortes comunidades de emigrantes (especialmente portugueses, brasileiros e cabo-verdianos) que vivem em países de acolhimento mantendo a língua original, especialmente nos Estado Unidos, no Canadá, na França, na Holanda, na Inglaterra, na Alemanha e na Suíça. Uma das principais mudanças é o fim das consoantes mudas, mas estas e outras alterações terão um período de adaptação de seis anos. Assim, com este largo período de transição, nada de dramatizar este acordo ortográfico. Como disse, ao jornal Sol, Mário Mendão, consultor jurídico da CPLP: "Não estamos a falar de uma polícia dos erros ortográficos. Ninguém vai multar uma pessoa por escrever mal as palavras. A ideia é as novas regras irem -se instituindo aos poucos". Então, vamos cá, deste lado do Atlântico, da pátria da Língua Portuguesa (embora haja quem defenda que a pátria da Língua Portuguesa é a Galiza) treinar um pouco, por exemplo: é um fato que o acordo tem bom aspeto e é ótimo, em especial para a ação dos que se contatam por escrito e exceto para os que ficaram na expectativa e para quem mandou o acordo para o teto. O sublinhado referem -se às palavras objecto de mudança. Para quem habitualmente usa o português de Portugal, isto começa a soar diferente... Que venham os especialistas esclarecer como se vai escrever e pronunciar, de agora em diante.

53. *Espanhóis mostram dotes no idioma de Camões. Galiza lusófona Entre as escolas que participaram este ano na iniciativa, uma fica em Lugo, Espanha.*

Nair Alexandra.

Para a edição de 2008 há já concorrentes com a pontuação máxima acumulada nos três testes: 405 individuais e 156 alunos (através do 'Especial Escolas'). São eles os apurados para uma semifinal que está disponível na Internet para os individuais até ao próximo dia 17 e, para as escolas, até hoje, 15 março 2008 www.linguaportuguesa.ajeiou.pt. Estes testes servem para fazer uma triagem antes da finalíssima, que irá decorrer a 12 de Abril, no Centro Cultural de Belém. Em 2008 concorreram 22.664 individuais e 17.687 alunos, tendo participado 367 escolas. Uma dessas instituições de ensino fica em Lugo, na Galiza (Espanha): trata-se do IES (Instituto de Educación Secundaria) Nosa Señora dos Ollos Grandes. Alexandre Fernández Crende, estudante de Português ali, é um dos 156 felizardos. A sua distinção teve direito a notícia na página de abertura do "site" do instituto. Que leva o nome da imagem quatrocentista (de olhos muito abertos) existente na capela homónima da catedral da cidade. "Nosa Señora..." (em galego), "Nuestra Señora de los Ojos Grandes" (castelhano) ou 'Nossa Senhora dos Olhos Grandes'? Pois foi com esta designação lusa que Maria José Diaz Pinheiro inscreveu o instituto. A docente das línguas portuguesa e galega, professora de Alexandre, explica: "Há uma norma para o Galego, que o rege oficialmente. Mas não é uma norma-padrão. E nem todos concordam com ela, muito influenciada pelo castelhano". Maria José participa no campeonato desde a primeira edição e, a partir de 2008, no Especial Escolas: "Achamos que o Português é a nossa língua e é uma maneira de nos unirmos à lusofonia. A Galiza também quer aí estar". A professora queixa-se, aliás, de um "medo latente" da força do idioma de Camões: uma atitude que levará responsáveis educativos a limitar a carga horária das aulas e a dificultar as vagas de acesso. É por isso que, em sua opinião, "há muitos licenciados em Filologia Portuguesa desempregados", numa região onde, paradoxalmente, a língua de Eça e de Torga tem grande procura.

54. *Vasco Graça Moura escritor http://dn.sapo.pt/2008/03/26/opiniaao/o_preemio.html*

Não percebo a crítica que Vital Moreira faz ao meu último artigo no seu blogue Causa Nossa. Diz ele que tanto o Acordo como o Protocolo Modificativo foram ratificados pelo Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e por isso "já estão juridicamente em vigor em relação a esses três Estados". Mas diz também que Portugal já tinha ratificado o Acordo em 1991 "que não chegou a entrar em vigor por não ter sido ratificado por todos". Idêntica razão procede quanto ao protocolo: se modifica uma convenção internacional sujeita a ratificação, terá de ser ratificado por todos. E tanto é assim que o ponto 3 do Protocolo Modificativo, não obstante a sua absurda pretensão de obrigar oito pela ratificação de apenas três, prevê expressamente o depósito pelos Estados dos "instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Protocolo"! Mas há mais argumentos jurídicos: O Acordo abre a porta à confusão e ao aumento incontrolável das divergências de grafia por via das facultatividades (e não só). O de 1945 proibia-as. Ivo Castro e Inês Duarte escrevem que "a facultatividade é, por definição, contrária à própria ideia de normalização gráfica - de ortografia" (in A Demanda da Ortografia Portuguesa, p. 8). Vinte docentes da Faculdade de Letras de Lisboa afirmam: "Como consequência deste critério, é previsível que surjam divergências ortográficas dentro da mesma variante da língua no mesmo país, dependentes de juízos aleatórios." (op. cit., p. 135). Óscar Lopes adverte: "Convém ponderar um mínimo de coerência com a ortografia dos países de tradição latina, sobretudo ibero-românica, pois não é com uma tática de impermeabilização que se defende a identidade nacional" (op. cit., p. 130). E Manuel Alegre pôs o dedo na mesma ferida: "O que está em causa é uma questão de identidade nacional." (Acção Socialista, 5.6.86). Tudo isto, mais a barafunda e a catadupa de contradições que se seguiriam à aplicação de várias outras bases, mostra que nem ficam assegurados o ensino e a valorização permanente da língua portuguesa, nem a defesa do património cultural enquanto elemento vivificador da nossa identidade (Constituição, art.ºs 9.º e f) e 78, c) e d). Acresce que o art.º 2.º do Acordo previa que os signatários tomassem as providências necessárias com vista à elaboração, até 1.1.93, "de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas". Só depois disso e da ratificação é que o Acordo entraria em vigor, a 1.1.94. Na verdade, trata-se de uma relação de precedência necessária, no plano científico e no plano prático, em matéria controversa e que se reveste de uma grande delicadeza. Todavia, nada foi feito. E, em 17.7.98, foi assinado um primeiro protocolo que alterava aquele artigo 2.º, suprimindo a indicação da data-limite de 1.1.93. Simplesmente, nunca este protocolo foi aprovado ou ratificado por nenhum dos países signatários... E o Protocolo de 2004 não mexeu nesse ponto. Mantém-se, por isso, incólume a exigência do art.º 2.º que condiciona a entrada em vigor do Acordo à prévia elaboração do referido vocabulário comum e técnico-científico, este, repete-se, "tão completo quanto desejável e tão



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

normalizador quanto possível". Isto é: mesmo que o Acordo e o Protocolo de 2004 já estivessem em vigor (e não estão, como se demonstrou), nem assim poderia o Acordo ter aplicação prática antes de cumprida aquela exigência, para a qual, aliás, não consta que esteja a trabalhar qualquer comissão ou grupo de especialistas dos oito países. Os primeiros resultados deste lindo serviço já estão aí: vejam-se, no recentíssimo e apressado Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Texto Editores), alguns lídimos exemplos de defesa da unidade da língua, entre muitos possíveis: *croissã*, *delete*, *striptease*, *workshop*, *dobermann* (esqueceram-se do *rottweiler* e do *pitbull*)... Leiam-se estas pérolas na nota inicial: "cará[c]ter meramente estético", "a polé[ê]mica então desatada", "os acadé[ê]micos portugueses e brasileiros", "definições como cara[c]terística e pré[ê]mio".

55. Maputo, 24 Mar (Lusa) - O Presidente moçambicano, Armando Guebuza, afirmou hoje que Moçambique "está a analisar o Acordo Ortográfico" e "um dia vai assiná-lo", mas não se comprometeu com qualquer data.

"Moçambique está a analisar o acordo ortográfico e, como é óbvio, um dia vai assiná-lo", disse Armando Guebuza durante uma conferência de imprensa conjunta com Cavaco Silva, no primeiro dia da visita do presidente português a Moçambique. O Acordo Ortográfico, que visa unificar a escrita do português, foi alcançado em finais de 1990 e deveria ter entrado em vigor em 1994, mas apenas três dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - aprovaram quer o acordo quer os dois protocolos modificativos entretanto estabelecidos entre os países da CPLP. O segundo desses protocolos, de 2004, prevê que é suficiente a ratificação do texto por três países para que o mesmo entre em vigor. Este Protocolo Modificativo foi assinado por todos os países lusófonos, mas apenas ratificado inicialmente pelo Brasil e Cabo Verde, tendo em Agosto de 2006 sido ratificado igualmente por São Tomé e Príncipe. No início deste mês, o Governo português aprovou uma resolução propondo à Assembleia da República a ratificação deste segundo Protocolo Modificativo, que abre caminho à aplicação do Acordo Ortográfico, mas estabeleceu um período de transição de seis anos.

© 2008 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. 2008-03-24 13:45:02

56. Da ortografia como estratégia Fonte Jornal Público 22.03.08 p. 39)

Leio em declarações recentes de Maria Lúcia Lepecki o seguinte: "Sempre achei que o acordo ortográfico não é preciso; um brasileiro lê perfeitamente a ortografia portuguesa e um português lê perfeitamente a ortografia brasileira." Salvo o devido respeito por aquela minha prezada colega, acho a afirmação escassa. Antes de mais: sei bem que a ortografia e os seus reajustamentos contendem com diferentes, às vezes melindrosos, aspectos e interesses: de editores, de educadores, de escritores, etc. De todos estes e também do cidadão comum, para quem, quase sempre subconscientemente, o idioma é um repositório de representações, de volições, de atitudes simbólicas e mesmo de traumas assentes em séculos de uso, de transformação e de relacionamento intercultural. Sei disso e a todos esses aspectos e interesses há que estar atento, mesmo com a noção de que, em certos momentos históricos, alguns deles têm que ser sacrificados, em favor de outros, entendidos como prioritários. Como quem diz: não se pode ter tudo. É por isso que colocar o acordo ortográfico no plano da leitura e apenas envolvendo portugueses e brasileiros é cingir a reflexão sobre o idioma a um domínio muito estreito, puramente funcional e, para mais, limitado a dois dos países e seus falantes (neste caso: leitores) que têm o português como língua oficial. Faço, evidentemente, a Maria Lúcia Lepecki a justiça de estar certo de que ela sabe que a questão é muito mais ampla e complexa. Deixo aqui de parte outros temas e centrome, por agora, no seguinte: na premência estratégica deste acordo. Se queremos (eu quero) que o português tenha hipóteses, mesmo que de difícil concretização, de alguma afirmação internacional em confronto com outras línguas, então não podemos continuar a ignorar as debilidades de um cenário linguístico em que alegremente convivem duas ortografias e mesmo, se as coisas forem por este caminho, outras mais, à medida que os recentes países de língua oficial portuguesa (e sobretudo Angola e Moçambique) forem ganhando projecção, nesse e noutros planos. É reconfortante declararmos a dimensão transcontinental de um idioma falado por mais de 200 milhões de pessoas, mas alguma coisa temos que fazer, se desejamos que assim continue a ser. Isto não põe em causa, obviamente, o plano da criatividade lexical ou da especificidade sintáctica: nenhum acordo obriga ou obrigará a dizer "autocarro", em vez de "ônibus" ou "machimbombo"; e nem se trata de impor a suposta correcção de "vou dizer-lhe" perante "vou lhe dizer". Trata-se tão-só de reconhecer que escrever "ótimo" em nada altera o sentido do vocábulo, a sua dignidade etimológica ou a sua pronúncia - até porque é assim mesmo que pronunciamos (a bela língua italiana há muito que escreve "ottimo"). Se há aspecto do idioma que é marcado por acentuada convencionalidade, esse aspecto é precisamente a ortografia. E as convenções são reajustadas, quando a realidade das coisas a isso aconselha, sem risco de desfiguração cultural e com todas as vantagens de um entendimento possível entre países, sendo inaceitável que um deles se arrogue direitos de propriedade sobre o idioma. O que está em causa, convém lembrar, é um acordo estratégico, não uma unificação linguística radical e absoluta, do mesmo modo que pensar uma língua sem qualquer espécie de regulação é convidar à sua rápida e irreversível fragmentação. Se é isso que queremos, então concordo que o acordo ortográfico é desnecessário. Seria óptimo (ou ótimo...) que pensássemos as coisas também por este prisma. E que não nos fixássemos em análises desfocadas do problema, como aquela que, com sumária ligeireza, diz: o inglês não precisa de acordo ortográfico. É óbvio que não. Mas essa é outra questão, que tem que ficar para outro momento. Carlos Reis, Professor de Literatura Portuguesa e Reitor da Universidade Aberta Pinto Ribeiro: Acordo Ortográfico é necessário para a expansão da língua portuguesa

57. Informativo-Notícia 2008-03-19 15:38:00

José Pinto Ribeiro respondia a diversas perguntas dos deputados da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa alcançado em 1991 e ratificado pelo Brasil, Cabo Verde e São Tomé. Recentemente, o Governo aprovou uma resolução sobre o Segundo Protocolo modificativo do Acordo, comprometendo-se a adoptar "as medidas adequadas a garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos", para a sua aplicação, "nomeadamente ao nível da validade da ortografia constante dos actos, normas, orientações ou documentos provenientes de entidades públicas, bem como de bens culturais, incluindo manuais escolares, com valor oficial



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

ou legalmente sujeitos a reconhecimento, validação ou certificação". Pinto Ribeiro recordou que a Academia das Ciências "limitou-se" a fazer a recolha da letra A ao longo de 200 anos, "o que nunca permitiu a fixação da língua portuguesa num dicionário", ao contrário do que aconteceu noutros países, como a Espanha e a França. "Não tendo Portugal criado um estudo normativo, vemo-nos forçados a criar leis", justificou. **Necessidades políticas e económicas de internacionalização**

O governante lembrou que as sucessivas reformas realizadas em Portugal, nomeadamente em 1911, 1931 e 1945, nas quais desapareceram, por exemplo, o ph e o y, "não destruíram a criatividade e a liberdade de escrita". "Há um conjunto de necessidades políticas e económicas com vista à internacionalização do português como identidade e marca económica", disse, sublinhando que, recentemente, quando se deslocou ao Brasil por iniciativa do seu homólogo brasileiro, Gilberto Gil, ficou decidido realizar um estudo para avaliar o valor económico da língua portuguesa. O ministro observou que o Acordo Ortográfico da língua portuguesa "não avançou mais cedo porque não houve vontade política". Zita Seabra, deputada social-democrata, que é também editora, disse estar "completamente contra" o Acordo Ortográfico, "tal como a anterior ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, porque a questão não é ortográfica, mas da própria construção da frase e da escrita". Na opinião de Pinto Ribeiro, as alterações do Acordo Ortográfico não constituirão obstáculo. "A grafia facilita", vincou, acrescentando que não será necessário "traduzir" livros de autores brasileiros para português, tal como, por exemplo, António Lobo Antunes não "traduz" os seus livros para "brasileiro".

58. Vasco Graça Moura continua a boicotar o acordo

<http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?ContentId=240405&ArealId=23&SubArealId=39&SubSubArealId=61>

O poeta, ensaísta e eurodeputado social-democrata Vasco Graça Moura foi o convidado desta semana do programa "Diga Lá, Excelência", uma parceria entre a Renascença e o jornal "Público". O acordo ortográfico, ratificado em Conselho de Ministros no passado dia 6 foi um dos temas centrais desta entrevista, conduzida pelas jornalistas Raquel Abecasis (Renascença) e Alexandra Prado Coelho ("Público"). Vasco Graça Moura acredita que o acordo ortográfico é inconstitucional. O escritor e eurodeputado do PSD sustenta que está em causa a violação do princípio da igualdade de direitos entre os Estados: "É que só três países é que o ratificaram. Faltam os outros. E não se pode violar o princípio da igualdade de direitos entre os Estados, admitindo que a ratificação pelos três se aplica a todos. Isso não pode ser". Para o tradutor das mais emblemáticas obras de Petrarca ou de Dante Alighieri, este acordo foi "impingido" ao Presidente da República, Cavaco Silva, como "prato" a servir na visita ao Brasil. O eurodeputado do PSD não poupa críticas ao actual ministro da Cultura, "que não percebe nada do assunto" e "nunca pensou muito nisto", ao ter aceite um prazo de seis anos para aplicação do acordo ortográfico. Na óptica de Graça Moura, o prazo pensado pela anterior governante, Isabel Pires de Lima, de 10 anos, era melhor, porque até lá "esquecia-se o acordo". A segunda parte desta entrevista foi dedicada à situação interna do PSD, com Vasco Graça Moura a considerar que a alteração de estatutos no PSD "abre a porta a fraudes e às chamadas chapeladas eleitorais". Quando questionado sobre se o PSD, pela via democrática, se estava a transformar num partido menos democrático, o eurodeputado considera que "todas as hipóteses se tornam legítimas pelo simples facto destas coisas acontecerem". "Se houvesse outro tipo de dispositivo, se não tivesse sido alterado o dispositivo anterior, sabia-se, com uma grande dose de probabilidade, que isso não podia acontecer, mas agora não podemos ter essa certeza. Há uma série de garantias no que diz respeito à respeitabilidade de um partido que me parece que é importante assegurar". Para Vasco Graça Moura é grave o PSD estar a dispensar elites sem as substituir.

59. PETIÇÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM PROL DE UMA MAIS RÁPIDA IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO

No princípio de Março deste ano (2008), o Governo Português aprovou, finalmente, em Conselho de Ministros, uma proposta de resolução do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico. A nosso ver, contudo, a proposta pretende consagrar um período demasiado longo para a entrada em vigor do Acordo – seis anos. Recordamos que a grande reforma ortográfica de 1911 teve um período legal de adaptação de três anos, numa época em que não havia a tecnologia que há hoje. A recente iniciativa de uma Editora, com o lançamento de Dicionários de Língua Portuguesa já obedecendo às regras do Acordo Ortográfico, bem como a posição de várias entidades, entre as quais a Universidade Lusófona – que pretende editar as suas 14 revistas com a nova ortografia até final de 2008 –, demonstram que podemos ambicionar um período de transição mais curto. Assim sendo, e dado que essa Proposta de Resolução terá ainda que ser apreciada em sede parlamentar, exortamos a Assembleia da República a aprovar um período legal de adaptação de três anos, no máximo. A nosso ver, o Acordo Ortográfico é o instrumento fundamental para uma mais forte e fraterna relação entre todos os países lusófonos – desde logo, para todos os projectos de intercâmbio de professores, que doravante terão a segurança de haver apenas uma ortografia para todo o espaço lusófono. E para uma mais clara relação dos países lusófonos, no seu conjunto, com o resto do mundo – nos fóruns internacionais, como na ONU, os documentos oficiais não terão que ser mais traduzidos para as duas variantes da língua lusa, como acontece até agora. MIL: Movimento Internacional Lusófono

<http://www.novaaguia.blogspot.com> E-Mail: AgostinhodaSilva@mail.pt; Tel.: 21 3422783 / 96 7044286; <http://www.agostinhodasilva.pt>;

60. Portugal terá primeiros dicionários com regras do acordo ortográfico

Na sequência da aprovação da ratificação do segundo protocolo modificativo do acordo ortográfico pelo governo português, na quinta-feira (06/03/2008), a Texto Editores lança sexta-feira (14/03/2008), dois dicionários e um guia já com as alterações previstas no idioma. Segundo informação divulgada nesta segunda-feira pela editora portuguesa, as edições - que, por ora, serão lançadas apenas em Portugal - "visam dar a conhecer as alterações introduzidas pelo acordo ortográfico de 1990". Uma fonte da editora explicou à Lusa que serão editados dois dicionários e um guia: o "NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - CONFORME ACORDO ORTOGRÁFICO", o "NOVO GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - CONFORME ACORDO ORTOGRÁFICO" e o guia intitulado "ATUAL - O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO - O QUE VAI MUDAR NA GRAFIA DO PORTUGUÊS". As três publicações contam com a colaboração dos linguistas João Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia e são as primeiras obras lexicográficas elaboradas em Portugal segundo a nova forma de escrever



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

o português. "Estas obras foram totalmente atualizadas do ponto de vista lexicográfico e refletem uma criteriosa e adequada modernização vocabular e uma significativa inclusão de vozes originárias do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa", diz o comunicado da editora. O "NOVO GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - CONFORME ACORDO ORTOGRÁFICO" possui mais de 250 mil verbetes, com 1.024 páginas cada um. O "NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - CONFORME ACORDO ORTOGRÁFICO", "de caráter mais utilitário, para uso diário em ambiente acadêmico e profissional", possui 125 mil verbetes. O terceiro volume é um "um guia acessível e de consulta rápida sobre as principais mudanças no acordo". Lusa. Baixe para o seu computador o texto completo do novo ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA em PDF (http://www.filologia.org.br/acordo_ortografico.pdf)

61. *Processo está desencadeado, havendo seis anos para adaptação - Malaca Casteleiro 10 de Março de 2008, 17:06*
<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/ca84a2a260233e1c55a189.html>
Lisboa, 10 Mar (Lusa) - O linguista João Malaca Casteleiro defendeu hoje o novo Acordo Ortográfico, que considerou "a unificação possível", admitindo que venha a ser "mais difícil a adaptação dos adultos do que a das crianças". Em declarações à Lusa, o linguista e académico afirmou que, na sequência da aprovação para ratificação do segundo protocolo modificativo do Acordo Ortográfico, pelo Governo, "o processo da nova ortografia do português está desencadeado", havendo seis anos para a adaptação. Neste sentido, Malaca Casteleiro não considera prematura a edição, sexta-feira, de dois novos dicionários e um guia que actualizam a grafia do português e para cuja elaboração deu a sua colaboração científica. "Os editores passam a ter um instrumento de trabalho, que podem seguir, deu-se resposta a uma necessidade. O protocolo modificativo está aprovado e o processo está desencadeado", sentenciou o catedrático da Universidade de Lisboa. Segundo Casteleiro, esta foi "a unificação possível", falhados os acordos de 1945 e 1986. "Este acordo não unifica em absoluto, há hábitos intransponíveis", observou, assinalando que, na realidade, "haverá sempre excepções entre a grafia luso-africano-asiática e a brasileira". Todavia, referiu, "a dupla grafia não chega a meio por cento do léxico total do português". Em termos gerais, adiantou, "as consoantes mudas ou não articuladas desaparecem". São os casos de "acção" ou "óptimo", mas, no caso de a consoante ser pronunciada, esta mantém-se, havendo dupla grafia, como em "recepção", que se manterá para os brasileiros (que pronunciam o "p") mas ~~desaparecerá~~ no caso português, pois não é pronunciado. O caso inverso dá-se com "facto", que mantém o "c" para Portugal mas não para o Brasil. Se a regra é abolir os acentos nas vogais tónicas "e" e "o" quando seguidas de consoantes nasal, há também excepções, casos de "gênero" e "Antônio", por exemplo, uma vez que os brasileiros continuam a escrever "gênero" e "Antônio". Também se assume a excepção nos casos de "ónix" e "fémur", que, segundo a grafia brasileira, se acentuam com acento circunflexo e não agudo. "Há outras pequenas diferenças que vão subsistir ao acordo, casos de 'metrô' para os brasileiros e 'metro' para nós, ou 'matiné' e 'matine'", disse. A primeira alteração gráfica da língua portuguesa foi feita em 1911, após a proclamação da República, sem participação do Brasil, "o que foi grave", na opinião de Malaca Casteleiro, que atesta que "a adaptação vai ser mais difícil para os adultos, mas a aprendizagem será facilitada para os mais novos". Os dois dicionários e o guia consoantes com o novo Acordo Ortográfico serão editados pela Texto Editores, do grupo Leya, apenas para o mercado nacional e terão, cada um, uma tiragem de 5.000 exemplares, informou à Lusa fonte editorial. NL. Lusa/Fim

62. *PR/Brasil: Presidente da Academia Brasileira de Letras congratula-se com aprovação acordo ortográfico*
<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/a04e07fd50c22b9ed4fea1.html>
7 de Março de 2008, 19:34 ** Paulo Alves Nogueira (texto) e Paulo Novais (foto), da Agência Lusa ** Rio de Janeiro, Brasil, 07 Mar (Lusa) - O presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni, congratulou-se hoje com a aprovação do acordo ortográfico pelo governo português, salientando tratar-se de uma "boa notícia" para todo o Brasil. "Nós vamos ser uma língua escrita da mesma forma. Não importa a maneira como vamos pronunciar as palavras, mas a grafia será a mesma", frisou. Cícero Sandroni falava aos jornalistas portugueses no Rio de Janeiro, depois de ter entregado ao Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, um exemplar de um jornal brasileiro que hoje titulava "Portugal dá aval à reforma ortográfica". Recordando Fernando Pessoa - "a minha Pátria é a Língua Portuguesa" - e que o acordo ortográfico já foi ratificado pelo Brasil, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, Cícero Sandroni acrescentou que a decisão de Portugal "é muito importante para a afirmação da Língua Portuguesa no mundo, que hoje tem mais de 200 milhões, talvez 220 milhões de utentes". O Conselho de Ministros aprovou quinta-feira a proposta do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1991, comprometendo-se a adoptar as medidas adequadas para "garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos". Questionado sobre se também dá o aval ao acordo, Cavaco Silva, ao lado do presidente da Academia Brasileira de Letras, respondeu que, segundo o princípio da separação de poderes, o Presidente da República "fica a aguardar que a Assembleia da República discuta o acordo ortográfico e depois o submeta a promulgação". Cavaco Silva reafirmou que a decisão do Conselho de ministros "foi como que uma associação da parte do Governo" às celebrações do bicentenário da transferência de corte portuguesa para o Brasil. "Essa transferência também significou de alguma forma a consolidação da Língua Portuguesa como língua de múltiplos continentes", referiu o Presidente da República. "Numa caminhada em conjunto durante séculos, há um acontecimento histórico que começa em 1808 que dá um contributo decisivo para que hoje as nações (Portugal e Brasil) sejam nações irmãs, onde a Língua Portuguesa é uma peça decisiva da identidade dos dois países", acrescentou. Cavaco Silva está no Rio de Janeiro desde quinta-feira, para participar nas comemorações brasileiras dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil. A visita, de três dias, efectua-se a convite do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que se encontrará ainda hoje como Cavaco Silva. Lusa/Fim

63. *Acordo Ortográfico ou a evolução da língua* http://dn.sapo.pt/2008/03/08/editorial/o_acordo_ortografico_a_evolucao_ling.html
Numa prova de bom senso e realismo político, o Governo aproveitou as comemorações dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil (agora uma potência económica emergente) para acabar com o *suspense* e anunciar a intenção de concluir o processo de ratificação do Acordo Ortográfico. Não ficaria bem ao país onde nasceu a sétima língua mais falada do mundo ter um comportamento autista, pondo-se



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

à margem de um processo em que estão envolvidos e apostados todos os outros Estados da CPLP. Não faria sentido teimar em manter a obediência ao *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, celebrado entre Portugal e o Brasil em 1945 (quando ainda não havia televisão a cores, telemóveis ou Internet), recauchutado no final do marcelismo com a exterminação dos acentos nos advérbios de modo. O que distingue um língua viva de uma língua morta é precisamente o facto de estar em permanente evolução. Seria um esforço inútil não reconhecer as mudanças. Por alguma razão, não falamos todos latim. São os utentes menos cultos que fazem evoluir as línguas, que tendem para a simplificação e para a contaminação da escrita pela oralidade. Num momento em que escolas neozelandesas já aceitam que os alunos usem nos testes a escrita abreviada das sms, seria tolo Portugal persistir em manter o tabu sobre a ratificação do segundo protocolo do novo Acordo Ortográfico, que será válido para 230 milhões de falantes.

64. Com prazo de transição de seis anos Governo ratifica Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 06.03.2008 15h43 **<http://ultimahora.publico.clx.pt/noticia.aspx?id=1321809>**

O Governo aprovou hoje a proposta do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1991, comprometendo-se a adoptar as medidas adequadas para "garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos". A decisão, que ainda terá de ser sujeita à apreciação do Parlamento e do Presidente da República, Cavaco Silva, foi anunciada pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, no final do Conselho de Ministros. "O Estado português adoptará as medidas adequadas para garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos, nomeadamente ao nível da validação da ortografia constante dos actos, normas, orientações ou documentos provenientes de entidades públicas, bem como de bens culturais, incluindo manuais escolares, com valor oficial ou legalmente sujeitos a reconhecimento, validação ou certificação", lê-se no comunicado do Conselho de Ministros.

65. Cavaco Silva: Governo associa-se com acordo ortográfico ao bicentenário da chegada da corte ao Brasil Público **2008-03-07 13:04:00**

"As negociações começaram quando eu era primeiro-ministro. Agora o acordo vai para a Assembleia da República, vai ocorrer aí um debate, e vai para Belém também", disse ainda o Presidente, nas que foram as suas primeiras declarações da visita oficial que iniciou ao Brasil. O Conselho de Ministros aprovou ontem a proposta do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1991, comprometendo-se a adoptar as medidas adequadas para "garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos". Por seu lado, o ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, que acompanha o Presidente na viagem ao Brasil, disse: "Era indispensável já tinha passado tempo demais para que se ratificasse. Na minha opinião, devíamos ter sido os primeiros." "O Governo não veio a optar por uma moratória ao definir um período de seis anos para a execução do acordo. Aquilo que o Governo veio dizer foi que esperava que a implementação, a execução completa do acordo ortográfico, estivesse concluída num período máximo de seis anos. Mas não foi estabelecida nenhuma moratória", acrescentou. E justificou este prazo com a necessidade de organização: "É preciso formar professores, é preciso rever currículos escolares, é preciso fazer livros, há muitas coisas para fazer até estar completamente executada" a reforma.

66. Rio de Janeiro. Acordo Ortográfico: Governo diz que seis anos é prazo de transição "razoável" Jornal Público Informativo -Notícia 2008-03-06 18:30:00

"O Governo decidiu adoptar medidas de transição por um prazo de seis anos, prazo que julgamos suficiente e razoável para que essa transição possa ocorrer", afirmou Pedro Silva Pereira no final do Conselho de Ministros que aprovou uma proposta de resolução sobre o segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Em conferência de imprensa, o titular da pasta da Presidência referiu que o acordo ortográfico "tem uma história longa, tendo sido ratificado por Portugal em 1991". "Entretanto, foram elaborados dois protocolos modificativos e esta proposta de resolução refere-se ao segundo protocolo modificativo aprovado em 2004 pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)", apontou o membro do Governo. Até ao segundo protocolo modificativo, para que o acordo ortográfico entrasse em vigor, era necessária a ratificação de todos os Estados da CPLP. No entanto, com o acordo político alcançado em 2004, a entrada em vigor do tratado sobre a língua portuguesa ocorre logo que três Estados da CPLP depositem os seus instrumentos de ratificação - o que já aconteceu nos casos de São Tomé e Príncipe, Brasil e Cabo Verde. Em termos políticos, Pedro Silva Pereira manifestou a convicção de que o acordo ortográfico entrará em vigor nos próximos anos em todos os Estados da CPLP. "Fiel às posições políticas assumidas desde 1991 - disse -, Portugal sempre enunciou a intenção de concluir o processo de ratificação, juntando-se aos outros países num movimento que antecipamos se deverá generalizar a todos os países da CPLP". Segundo o ministro da Presidência, "o facto de o Governo propor agora ao Parlamento esta resolução sobre o acordo ortográfico - que depois conduzirá a Assembleia da República a poder propô-la ao Presidente da República -, não prejudica que o Estado Português possa e deva adoptar as medidas necessárias para que haja um processo de transição adequado". Neste contexto, Pedro Silva Pereira indicou que, na questão da adaptação às mudanças previstas no acordo ortográfico, o problema dos manuais escolares foi ultimamente o que maior atenção mereceu da parte do Governo. "Mas, com a decisão agora tomada, o Governo Português está a exprimir a sua vontade política de se juntar aos outros Estados da CPLP que estão neste modelo no sentido de efectivar a entrada em vigor do acordo ortográfico", frisou. De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, a aprovação do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vai "permitir a adesão da República Democrática de Timor Leste" a este tratado político.

67. O acordo ortográfico outra vez Público P2 04.03.2008, Desidério Murcho

Nesse excelente serviço prestado a todos os utentes da língua que é o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa (www.ciberdúvidas.sapo.pt) podemos ler vários artigos que discutem o novo acordo ortográfico. O grosso dos argumentos a favor e contra parecem situar-se em dois grupos. No campo contrário ao acordo está o nacionalismo dos donos da língua. A ideia de base é que quem quiser escrever português genuíno tem de escrever como eles; os outros escrevem português de segunda. Pelo mesmo raciocínio, os verdadeiros donos do português não são afinal os portugueses, na sua maior parte, pois tendem a escrever "républica" ou "voçê", pronunciam as palavras à sua maneira e a



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

gramática que usam não corresponde à que está registada. Aliás, pelo mesmo raciocínio o português devia ser abolido porque é originalmente uma corrupção do latim de pé descalço. Nada de surpreendente neste campo, excepto o velho pensamento racista e colonialista português. No campo favorável ao acordo os argumentos dividem-se em duas fantasias extravagantes. A primeira é que o acordo permite unificar a língua. A segunda é que isso é importante para fazer circular os livros. Que o acordo ortográfico não pode unificar uma língua é óbvio se pensarmos que a ortografia é uma pequena parte da língua. As diferenças mais profundas entre o português de Portugal e o do Brasil são gramaticais e lexicais e não ortográficas. E o mesmo acontece provavelmente com as variantes africanas e timorenses da língua. Unificar a ortografia é como unificar a cor dos carros para se ficar com a sensação de que toda a gente anda de BMW. Assim, mesmo que a unificação da língua fizesse circular os livros, o acordo ortográfico seria inútil porque não unifica a língua. Daqui segue-se que as pretensas vantagens do acordo são como as vantagens de ter gnomos de barro no jardim: são decorativos, mas não fazem a poda por nós. Com acordo ou sem acordo, os livros entre os diversos países circularão se os empresários do livro quiserem que circulem - nada mais. Não há qualquer impedimento ortográfico à presença dos livros portugueses no Brasil, por exemplo. Na verdade, na biblioteca de Filosofia da minha universidade brasileira encontram-se imensos livros portugueses e nem os meus colegas nem os meus estudantes se queixam da ortografia. Mas todos se queixam de ser muito difícil comprar livros portugueses - o que se deve à inépcia dos editores, e não à ortografia. O acordo ortográfico revela a mentalidade mágica que é em parte responsável pelo subdesenvolvimento dos países de língua portuguesa. Segundo essa mentalidade, a falta de iniciativa empresarial, de cooperação académica e de produção intelectual resolve-se fazendo leis. E por isso temos leis. O que quase não temos a circular nos nossos países são publicações de qualidade sobre Filosofia, História, Física ou Matemática - ou gramática - e que sejam originalmente escritas em português. Temos traduções ignaras de livros dos anglófonos, que não têm leis sobre a ortografia, e temos leis sobre a ortografia.

68. Falta vontade política para ratificação- Malaca Casteleiro

Lisboa, 29 Fev. (Lusa) - O professor João Malaca Casteleiro, linguista que participou no processo de elaboração do Acordo Ortográfico, lamentou hoje a falta de vontade política que está a entrar a sua ratificação

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=329862&visual=26&tema=5>

"Eu tenho muita pena de que não haja vontade política para ratificar o acordo nos oito países do espaço da Lusofonia", declarou o linguista numa mesa-redonda sobre o tema, realizada no âmbito da Expolíngua, que hoje termina no Centro de Congressos de Lisboa. "É que isto não é uma questão linguística, é uma questão política, uma questão muito importante do ponto de vista da política de Língua no âmbito da Lusofonia", sublinhou Malaca Casteleiro, membro da classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa. "Esquece-se muitas vezes que, para haver Lusofonia, tem de haver medidas concretas e alcance prático e esta é uma delas", frisou. O professor jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa defendeu que se assiste "desde 1911 - data do primeiro acordo ortográfico - a uma espécie de guerra ortográfica dos cem anos". Na sua opinião, apesar de o novo acordo "remontar a 1990, ele continua totalmente actual e pertinente", espelhando "as razões que desde sempre nortearam a procura de uma unificação da ortografia da Língua Portuguesa". "Sendo a Língua Portuguesa um instrumento de comunicação de oito países de língua oficial com 200 milhões de falantes, convém que haja uma só ortografia e não duas", sustentou. O professor explicou que este acordo ortográfico "privilegia o critério fonético a desfavor do critério etimológico", o que implica "a supressão das consoantes mudas, há muito decidida no Brasil". "São estas consoantes - apontou - que têm atrapalhado todo o processo. E não se percebe porquê", porque, garantiu, tudo foi estudado e analisado com muita prudência. "Este acordo prevê a unificação possível que, mesmo assim, abrangerá 98 por cento do léxico", precisou. Em 1990, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram um acordo para unificar a Língua Portuguesa e estabeleceram um prazo de quatro anos para a sua ratificação, que seria em 1994. Uma década depois, em 2004, foi aprovado um protocolo de alteração prevendo que bastaria que três países o ratificassem para que o acordo entrasse em vigor. O Brasil ratificou-o logo a seguir e dois anos depois foi a vez de Cabo Verde, São Tomé e Portugal, que, contudo, não procedeu ao depósito dos instrumentos de ratificação que a lei exige. ©2008 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. 2008-02-29 16:55:01

69. Acordo ortográfico: Impasse é como "guerra do Alecrim e da Manjerona" - José Saramago

Lanzarote, Espanha, 26 Fev. (Lusa) - O escritor português José Saramago classificou hoje o impasse em torno do acordo ortográfico como "a guerra entre Alecrim e Manjerona", considerando que a situação se tornou "caricata" e que tem de se cumprir o assinado. "Estiveram à mesa das negociações, discutiu-se o problema, chegou-se a um acordo e assinou-se. E depois não se cumpre, como noutras coisas no nosso país", afirmou Saramago em entrevista à Lusa. "O acordo existe e passou por umas quantas cabeças de um lado e de outro. Se for preciso, sentem-se outra vez à mesa, puxem das esferográficas e avancem, que isto já se está a tornar caricato", observou. Considerando não ter "autoridade para defender um ponto de vista ou outro" sobre a matéria, Saramago rejeitou concepções "puristas" em torno da língua, recordando que "a grande reforma foi em 1911, quando acabaram as consoantes duplas". "Gosto da minha língua tal qual a escrevo mas não posso impor a 150 milhões de pessoas os meus gostos pessoais. Mas recordo que aprendi a escrever mãe com 'e', depois mandaram - me escrever com 'i' e depois voltaram a mandar escrever com 'e', quando a mãe era sempre a mesma", disse. "Deviam preocupar-se agora era com as pessoas que não respeitam a língua em vez de falar de pureza. A reforma de 1911 é que foi uma revolução autêntica, quando se reconheceu que a língua na sua expressão ortográfica era bastante confusa, mas resolveu-se tudo sem traumatismo, sem traumas culturais, intelectuais ou psíquicos", insistiu. Para o Nobel português, é importante decidir "o que se quer", frisando que o português "não é condenado à situação do húngaro, fechado em fronteiras de onde não consegue sair". "Evidentemente que se escrevo a palavra 'objecto', gostava de a escrever com o 'c' entalado lá no meio, mas um brasileiro escreverá sem 'c'. Mas isso é grave? A pronúncia é igual", disse. Saramago cita os exemplos do Brasil e dos países africanos lusófonos "onde as transformações idiomáticas, ortográficas e semânticas se aceleram" e onde



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

"não continuam a falar o português do Almeida Garrett". "Temos de acabar - sublinhou - com a ideia de que somos os donos da língua. Os donos da língua são quem a fala, melhor ou pior". ASP. Lusa/Fim

70. *Crónica - O desacordo ortográfico autor João do Ó Pacheco 22/02/2008 -*

<http://da.campodomesmedia.com/alentejoilustrado/index.php?link=noticia&id=830>

Eu fiquei algo espantado, o termo não é excessivo, ouvindo uma discussão na RTPN, para bem dos cidadãos depois das 2 da manhã, sobre aquele fenómeno peregrino de há 17 anos: o Acordo Ortográfico. Este País deixa-me estupefacto. Do elenco faziam parte dois professores universitários e o escritor José Viegas noutro estúdio. A conversa foi surrealista. Eu compreendo que a explicação das tónicas, vogais mudas e outras tecnicidades sempre devotaram a minha atenção, porque aprendi algum latim. Para o resto dos mortais era um puzzle e uma conversa técnica baldada ao insucesso. O disparate de uma discussão tão técnica que chegou ao ponto de tentar fazer entender aos espectadores que o grau de humidade de um país fazia abrir ou fechava as vogais e lhes retirava os H ou os P é sobretudo patético em televisão. Mas fiquei tão siderado que acompanhei até ao fim o disparate. A RTP é "dar-lhe ou não lhe pegar". Ora faz séries completamente imbecis para os adolescentes e concursos lamentosos para a meia-idade, como depois decide fazer grandes encontros universitários às 2 da manhã sobre uma discussão peregrina de quem ninguém quer já saber. Por ventura a Inglaterra algum a vez lhe passou na cabeça fazer um acordo ortográfico com os USA ou a Austrália? O senhor professor doutor falando de fonemas utilizados dizia que nem toda a gente poderia falar correctamente o português por questões meteorológicas. Isto é bastante espantoso. Eu nunca estive em Inglaterra e tenho sotaque britânico. O resto dos meus amigos fala com sotaque americano. Aprenderam na televisão a falar daquela forma. O que não foi referenciado, e que eu gostaria de ter sido, não são os fonemas e a caída das vogais mudas. É quantos termos utilizam os portugueses e os brasileiros em conversação convencional intelectual. Isso teria sido o mais importante saber. A nova estenografia criptada chamada de "internês" que alguns amigos meus utilizam com toda a simplicidade em diversos Messengers... K = qual, o quê ou quem... É um dos exemplos da nova simbologia linguística imediata. E outras palavras completamente inexplicáveis para mim que vou tomando aos bocados e decifrando conforme posso. Eu tenho suficiente velocidade dactilográfica para escrever frases inteiras, por isso não me importo com simbologia de tratamento WWW. Aqui está o cerne da questão. Eu não me importo que a nossa língua mude. Até se diz que o brasileiro é a língua mais próxima do português medieval, até a nível de sonoridade, do que a nossa actual. O que me aborrece é que modifiquemos o nosso conceito por causa de questões financeiras, como nos foi informado naquele espectáculo. Questões de diplomacia. Questões editoriais. Questões... questões... questões. Porventura os brasileiros estão preocupados como se fala nas Beiras ou no Algarve? Eu, se não gostar de uma tradução em brasileiro, espero pela portuguesa, que é naturalmente tardia e mais cara. Compro nesse caso em espanhol. Mas modificar a nossa língua original por critérios que não são de todo culturais mas pura e simplesmente económicos, acho uma vergonha. Eu não vou deixar de usar "baptismo" em vez de "batismo"... de usar que um "facto" não é um fato... e coisas desse teor. Eu fiquei enervado por ver dois universitários falando da utilização da fonética sem saberem explicar por que os brasileiros utilizavam outra maneira de pronunciar vogais. Toda a gente sabe que é pela duplicação anterior das consoantes. Por isso se diz "báptismo" e não "bâtismo". Isso é óbvio. Enfim, um programa confrangedor com dois dos nossos melhores letrados em linguística e um escritor que eu considero. Deixem-se de acordos ortográficos. Se se utilizam 50 mil termos ou 20 mil, como no caso dos UK e USA, é uma mera tecnicidade jornalística ou literária. Imagino que os portugueses nem usem 15 mil, embora tenhamos na Europa, a par com a Alemanha, um dos maiores índices de termos utilizáveis, mais de 50 mil.

71. *Ministro Cultura considera que moratória não é a melhor opção*

Madrid, 15 Fev (Lusa) - O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, considerou hoje que deve ser o mercado e não moratórias a resolver a aplicação do Acordo Ortográfico, manifestando-se esperançado numa ratificação rápida do Protocolo Modificativo do mesmo.

[http://www.portugalzone.com/noticias/acordo-ortografico-ministro-cultura-](http://www.portugalzone.com/noticias/acordo-ortografico-ministro-cultura-considera-que-moratoria-nao-e-a-melhor-opcao.shtml)

[considera-que-moratoria-nao-e-a-melhor-opcao.shtml](http://www.portugalzone.com/noticias/acordo-ortografico-ministro-cultura-considera-que-moratoria-nao-e-a-melhor-opcao.shtml)

"É uma questão que não vai ser resolvida através de moratórias mas através do mercado", disse a jornalistas portuguesas em Madrid, rejeitando assim a opção defendida pela sua antecessora, Isabel Pires de Lima. "Tem havido uma grande concentração e alteração das condições editoriais. Por isso, vamos ver como o mercado reage e como acolhe essa situação", sublinhou, questionado pela Lusa sobre o tema, na conclusão de uma visita às galerias portuguesas na ARCO em Madrid. Aos jornalistas observou que a questão "passa por uma coordenação de vários ministérios", recordando que, "do ponto de vista de política e direito internacional, o acordo está ratificado por três países e nos termos do próprio acordo entrou em

vigor". Insistiu em que, apesar de Portugal ainda não o estar a aplicar, não se afigura "um problema de incumprimento". "O que se trata de assegurar é que as vantagens da fixação ortográfica de uma língua não tenham consequências ao nível da liberdade criativa, da pluralidade de discursos. Penso que isso é relativamente fácil de assegurar", sustentou. "Espero - disse ainda - que haja condições para que muito rapidamente seja ratificado também por Portugal, em coordenação com o mundo editorial, com os manuais escolares e com todos os interesses envolvidos". Isabel Pires de Lima tinha invocado razões de ordem científica e empresarial para pedir 10 anos de reserva para "avaliar com a sociedade civil" a sua implementação. "O ministério tem conversado e ouvido a comunidade científica e empresarial e achou por bem pedir esta reserva de dez anos", disse Pires de Lima em Novembro do ano passado. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi alcançado em 1991 e assinado por todos os países, sendo imediatamente ratificado pelo Brasil, Cabo Verde e Portugal. Em 2004, em S. Tomé e Príncipe, foi acordado um Protocolo Modificativo, segundo o qual bastava este ser ratificado por três Estados para entrar imediatamente em vigor. Este Protocolo Modificativo foi assinado por todos os países lusófonos, mas apenas ratificado inicialmente pelo Brasil e Cabo Verde e, algum tempo depois, por S. Tomé, "passando juridicamente a entrar em vigor". O tema do acordo ortográfico foi o único, fora das questões relacionadas com a participação portuguesa na ARCO, que José António Pinto Ribeiro aceitou comentar aos jornalistas. ASP. Lusa



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

72. *Escritor angolano defende opção por ortografia brasileira. semanário A Capital*

Luanda O escritor angolano José Eduardo Agualusa defende que Angola "deve optar pela ortografia brasileira" caso o acordo ortográfico **não seja aplicado por "resistência" de Portugal**. Em texto publicado pelo semanário A Capital, o autor afirma que Angola é um país independente e não deve nada a Portugal. Além disso, lembra que o Brasil tem 180 milhões de habitantes e produz mais títulos, inclusive a preços mais baratos do que Portugal. Agualusa, um dos mais respeitados escritores angolanos e lusófonos, diz que o país africano "tem mais a ganhar com a existência de uma ortografia única do que Portugal ou o Brasil", porque o país não produz livros, mas precisa "desesperadamente deles". O autor aponta como razões para a demora na activação do acordo a "confusão" entre ortografia, as regras de escrita e linguagem, resumindo que o acordo tem por objetivo a existência de "uma única ortografia" no espaço de língua portuguesa, sendo "absurdo" pensar em unificar as diferentes variantes do idioma.

Idioma

José Eduardo Agualusa cita um "enraizado sentimento imperial" de Portugal em relação à língua. Segundo o autor, a história nega esta percepção, pois "a língua portuguesa formou-se fora do espaço geográfico onde se situa Portugal - na Galiza". "Por outro lado, a língua portuguesa tem sido sempre, ao longo dos séculos, uma criação coletiva de portugueses, africanos, brasileiros e povos asiáticos", afirma. O escritor defende ainda que a educação das populações angolanas e o desenvolvimento do país dependem da importação de milhões de livros nos próximos anos. Para Agualusa, as autoridades angolanas devem criar "rapidamente legislação" que permita e facilite a entrada de produtos culturais e, "em particular", de livros.

Processo

O acordo ortográfico da língua portuguesa foi alcançado em 1991 e assinado por todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo imediatamente ratificado por Brasil, Cabo Verde e Portugal. Em 2004, em São Tomé e Príncipe, foi firmado um protocolo modificativo, segundo o qual bastava este ser ratificado por três países para entrar imediatamente em vigor. O documento foi assinado por todos os países lusófonos, mas apenas ratificado inicialmente por Brasil e Cabo Verde. Em agosto, foi ratificado também por São Tomé, "passando juridicamente a entrar em vigor". Sobre a situação em Angola, a análise do documento para ratificação está entregue aos ministérios das Relações Exteriores e da Educação. Segundo fonte próxima do processo contactada pela Agência Lusa, o governo angolano está "desencadeando mecanismos internos" para a sua conclusão. O último passo será dado quando o processo passar pela aprovação do Conselho de Ministros e da Assembleia Nacional, o Parlamento de Angola. "Os Estados foram notificados para se pronunciarem sobre o assunto e nós estamos a desencadear mecanismos internos para saber como estão as coisas", acrescentou a fonte. De acordo com a fonte contactada pela Lusa, existe uma "preocupação" de todos os Estados lusófonos para resolver a questão, na medida em que há atualmente "uma fala e duas escritas".

Trâmites

Para o governo angolano, o acordo ortográfico ainda não foi assinado porque "caiu no esquecimento", considerando a fonte que "agora é importante voltar a analisá-lo para lhe dar seguimento". Em Portugal está em preparação a ratificação do protocolo modificativo ao acordo, embora sujeito a uma reserva de dez anos, conforme anunciou recentemente a ex-ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima. A posição do governo português, anunciada pela então ministra, é que "juridicamente o acordo ortográfico, assinado e ratificado por Portugal em 1991, está em vigor". Apesar disso, invocou razões de ordem científica e empresarial para pedir dez anos de reserva para "avaliar com a sociedade civil" a sua implantação. Agência Lusa, 11 Fev. 2008.

73. *Lusofonia: Acordo Ortográfico não é necessário - Mia Couto*

Lisboa, 11 de Fev (Lusa) – O escritor moçambicano Mia Couto afirmou hoje à Agência Lusa não haver necessidade de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/144a21b4b79458d747f402.html> Na opinião do autor de "O outro pé da sereia", "o acordo ortográfico tem tanta excepção, omissão e casos especiais que não traz qualquer mudança efectiva". O escritor moçambicano rebateu deste modo o angolano José Eduardo Agualusa que, na sua crónica habitual no semanário de Luanda a Capital, defendeu a escolha, por Angola, da ortografia brasileira, caso não venha a ser aplicado o Acordo Ortográfico por "resistência" de Portugal. "Sou grande amigo do Agualusa, mas nesse ponto tenho uma grande divergência", afirmou o escritor, em Lisboa, numa sessão de autógrafos. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa estabelecido em 1991 foi assinado por todos os países da CPLP. Em Angola aguarda-se a ratificação do documento, que o governo de Luanda considerou ter "caído no esquecimento". CZS. Lusa/fim

74. *Adiamento da aprovação do Protocolo Modificativo «é lamentável»*

O linguista Malaca Casteleiro manifestou hoje «**estranheza e perplexidade**» pelo adiamento para 2008 da aprovação pelo governo português do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, considerando «**lamentável**» a decisão.

http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Cultura/Interior.aspx?content_id=73146 27 DEZ 07

Em Novembro, em declarações à imprensa na XII Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, dera a garantia de que o Protocolo seria ratificado até ao final do ano. Ainda em Novembro, a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, intervindo na Assembleia da República, anunciara que Portugal iria pedir um prazo de dez anos para a entrada em vigor do novo Acordo Ortográfico. Quarta-feira, uma fonte do ministério informou que o processo de aprovação do documento, inicialmente previsto para o último conselho de ministros deste ano, a realizar hoje, dia 27, «**foi adiado para 2008**», escusando-se a precisar a nova data. Hoje ouvido pela agência Lusa, Malaca Casteleiro, um dos mais activos defensores do Acordo Ortográfico, qualificou de «**lamentável**» o adiamento, decidido «**como por efeito de uma varinha mágica**». «**Isto não é bom para a língua portuguesa. Não é assim que se defende a língua portuguesa**», criticou. Relativamente à moratória de 10 anos anunciada pela titular da Cultura, considerou-a excessiva e defendeu que «**quatro a seis anos**» são «**mais do que suficientes para a mudança, para todas as**



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

alterações» a efectuar. Assinado a 16 de Dezembro de 1990 e publicado em *Diário da República* em Agosto de 1991 com a resolução do Parlamento que o aprovou para ratificação, o Acordo Ortográfico deveria entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1994 depois de «**depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados (Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) junto do Governo da República Portuguesa**», mas isso não aconteceu porque só Portugal, Brasil e Cabo Verde o ratificaram. Desde então foram aprovados dois Protocolos Modificativos, o primeiro dos quais, em Julho de 1998, previa a entrada em vigor do acordo depois do depósito de ratificação por parte de todos os Estados signatários, sem todavia fixar qualquer data. Em Julho de 2004, por um novo Protocolo Modificativo, assinado numa cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizada em São Tomé, prescindiu-se da aplicação unânime do acordo e estabeleceu-se que ele poderia entrar em vigor quando (o protocolo) fosse ratificado por três países, mas com a sua aplicação limitada a apenas esses países. Lusa/SOL

75. „Porquê o “u”? O Português está prestes a mudar... mas não o suficiente. (3 de Jan.º de 2008)

<http://www.alvordesintra.com/noticias/templates/Noticias.asp?articleid=8818&zoneid=15&z=15&sz=&n=>

Aquilo a que se propõe (Protocolo Modificativo do) Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é uma migalha do que seria uma urgente limpeza de incoerências no que escrevemos. Esteve empatado durante muitos anos e surge agora demasiado apressado, sem ouvidos para diversas entidades que deveriam ser fulcrais na sua elaboração. Não mereceriam estas obras de reparação da Língua Portuguesa aprofundados estudos? Presumo que pelo menos tantos quanto os que já foram feitos (e se farão?) sobre a nova localização do Aeroporto de Lisboa e que envolvessem linguistas com soluções práticas e visões inovadoras que originassem protótipos de uma nova escrita do Português que proporcione uma mais rápida e consistente aprendizagem para um estudante do nosso idioma. Uma dessas incoerências é a má gestão do nosso alfabeto: as letras S, G e X jamais deveriam alterar a sua verdadeira sonoridade na presença de vogais ou sequer fazer a função de outras letras como nas palavras: "avisar", "sugerir" e "existir", que se deveriam naturalmente escrever: "avizar", "sujerir" e "ezistir". Do mesmo modo: "jerir" e "axar" ou mesmo "ezijir" (porque também não pronunciamos a palavra "exigir" como "ecsiguir"). Se escrevemos "compreensão" porque não escrevemos "compensação"? Temos 4 grafias para o mesmo som "sss": C (com "e" e "i"), Ç, S e SS. Também o C de "Cão" e o Q de "Quando" têm o mesmo som – sem contar com o K, cujo uso em SMS é uma moda frívola e parolosa pois o Q já faz rigorosamente o mesmo. Se quiséssemos ser realmente coerentes deveríamos até decidir entre o C de "Cão" e o Q de "Quando" – "Qão" ou "Cuando", "Qímiqo" ou "Címico" – e também terminar com U palavras como pratu, garfu, copu, que é como realmente as pronunciamos. Se o H de "húmido" e o P de "óptimo" vão desaparecer então dever-se-iam também eliminar todas as letras mudas que, até hoje, nos esbanjaram incontáveis instantes de escrita e toneladas de papel & tinta com o seu inútil silêncio. Se a inclusão no nosso alfabeto do K, do W e do (regressado) Y se deve ao uso do Inglês então que deixemos também de cercar com "" as palavras desta universal língua ou tombá-las com itálico como se fizéssemos questão de salientar que não pertencem à nossa cultura quando, na verdade, cada vez mais o são. Deveríamos sim, importar caracteres de outras línguas que nos ajudassem a eliminar ambiguidades (como as da fonética de "ä" e "ã") ou nos permitissem estabelecer uma melhor ponte com o Português Brasileiro. Num Português limpo poderíamos ter: "sedênsia", "xeqe", "xinezíse", "sicatríx", "ginxar", "gizadu", "sirurjá", "aqeser", "desizão", "qinquajézima", "qiosqe", "jenjiva", "flecível", "Acsílas", "ausíliu", "talvex", "ezijênsia". E levando mais longe: "vegetarianijmu", "isu", "ixtu" i "aquilu"... Segundu alguma desta minha lógica pasu a uma versão primária de um possível novu Português. São compreensíveis a estranheza qe se sinta ao ler este teistu i a resistência a uma ipotética mudansa para esta nova escrita mas a AdaptaSão é uma das faculdades Umanas mais poderosas i admiráveis i u ábitu é cura para muita coiza. Já a pregisa é u contráriu... Se us manuais terão de ser todus reeditadus qe o fosse então pur uma maior razão, qe não optásemus pela inérsia mas sim pela ezijênsia de uma retificasão muito mais duradoura. Pareseme inútil u argumentu de qe estaríamos a perder trasus du pasadu na nosa língua pois u mesmu argumentu surjiu conserteza aquandu das alterasões ortográficas de 1911, 1931, 1945, etc., i já ninguém realmente escreve nu mesmu Português dOs Lusíadas, pois não? U valor etimológico da nosa língua já está mais du qe registadu i au atualizar a nosa escrita estaríamos a valorizar ainda mais ese patrimóniu i ese pasadu istórico tal comu oje admiramus um pergaminhu da era dus Descubrimentus ou mesmu uma mueda de 2\$50. Quandu surjiu u Euro foi um drama para muita jente. Nu entantu oje -em-dia axamus esas reasões ilariantes. A aprendizagem deste novu Português seria mais fácil pur ser mais lógico. Pasadas 3 pájinas já u lemos fluentemente i nu final de um livru já não u estranhamus. Não veju porqe a escrita não deva obedecer à forsa da fonética pois é esa sonoridade qe caracteriza u Português pur tod u Mundu. Juão D Marques

76. Andanças da minha escrita *crónica publicada na revista "África 21" Dezembro de 2007 06/01/2008 Baptista -Bastos jornalista e escritor português <http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1571>

Os tementes a Deus, os reverentes da Academia e os assustados da gramática andam numa fona discreteando acerca do Acordo Ortográfico. É lá com eles. Tenho para mim que não vou tirar o P ao Baptista nem desacentuar o advérbio cristãmente, com til a coroar o A. Não vou deixar de entender o Guimarães Rosa, o Graciliano, o Godofredo Rangel, o Rubem Braga, o Mia ou o Luandino por cada um deles escrever do modo, com o tom e o registo fonético, sintáctico ou ortográfico que muito bem desejarem. Gosto deles. Está dito. Possuem sopro original, grito d'alma, impulso. As confusões que por aí há, em vários domínios, géneros e categorias são gritantes. Chama-se crónica a artigo; conto a novela, comentário a ensaio. O disparate e a ignorância já têm carta de alforria. Vamos a isto: Agripino Grieco, temível crítico brasileiro, que se servia do cacete para infundir o temor, não para expor ideias, regougou, um dia, que cronista era uma espécie de nadador de piscina, e que romancista era de alto mar. Tolice. A qualidade de um texto não obedece a correlações aquáticas, nem há medidas decimais aplicáveis à literatura, assim como não há espartilho que imobilize a ânsia de liberdade que o idioma não deixa esmorecer. Hemingway, velho mestre, é incomparavelmente melhor contista do que romancista. Um crítico disse que ele não sabia gramática; Edmund Wilson, o maior ensaísta norte-americano do século XX, consignou que o autor de *O Adeus às Armas* estava na posse de um estilo semelhante ao de Shakespeare. Scott Fitzgerald, o imenso escritor de *Terna é a Noite* e de *O Grande Gatsby*, redigia com pavorosos erros



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

ortográficos. Não deixou de ser quem era. Borges é um fascínio em três folhas de papel A-4. Manuel da Fonseca narrou o Alentejo, como ninguém, e, nas quatro páginas de *O Largo* disse da grandeza trágica da sua província. Duas páginas de Carlos de Oliveira valem mais do que todos os livros de António Lobo Antunes, um realejo maçador e agónico. Mas há Tchecov, Maupassant, Katherine Mansfield, Maria Judite de Carvalho, O. Henry, Carver, Michael Gold. Cronistas, contistas — onde a distinção? Cada qual com a sua ortografia, a sua gramática. Um jogo *au naturel*, sem preservativo, por isso com riscos imensos e desafios incommensuráveis. Não quero que me furtam o estilo com camisas-de-forças ou camisas-de-vénus. Fui editado no Brasil, há anos, através da Nórdica. O romancinho, *A Colina de Cristal*, obteve um êxito para mim inesperado. Havia uma imposição minha: nada de alterar a sintaxe; português de Portugal. Tal como Jorge Amado e Graciliano Ramos não permitiram que as suas estruturas verbais fossem adaptadas àquelas que são de uso em Portugal. Não sou dono da língua. Porém, não quero que esfolem a minha, pessoal, intransmissível, singular como uma dedada. Por isso admiro, com assombro e veneração, os demiurgos que não obedecem a regras, a regra é não ter regra, e lá estão o Ferreira Gullar, saúde companheiro! o João Cabral de Melo Neto, o Carlos Drummond, nada de salsaparrilhas, gente de tinto espesso e de cachaça, minha gente, que leio, releio, copio e invejo. Como eles o fizeram, no diálogo emprestado que constitui a língua nossa, cordilheira infinita. A língua é tua, é minha, é de todos nós. Estremeço de emoção com o português escrito e falado em Luanda, no Alto Xingu, em Cabo Verde, no Rio de todos os Janeiros e de todos os sons. Só um imbecil ou um cego mental podem converter o desabrido acto de liberdade que é o idioma numa referência de armazém. Deus lhes cuide! como se diz em Angola. Deus lhes olhe! como no Rio de Janeiro. Deus os haja! ouvi, certa noite numa rua de Luanda. Quanto a mim, vou andando um pouco mais nesta escrita.

77. Acordo Ortográfico até 2008 Governo promete ratificação até final do mês

<http://sic.sapo.pt/online/noticias/vida/20071239+-+Acordo+Ortografico+ate+2008.htm>

Ao fim de 17 anos, o Acordo Ortográfico poderá finalmente entrar em vigor em 2008. Portugal prometeu ratificar este ano o documento que vai alterar a forma como escrevem milhões de falantes da língua portuguesa. Uma mudança que está longe de ser consensual. Catarina Lúcia Carvalho, Jornalista. O Acordo Ortográfico foi assinado pela primeira vez em 1990, por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Estava o caminho aberto para que fossem aplicadas nos vários países uma série de alterações para a escrita da língua portuguesa. Deviam entrar em vigor em Dezembro de 1994, mas só Portugal e o Brasil ratificaram o acordo. Quatro anos mais tarde, em 1998, um protocolo modificativo definiu que o acordo entraria em vigor assim que assinado pelos sete países. Só Portugal e o Brasil voltaram a ratificar. Em 2004, um segundo protocolo modificativo não estabeleceu data para a entrada em vigor, mas deixou claro que bastava ser ratificado por três países. Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe ratificaram. Portugal fez compasso de espera e assim continua. A reforma ortográfica ainda tem de passar pelo Conselho de Ministros e pela Assembleia da República. O Governo garante que isso vai acontecer até ao final do ano. A nova grafia passa a ser utilizada assim que o acordo entrar em vigor. Entretanto, a ministra da Cultura já veio pedir uma moratória de 10 anos para que as duas grafias possam conviver e para que os portugueses tenham tempo para se habituar à nova escrita.

O que muda com o Acordo Ortográfico?

Em Portugal desaparecem da escrita "c" e "p" mudos usados em palavras como "acção", "afectivo", "adopção" e "baptismo". Cai o hífen de palavras como "anti-semitismo", que dobra o "s" e passa a "antissemitismo". O mesmo acontece a mini-saia que passará a escrever-se "minissaia". No Brasil, palavras como "enjoo" e "voo" perdem o acento circunflexo no primeiro "o". Por cá, a terceira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos como "crer" e "ver" perde também o acento circunflexo. Passamos a escrever "creem" em vez de "crêem" e "veem" em vez de "vêem". No Brasil, o trema desaparece completamente, por exemplo da palavra lingüiça. E palavras ideia perdem o acento agudo que ainda é usado no Brasil ("idéia"). O alfabeto passa a ter 26 letras em vez de 23, com a introdução do K, W e Y. No entanto, Portugal mantém o acento agudo em António, enquanto o Brasil continuará a escrever Antônio. No final, as alterações vão mudar apenas 0.45% do vocabulário no Brasil e 1,6% das palavras escritas em Portugal.

Reacções contra e a favor

Os brasileiros vão aplicar a nova ortografia já a partir de Janeiro. Dizem que fazia mais sentido ~~avanzar~~ com Portugal, mas que avançam de qualquer forma. Lauro Moreira, embaixador do Brasil junto da CPLP, lembra até que o Brasil tem 190 milhões de pessoas enquanto Portugal tem apenas 10 milhões. Um forte apoiante do acordo ortográfico é o linguista João Malaca Casteleiro, para quem **"a língua portuguesa passa a ser vista como uma língua una e de grande projecção internacional"**. Já a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros está contra a **"falta de um debate público"** sobre o que vai mudar com o acordo ortográfico. Quanto ao Governo português, o silêncio impera. O Ministério da Educação não reage e diz apenas que o acordo está centralizado nos ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros. O Ministério da Cultura também não reage, e volta a remeter para o MNE. E o MNE diz que não está disponível para reagir, por ter uma agenda demasiado preenchida. O gabinete de imprensa esclareceu algumas dúvidas, mas a maioria das perguntas continua sem resposta. Os acérrimos defensores do acordo falam em falta de vontade política. O ministro Luís Amado quer calar as críticas e já garantiu que até ao final do ano o acordo será ratificado.

78. Acordo ortográfico, João Malaca Casteleiro, aponta de pequeno sacrifício para se obter grandes resultados, ver o texto abaixo.

[Malaca Casteleiro aponta «pequeno sacrifício» para obter «grandes...»](#) Sol - Lisboa, Portugal

A aceitação das regras propostas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa seria um **«sacrifício pequeno»** mas com grandes resultados, disse hoje o linguista João Malaca Casteleiro no Colóquio sobre o Ensino de Português para as Comunidades. Hoje vivemos numa «aldeia global», onde a alfabetização é cada vez mais importante, disse o docente universitário, acrescentando que a simplificação da ortografia seria uma ótima solução para tornar o processo de alfabetização mais fácil e eficiente. Falando na sessão de hoje do colóquio de dois dias, que se realiza na Universidade Lusíada de Lisboa, João Malaca disse ser muito mais fácil para uma criança aprender a escrever



acção sem c, ou óptimo sem p, acrescentando que «**não é assim tão grande o sacrifício para um adulto que já sabe ler e escrever**».» De acordo com o professor universitário, é extremamente importante que os falantes do Português de vários países sejam alfabetizados e a alteração que o novo acordo propõe vem ao encontro desta necessidade. «**A abolição das consoantes mudas, proposta pelo Acordo, apenas abrange dois por cento do vocabulário português mas estes dois por cento fariam uma grande diferença**», sublinhou. Ao referir que são mais de 200 milhões os falantes de Português, o Professor lembrou que «**hoje vive-se uma fragmentação da Língua Portuguesa**» e apelou aos meios de comunicação social para que tomem partida no processo de defesa e difusão da Língua Portuguesa fora de Portugal. «**Nós [portugueses] tendemos a limitar o Português a Portugal e aos países de Língua oficial Portuguesa mas, actualmente, em Angola, 40 por cento já reconhecem o Português como língua materna, quando em 1992 eram apenas 12 por cento**», exemplificou João Malaca Casteleiro. António Simões, Professor na Universidade de Fairfield, nos EUA e conselheiro do CCP, que também participou no painel, defendeu a importância do ensino na língua materna durante os primeiros cinco - seis anos no país estrangeiro, para o sucesso escolar dos alunos. «**Ao contrário daquilo que se pensa, ensinar as várias disciplinas do programa escolar, na língua materna, ajuda a criança a assimilar melhor a matéria, enquanto fora da escola vai aprendendo a língua do país que a acolheu**», explicou o Professor, acrescentando que, só depois deste período, o aluno estará preparado para aprender as disciplinas na segunda língua. «**É importante manter a língua de origem por uma questão de cultura e tradição mas sobretudo por uma questão de sucesso profissional de cada um**», explicou o Professor norte-americano de origem portuguesa. Garantir um ensino de qualidade na língua materna da criança é muito importante para preservar os laços com o país de origem mas sobretudo para lhe garantir o sucesso escolar. «**Entre salvar a criança ou salvar a língua, por mais que me custe, admito que optaria por salvar a criança**», confessou o professor norte-americano. Lusa/SOL

79. **A língua é viva, os acordos ortográficos são regras com duração limitada. Artigo no jornal Público de 11 Dezembro de 2007. Artigo de Rui Tavares do Público tirado de <http://blogtailors.blogspot.com/2007/12/acordo-ortografico-rui-tavares.html>**

Correcto, Correto, Korreto. Há talvez 15 anos que se discute o novo acordo ortográfico da língua portuguesa e eu continuo a ouvir dizer que deveríamos respeitar a ortografia "natural" de cada país. O que isto tem de extraordinário é as pessoas acreditarem que a ortografia é "natural". Pois bem, não só a ortografia não é "natural" como a intenção é precisamente a de não acompanhar a naturalidade com que se fala. Se assim fosse, os portugueses escreveriam "Puârto" e os lisboetas "Ljboa". Os cariocas não escreveriam "boa noite" mas "boa noitchi". Meus amigos, não há nada de errado em a ortografia ser uma norma "artificial": é para isso que ela existe. Depois há quem se escandalize por os governos poderem legislar sobre a língua e ache isso fonte de totalitarismo. Vamos lá ver: o que me acontece se eu escrever "pharmacia"? Alguém me multa? Alguém me prende? Não, porque a ortografia oficial serve em primeiro lugar para se usar em documentos oficiais. Certamente expandir-se-á para outros usos, por inércia ou pragmatismo, mas que tem isso de mal? Fernando Pessoa continuou a escrever "monarchia" em vez de "monarquia" muito depois da reforma de 1911 e não veio daí mal ao mundo. Tal como na blogosfera já existem portugueses (e galegos) a escrever segundo o futuro acordo antes de ele entrar em vigor. Os rappers continuarão a escrever coisas com a letra "k". E isso tudo será óptimo. Porém, ninguém pode achar estranho que os governos adotem uma ortografia oficial (em Espanha é a da Real Academia). E se for comum a todos os países lusófonos, tanto melhor. Mas há mais: depois de se escandalizarem com o acordo ortográfico por ser terrivelmente megalómano, os seus críticos ridicularizam-no por ser muito modesto. O acordo vai ser inútil, alegam, porque não vai mudar a maneira como os brasileiros e os portugueses escrevem ou falam, nem as diferentes expressões e vocabulário que usam. Mas claro que não vai mudar! Até porque isso, lembram-se? seria terrivelmente megalómano. Ninguém pretende obrigar brasileiros, portugueses e timorenses a usar as mesmas palavras com o mesmo significado: isso não é ortografia. Um acordo ortográfico diz respeito à maneira como as coisas se escrevem. Os significados desenrascam-se sozinhos - como é hábito deles. Falhando tudo o resto, vem o argumento proteccionista: que o acordo ortográfico vai permitir aos brasileiros entrar no mercado dos livros escolares em África, por exemplo, porque as editoras portuguesas não tiveram tempo de se adaptar. Ora eu nem faço um tabu do proteccionismo, mas que raio de argumento é este? Se queremos adoptar medidas proteccionistas, adoptemo-las. Por exemplo: as editoras brasileiras não podem ter mais de 30 por cento detidos por estrangeiros. Mas se não desejamos introduzir medidas assumidamente proteccionistas, não desçamos então à hipocrisia de inventar pretextos pseudoproteccionistas. Para mais, se a África lusófona, que precisa de livros e alfabetização, for inundada de edições brasileiras baratas numa ortografia comum, isso é bom para os africanos em primeiro lugar, e eu fico contente por eles. E se as editoras portuguesas, que aliás são cada vez mais detidas por espanhóis, não tiveram tempo para se adaptar a um acordo ortográfico que há 15 anos se sabe que vem aí, então estamos pior do que eu pensava.

80. **Sobre o Acordo ortográfico, Desidério, Educador e Filósofo, Ouro Preto, Brasil, escreveu no <http://dererummundi.blogspot.com/2007/12/acordo-ortografico.htm>**

Nos países sem grande tradição democrática encara-se com normalidade que os políticos possam decidir como vamos escrever as palavras. Alguns linguistas, incapazes de fazer valer as suas modernas linguísticas pela via orgânica da influência dos seus dicionários, gramáticas e livros (que não escrevem), ajuntam-se, ajoelham-se, rezam e convencem o poder político a mudar por força de lei o modo como escrevemos. O poder político vai na conversa, com as ilusões políticas do costume, que ninguém se deu ao trabalho de estudar cuidadosamente: hoje em dia, usa-se a ilusão de que a língua vai ter maior implantação no mundo, vamos unificar as diferentes ortografias da língua, em vigor no Brasil e em Portugal (os países africanos de língua portuguesa seguem a ortografia de Portugal). No passado, para eliminar o "ph", usavam-se outras ilusões: era por causa do "ph", dizia-se, que o nosso ensino era tão mau e o nível cultural tão baixo. Décadas depois já não há "ph", mas o ensino não melhorou. Há três aspectos importantes a ter em conta. Em primeiro lugar, a pouca-vergonha que é o estado legislar sobre a língua. A língua devia ser deixada entregue a si mesma, como acontece em países com sólidas tradições democráticas. O inglês é, em termos práticos, a língua académica, científica e comercial internacional — mas ninguém legisla



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

sobre esta língua e as ortografias do Reino Unido e dos Estados Unidos são diferentes, para não falar dos restantes países de expressão inglesa. Mas nos nossos dois países, Portugal e Brasil, as bestas de políticos que temos bem poderiam fazer uma lei para deixarmos de beber café com leite ao pequeno-almoço, que a intelectualidade aceitaria isso com naturalidade. Como dizia o Eça, isto é uma choldra. Ah, os brasileiros não aceitariam isso — mas unicamente porque no Brasil não se sabe o que é o pequeno-almoço, pois usam a expressão "café da manhã" (e até "traduzem" o Eça, para o leitor não se dar ao incómodo de ir aos excelentes dicionários brasileiros — o Houaiss, o Aurélio ou o Michaélis). O que nos conduz ao segundo ponto. Em segundo lugar, as ilusões políticas não passam disso mesmo: ilusões. O acordo não vai unir as línguas, nem há qualquer vantagem em unir as línguas. Não vai unir as línguas porque a diferença mais importante entre o português de Portugal e do Brasil não é a ortografia mas a gramática e o conjunto de expressões usadas. No Brasil, as pessoas em geral não sabem o que é o pequeno-almoço, e em Portugal o café da manhã é apenas um café que se toma de manhã e não o pequeno-almoço, que pode ou não conter café; no Brasil, um sítio é uma quinta grande, mas em Portugal é apenas um lugar qualquer. E não há qualquer vantagem em unir a ortografia das línguas, dado que não há qualquer união ortográfica entre os EUA, por exemplo, e o Reino Unido, mas os livros publicados num país são geralmente publicados no outro e vice-versa, sobretudo os académicos. A Blackwell, a Cambridge, a Oxford — algumas das mais importantes editoras académicas — publicam geralmente os seus livros simultaneamente nos dois países, apesar das diferentes ortografias. Não há um só editor académico que faça isso em Portugal e no Brasil, com ou sem acordo. Compreende-se que os editores brasileiros se estejam nas tintas para o mercado português, de

apenas dois ou três milhões de leitores, num país que tem muitíssimos mais leitores do que isso apenas em S. Paulo e no Rio, para não falar de outras cidades gigantescas nem do resto do país, com as suas 106 universidades federais (sem contar por isso com as estaduais nem com as privadas). Portanto, não há realmente razões políticas para fazer um acordo ortográfico. Em terceiro lugar, devemos compreender o que está realmente em causa: uma simbiose entre linguistas que querem ficar na história e fazer currículo, e um estado autoritário que gosta de interferir arbitrariamente na vida dos cidadãos. Como os linguistas têm a incapacidade de se impor pela força das suas ideias linguísticas, impõem politicamente as suas teorias ortográficas preferidas. E o poder político agradece, porque o mais arcaico instrumento político é a interferência arbitrária do poder político na vida das pessoas. Hoje não podemos ler Eça tal como Eça escreveu, nem Pessoa tal como Pessoa escreveu. Mas os ingleses lêem Byron tal como Byron escreveu e lêem Dickens tal como Dickens escreveu. E se não lêem Hobbes tal como Hobbes escreveu, não foi por via de qualquer legislação, mas por força da evolução orgânica da língua — porque os autores de dicionários, gramáticas e obras eruditas foram

mudando gradualmente o modo de escrever certas palavras, assim como certas estruturas gramaticais. Entre o orwellianismo dos nossos políticos, a incompetência dos linguistas próximos do poder e as ilusões dos comentadores — que parecem ingenuamente pensar que há razões políticas para tais acordos que não a mera interferência arbitrária na vida das pessoas — a realidade gritante é esta: não há soluções legislativas para a falta de cooperação académica e cultural entre os nossos povos, não há solução ortográfica que resolva as diferenças linguísticas profundas entre os nossos países, nem há qualquer vantagem em fazer tal coisa. Com ou sem acordo, tudo vai continuar como antes, mas pior. Tal como tudo ficou igual, mas pior, quando deixámos de escrever "possivelmente" e passámos a escrever "possivelmente", e quando deixámos de escrever "philosophia" e passámos a escrever "filosofia": continuámos a ser um dos povos europeus *possivelmente* mais incultos e a *filosofia* continuou a fazer-se no estrangeiro. Sobre o acordo ortográfico, leia-se a notícia no *Público*. Posted by Desidério Murcho at [11:50](#)

81. *O (des)acordo ortográfico: análise fria de um assunto brevemente em ebulição*

<http://www.editorweb.com:80/Noticias/Noticias.aspx?id=1401&editoria=12&sub=36>
opinião. 05-12-2007 (Carmen Gouveia [linguista e docente na Universidade de Coimbra])

As diferenças ortográficas entre Portugal e o Brasil remontam à reforma ortográfica de 1911, adoptada em Portugal em 1916, e que apenas ocorreu no nosso país. A existência das duas normas a partir daí levou a que, após vários avanços e recuos, o primeiro acordo ortográfico luso-brasileiro, proposto pela Academia Brasileira de Letras, fosse assinado em 30 de Abril de 1931. Os dois países foram adoptando e abandonando algumas disposições desse acordo (Portugal no que diz respeito às consoantes mudas), até que em 23 de Dezembro de 1943, assinam em Lisboa uma Convenção Ortográfica, que levará ao acordo de 1945, que é promulgado. Contudo, no Brasil continua a seguir-se o de 1943. Em 1967, Coimbra acolhe o 1º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, que vai preconizar um novo acordo entre Portugal e o Brasil, de modo a solucionar as divergências, mas em que cada parte deveria fazer concessões. Bem acolhido no Brasil, é ignorado em Portugal. Em 1971 as duas Academias estabelecem um acordo limitado, que é aceite nesse ano no Brasil, mas só dois anos depois em Portugal (É nesta altura que se suprime o acento nas palavras terminadas em -mente, de que muitos se recordarão). Os trabalhos iniciados pelas duas Academias em 1971 conduzem a um projecto de acordo em 1975, que virá a servir de base ao de 1986. Este acordo, não isento de incoerências, iria sofrer críticas duras por parte das personalidades da cultura, sobretudo em Portugal, criando acesa polémica. Pensava-se com o acordo solucionar o problema das duas grafias oficiais. Não chegou a haver consenso e o projecto foi abandonado. Finalmente, em 12 de Outubro de 1990 foi aprovado em Lisboa o último Acordo entre Portugal, Brasil e países africanos de expressão portuguesa, assinado uns meses mais tarde, em 16 de Dezembro, mas volvidos 17 anos (com protocolos modificativos em Julho de 1998 e Julho de 2004 - este último incluindo já Timor-Leste), ainda não passou do papel. De facto, o segundo protocolo modificativo estabelece que o Acordo entrará em vigor com a assinatura dos estados signatários. O Brasil subscreveu-o em Outubro de 2004, Cabo Verde em Abril de 2005 e, em Dezembro de 2006, S. Tomé e Príncipe juntou-se a estes dois estados, viabilizando o Acordo. Portugal, que ratificou inicialmente apenas o primeiro protocolo modificativo, decidiu recentemente - na XII Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que teve lugar no início de Novembro deste ano em Lisboa - ratificar também o segundo protocolo modificativo do Acordo até ao final do ano em curso. Felizmente, a ministra da Cultura, Isabel Pires de



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

Lima, anunciou que o nosso país vai pedir um prazo de 10 (dez) anos para a entrada em vigor do Acordo em causa, de modo a que haja tempo para a adaptação, nomeadamente dos manuais escolares. A solução não satisfaz, mas - pelo menos - adia por cerca de uma década as confusões que daí advirão e que serão muitas, como seguidamente se demonstrará. Os objectivos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (como se designa) são louváveis: promover a unidade, não apenas gráfica, da língua escrita, de modo a contribuir para uma maior difusão do português como língua de projecção internacional. Mas será essa unificação viável para tantos países, se nem entre dois (Portugal e Brasil) tem sido possível? Para responder a esta questão, há que analisar - com algum pormenor e espírito crítico (sem esquecer a base científica fundamental) todo o texto do acordo, o que estipula (e como o faz) e altera, bem como a nota explicativa que vem anexa (Anexo II) ao documento, para tecer, depois, as necessárias conclusões. Sem qualquer desmérito ou desrespeito pelo trabalho (sem dúvida árduo!) da equipa de estudiosos que empreenderam a dura e difícil tarefa de redigir (ou alterar com base no de 1986) o acordo que agora se analisa, e ciente de que o ideal seria uma utópica unificação total da ortografia, a realidade é diferente e prova que mesmo uma unificação parcial (como a que o documento propõe) é difícil ou mesmo inviável, dada a diferença das pronúncias cultas (até agora entre Portugal e o Brasil, mas - sem dúvida -, a médio prazo, entre estes dois países e os países africanos e/ou Timor), e que levará (como nos mostra a experiência dos Acordos de 1931 a 1986) a que só seja (se o for) posto em prática em alguns dos países que o assinam. Por outro lado, e apesar de a Nota Explicativa do Acordo referir que este apresenta apenas «incongruências aparentes», uma cuidada leitura do documento e das suas várias disposições (Bases) demonstra que - queira-se ou não - haverá sempre diferenças inevitáveis e totalmente incontornáveis: as "grafias duplas" ou "alternativas" o emprego "facultativo" de uma ou outra grafia ou acentuação, pelo que talvez valesse mais deixar tudo como está!...

Vamos aos factos:

Começando pelos critérios, não faz qualquer sentido que em determinados casos se privilegie o critério fonético (pronúncia) e noutros o etimológico. Por exemplo, na Base II, alínea a), o mantém-se «por força da etimologia» e, na Base V, as vogais átonas «regulam-se pela etimologia». Por sua vez, as consoantes mudas (em baptismo, direcção, acção, óptimo, etc.) suprimem-se por não serem pronunciadas e as grafias duplas subsistem por haver diferentes pronúncias cultas (tónica/tônica, ónus/ônus, jeffersónia/jeffersônia, por exemplo). Essas mesmas grafias duplas, num texto que se pretende o mais possível unificador, e que está escrito nos moldes que defende, proliferam «por haver duas pronúncias cultas»: para além dos casos já acima referidos, antropónimo/antropônimo, ténue/ténue, axiónimo/ axiônimo, hagiónimo/hagiônimo, bibliónimo/ bibliônimo, heterofónicas/heterofônicas e topónimo/ topónimo. Isto já para não falar de formas mais comuns como António/Antônio, Polónia/Polônia, prémio/prêmio etc., que ficam muito longe da tão almejada unificação ortográfica. Na Base IV, sobre as sequências consonânticas, estipula-se em 1º, b) o seguinte: «Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua (...)» (casos de acção, afectivo, acto, colecção, direcção, exacto, adoptar, etc.). Mas, em c), «Conservam-se ou eliminam-se facultativamente» se se proferirem numa das pronúncias cultas. E em d) é possível ver novos casos de dupla grafia, como sumptuoso e suntuoso, peremptório e perentório, entre vários outros. E o mesmo no 2º ponto, em que - novamente - «Conservam-se ou eliminam-se facultativamente», donde amígdala e amídala, subtil e sutil e súbdito e súdito, etc. Em suma, essa "unificação", como se depreende, é impossível!... Outro problema grave (e insolúvel) é a acentuação gráfica. Nas oxítonas (ou agudas), a Base VIII, artigo 1º, estabelece que - no que respeita à palavra terminada em -e, de origem francesa - «por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o circunflexo», e exemplifica com bidé/ bidé, bebé/bebê, canapé/canapé, croché/croché, guiché/guiché, entre outras. Pressupõe igualmente, pela mesma razão das pronúncias divergentes, a acentuação dupla para formas terminadas em -o, como judo/judô e metro/metô. Quanto às paroxítonas (ou graves), na Base IX, novamente há grafias duplas, pela - uma vez mais - «oscilação de timbre nas pronúncias cultas»: fémur/fêmur, ónix/ônix, ténis/tênis, bónus/bônus, Vénus/Vênus e pónei/pônei, etc. No ponto 4º diz-se, claramente, que «É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais do Preterito Perfeito do Indicativo» (amámos, louvámos) para as distinguir do Presente (amamos, louvamos). Mais outra complicação a juntar às demais... e com implicações de sentido. O mesmo parece suceder no ponto 6º: assinalam-se com acento circunflexo «facultativamente» dêmos, fôrma, para distinguir de demos e forma; no ponto 9º deixa de se diferenciar a forma verbal pára e a preposição para, como se essa distinção não fosse significativa. Tanto mais que o Acordo estipula, nas proparoxítonas (ou esdrúxulas) que deve haver manutenção do acento em formas como fábrica e fabrica, análise e analise, secretária e secretaria, pois a serem abolidos os acentos isso constituiria «sempre problema para o tratamento informático do léxico» (ponto 5.3. c)) e «alargaria os casos de homofonia». Não faz sentido um critério valer para um caso e não para o outro! Na Base IX, uma vez mais, «levam acento agudo ou acento circunflexo» as formas como académico/acadêmico, cómodo/cômodo, anatómico/anatômico, génio/gênio, Amazônia /Amazônia, etc. Por sua vez, na Base XIV suprime-se totalmente (em Portugal desde 1945) o trema, que é pena não se conservar em toda a língua portuguesa. Como explicar a um estrangeiro (por exemplo a um Espanhol, que ainda mantém esse diacrítico na sua língua) se se pronuncia ou não o em quilo e tranquilo, guerra e aguentar, lânguido e linguística?! Para não ser exaustiva, uma última observação: porquê manter determinadas grafias que são «consagradas pelo uso» nuns casos (Base XV) e aboli-las noutros? Não há, de facto, uma coerência nos critérios. Diz-se na Nota Explicativa que os acordos anteriores (nomeadamente o de 1986) impunham uma «unificação absoluta», e que não foi aceite porque Portugal e Brasil não quiseram fazer cedências em casos tão importantes - e que só por si justificariam o acordo - como as consoantes mudas e a acentuação das vogais nasalizadas (ténis/tênis e António/Antônio). Ora o novo Acordo dá para todos esses casos duplas possibilidades, alternativas, facultatividade, etc., pelo que não é uma verdadeira unificação, e - portanto - mais um complicado "desacordo" que um Acordo! Se este não resolve os problemas mais prementes, para quê aplicá-lo? Se não vai solucionar o problema dos editores disporem da mesma grafia em todos os livros, por que não manter tudo como está? Em criança, como certamente a maioria das pessoas que agora estarão com cerca de 40 anos, li (em português do Brasil) a banda desenhada do Zé Carioca, do Professor Pardal, da Mónica (aliás, Mônica!) e nunca escrevi as palavras com



essa grafia (êle, ideia, combôio, Amazônia, etc.). Nem, certamente, os da minha geração, que tinham consciência das diferenças! Com efeito, parece-me bem mais problemática a reaprendizagem da escrita em crianças e adultos (tanto mais que, a certo ponto, já não se vai saber o que é obrigatório e o que é facultativo!), que aí sim começarão a dar erros ortográficos em todos os territórios em que o acordo entrar em vigor. E se se acha que para a criança de 6 ou 7 anos há muita dificuldade em saber se escreve ou >c> em "baptismo" e "correccção", para o que poderá (e deverá!) recorrer a um dicionário, mais complicado se torna gerir as diferenças e relações lexicais ao usá-lo e saber onde procurar se se passar a escrever "Egito" e "egípcio", por exemplo. Isto é incoerente com o que se diz na nota explicativa e é ainda mais difícil para um estrangeiro aprender a nossa língua, tanto mais que se consagra a dupla grafia em palavras de uso muito frequente e há discrepância entre formas da mesma família lexical. Uma última observação pertinente: não é necessário que os cerca de 200 milhões de falantes do Português tenham uma única ortografia para que a língua tenha maior alcance e projecção mundial. Já para não falar das várias variantes que há no Alemão, Francês, Chinês, Russo, Espanhol (embora a Academia da Língua tenha tido uma acção unificadora imprescindível), que não são totalmente unânimes a esse nível, o Inglês apresenta várias diferenças, no âmbito da grafia, entre o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a África do Sul, por exemplo. Nem por isso o Inglês deixa de ser a língua internacional por excelência e, sem qualquer dúvida, podemos afirmar que esse facto não afectou, em nenhuma hipótese, a sua projecção e importância e nível mundial. Tal como o próprio texto refere, «Não é possível unificar divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia», pelo que - na impossibilidade do tão desejado, mas utópico, acordo de unificação absoluta, com coerente correspondência gráfico-fonológica - não faz qualquer sentido um acordo parcial, que continue a apresentar incongruências e critérios não uniformes, a estabelecer um carácter de facultatividade e dupla alternativa, pelo que continuará sempre a manter as divergências existentes ou mesmo até a aumentá-las, correndo-se o risco de total confusão. Desejo por isso, muito sinceramente, que o Acordo caia novamente no esquecimento e que cada país venha a encontrar as suas próprias soluções, inviabilizando a tal pretensa unificação. Termino citando as sábias palavras do Prof. Ivo de Castro (proferidas na conferência inaugural do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, em 2002) - e com as quais me identifico totalmente -: «mais tarde ou mais cedo a questão da ortografia do português terá de ser retomada – não para engendrar novos acordos internacionais sempre frustrantes, mas para produzir uma reforma que reveja e actualize os equilíbrios grafofonémicos do português europeu, para bem do ensino e da produção de língua escrita em Portugal, deixando ao Brasil e aos países africanos o encargo de tomarem as suas próprias iniciativas,

separadas e divergentes, nesse campo». (O sublinhado é da minha inteira responsabilidade).

<http://www.editionweb.com:80/Noticias/Noticias.aspx?nid=1401&editoria=12&sub=36>

* A segunda parte do título deste artigo foi inspirada no trabalho de Eugenio Coseriu, "El gallego y sus problemas. Reflexiones frías sobre un tema candente", publicado em 1987

82. A polémica ortográfica jornal Público 26.11.2007, Jonuel Gonçalves, Pesquisador do Centro de Estudos da Educação e Desenvolvimento, Ondjiva, Angola, e do Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa, Portugal. Professor da Universidade Estadual da Bahia, Salvador, Brasil

No fundo, o **acordo** é muito simples: corta acentos excessivos, abole as consoantes mudas e reintroduz letras como k, w, y. Finalmente, parece ter-se alargado o debate sobre o **Acordo Ortográfico**, 18 anos após a sua assinatura. De repente, muitas entidades alarmam-se e reclamam da ausência de discussão. Com razão. Só que algumas delas - como representantes de escritores e editores no conjunto lusófono - fazem parte dos que silenciaram o assunto. Infelizmente, o debate tem início num momento em que algumas informações revelam que o Governo português vai ceder a pressões e adiar por dez anos a entrada em vigor do **acordo**. Se isso acontecer, Portugal vai ficar numa posição diplomática muito difícil. Em primeiro lugar, porque Portugal sempre afirmou o seu respeito pela CPLP. Foi numa das suas cimeiras que esta decidiu, por unanimidade, a aplicação prática do **acordo**, quando três países o ratificassem, condição já cumprida desde o ano passado, com as ratificações do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No começo de Novembro, dizia-se em Luanda que a Assembleia Nacional também se prepara para votar o documento, que andou esquecido. Em segundo lugar, porque Portugal é o fiel depositário das ratificações, o que significa que os demais membros confiaram nele para receber instrumentos jurídicos do conjunto CPLP, em termos práticos e não apenas de arquivo. No fundo, o **acordo** é muito simples. Corta acentos excessivos, abole as consoantes mudas e reintroduz letras como k, w, y. Torna a língua mais fácil, aproxima escrita e fonética e moderniza-se. No total, mexe com cerca de 0,40 por cento das palavras usadas no Brasil e pouco mais de 1 por cento da ortografia de Portugal. O obsoleto trema brasileiro acaba, o "ótimo" passa a ser "ótimo" e a "redacção" fica "redação". Quanto a "facto" e "fato" ficam na mesma, porque não há nenhuma mudez nelas... Por outro lado, consagra uma gama de palavras usadas em Angola com letras que hoje não fazem parte oficialmente do alfabeto, incluindo nomes de cidades, unidade monetária, grandes pontos geográficos e nomes de pessoas (por exemplo Waco Kungo, Yoba, Kwanza, Kunene, etc). A língua portuguesa evolui como qualquer outra língua que se quer viva e sempre houve resistências às sucessivas modernizações. Já D. Dinis teve de enfrentar narizes torcidos dos tradicionalistas quando oficializou a língua em detrimento do latim. Séculos depois, alguns da mesma tendência queriam manter "pharmacia" "telephonico", "commércio" ou "cryptographico". Desde finais do século XIX decorre a troca de ironias entre sotaques e estilos literários de Portugal e Brasil, cada um procurando ridicularizar o outro, gerando desconfianças ou más vontades, impeditivos de se chegar a **acordo** que evite a evolução para escritas distintas. Em 1911 Portugal fez uma reforma ortográfica que não foi extensiva ao Brasil. Em 1931 as Academias dos dois países chegaram a **acordo** mas sem efeitos práticos, voltando-se a novas reuniões em 1943 e 1945. Mudaram-se algumas coisas e ficou-se na mesma em outras. Após leis promulgadas em cada país na década de 70, que reduziam os pontos divergentes, teve início em 1986 um encontro mais alargado, porque incluía pela primeira vez os africanos. Um primeiro texto foi elaborado, mas seria inviabilizado por resistências conservadoras o u má



formulação dos termos acordados. A negociação começou e todos os membros da CPLP assinaram em 1990 um documento baseado na experiência dos malogros anteriores e metodologicamente cuidadoso. Com base nele, textos produzidos em qualquer país da CPLP são legais, evitando-se situações, como ocorreu numa cimeira da entidade, em que foram exigidos dois textos de resolução final... na mesma língua. Para África é ainda mais importante, na medida em que pode contar com textos didáticos de origens diversas. Este aspecto parece ser grande preocupação dos editores portugueses que, em comunicado recente, temem que a ratificação do protocolo ponha em causa "o sucesso obtido pelas editoras portuguesas em Angola e Moçambique". É claro que a médio prazo Angola e Moçambique vão desenvolver as suas próprias editoras e a abertura maior ou menor à importação de livros vai depender da legislação aduaneira. Por outro lado, a constituição do capital das editoras, seja onde for, está sempre ligada às regras sobre investimento estrangeiro em geral. O que poderia ser mau para as editoras portuguesas seria se Portugal ficasse sozinho, com uma ortografia diferente dos demais, ou pelo menos de alguns deles. É que os países africanos que ratificaram ou venham a ratificar podem ter a tendência de afirmar a sua autonomia cultural e colocar em vigor diplomas legais ratificados pelos respectivos parlamentos. Como mandam as respectivas Constituições.

83. *Entrevista do Fiorin no Portal do Sinpro- Sindicato dos Professores de São Paulo. Edição n° 175 - 28/9/2007 "A Língua Portuguesa não está correndo perigo" Entrevista com José Luiz Fiorin, professor de Linguística da USP*

Esse acordo de unificação ortográfica, embora esteja em discussão agora, na verdade tem as raízes no início da década de 1990. O senhor pode resgatar os momentos mais marcantes dessa trajetória?

Olha, antes de recontar essa trajetória, eu preciso dizer que esse assunto só está tendo essa repercussão toda porque muitas coisas não foram explicadas, ou não foram explicadas direito. A primeira dessas coisas é que o acordo é para unificação da ortografia da Língua Portuguesa, e não da Língua Portuguesa. A língua é uma coisa

viva, mutante, que varia de acordo com a província, com os enunciados e com as necessidades dos falantes daquela língua. Não dá para uniformizar a pronúncia, o estilo, a poesia da língua. O que dá para unificar é a grafia, a representação gráfica e é exatamente isso que o acordo propõe. Pode parecer um detalhe pequeno, mas ele faz toda a diferença. Agora sobre a história do acordo, em 1945 Brasil e Portugal já tinham tentado estabelecer uma certa unificação. Portugal chega a implementar, mas o Brasil não. Em 1990, sob o comando do professor Antonio Houaiss, é feito um memorando entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa que propõe que até 1994 deveria ser firmado um acordo entre todos os países que falam Português, oito até aquele momento, para unificar a grafia das palavras. Em 2006, as duas assinaturas, de Cabo Verde e São Tomé, somadas à do Brasil, que já havia se manifestado em 2001, fazem o acordo entrar – em vigor.

Por que teoricamente?

A entrada em vigor do acordo não é automática e se efetiva a partir do momento em que o terceiro membro da comissão de países da Língua Portuguesa ratifica o protocolo? Sim, pelo que foi acordado sim. No momento da terceira assinatura, o país signatário deve fazer um comunicado oficial para que os demais países comecem a se movimentar em relação a isso. Acontece que Portugal, um dos signatários, não fez nem isso.

Por que não fez?

Foi uma decisão simbólica. Depois das declarações de adesão, seria automático que os países se movimentassem para esclarecer suas populações a respeito das mudanças, além de produzir novos e de refazer antigos materiais didáticos, para que professores pudessem conhecer e ensinar as novas grafias. Além disso, seria criado um prazo para que as editoras e demais empresas de materiais gráficos se adaptassem à nova realidade. Tudo isso é trabalhoso, claro, mas seria ainda mais complicado se se tratasse de uma reforma ortográfica. E não é isso, é um acordo de unificação ortográfica.

Antes de explicar porque Portugal não cumpriu o acordo, o senhor pode diferenciar reforma ortográfica da idéia de unificação ortográfica?

A ortografia não reflete exatamente o que é uma língua. A ortografia é uma convenção, regida por lei, que retrata graficamente as palavras de uma língua. Agora a língua mesmo é bem mais que isso. A gente fala, a gente se expressa, a gente ama, a gente se desespera e a gente mostra o que é em Português. A língua é isso, é essa tradução da identidade do povo. A ortografia é só a representação gráfica disso tudo. E ela não é capaz de refletir com exatidão. A gente fala "di dia", e a grafia correta é "de dia". A gente fala "lobu", e a grafia é "lobo". Então nem sempre a grafia é a representação mais fiel da língua, fora os sotaques, as entonações, as variações regionais, tudo isso. Uma reforma radical da língua apontaria na direção dessas mudanças. Adaptar a língua escrita à língua falada. E por que os países não fazem isso e por que não foi isso que o acordo propôs?

Porque seria trabalhoso demais repor todo o material gráfico dos países, por exemplo...

Sim, mas mais do que isso, porque em coisa de duas gerações todos os livros e materiais didáticos estariam obsoletos e há países com milênios de cultura letrada e eles não se arriscam a perder esse patrimônio. E também a escrita traz as tradições, a história e a identidade de cada lugar. Reformar tudo isso é se desfazer de uma parte dessa trajetória e isso nem sempre é interessante.

Essa é a reforma. E o acordo de unificação ortográfica, o que ele prevê, em linhas gerais?

O que os países de Língua Portuguesa acordaram foi unificar as formas de escrever aquelas palavras que são escritas diferentemente em cada localidade. Então "batismo", que é "baptismo" em Portugal, perderia o "P" e seria escrito batismo. Isso porque, embora o "P" esteja lá, ele não é pronunciado. No caso de "facto", o "C" é pronunciado, então a solução é outra. Nesses casos, foram mantidas as duas formas de grafar: "fato" e "facto". As duas passam a ser corretas e oficiais. Então veja que as diferenças foram respeitadas. Só se mudou aquilo que diferia muito nas grafias de cada língua e só aquilo que não ia mudar demais a relação dos falantes com o português. Ainda para garantir



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

isso, “econômico” e “econômico” passam a ser grafias corretas, assim como “Antônio” e “Antônio”, “fêmur” e “fêmur”. Então aquele argumento de que não é uma unificação verdadeira porque permite duas grafias é uma bobagem, porque as duas grafias passam a ser consideradas oficiais. Então unifica o valor de ambas.

Mas afinal, por que Portugal não fez a comunicação que lhe cabia?

Veja só. Hoje, nos lugares onde se fala português, se chega um material didático brasileiro, isso tem que ser adaptado, para que seja um documento oficial e dentro dos padrões legais. O Brasil não, mas os países africanos de Língua Portuguesa têm um português muito próximo ao de Portugal, muito mesmo, então não é errado dizer que Portugal, ali, é a autoridade no que diz respeito à língua. E o acordo de unificação não é o fato mais importante do mundo, mas também não é uma bobagem à toa. A unificação causou uma gritaria danada em Portugal principalmente porque o acordo é acusado de abrandar demais a língua e isso seria uma espécie de colonização feita pela antiga colônia. Ou seja, Portugal perderia seu posto de metrópole. Eles afirmam lá que apenas 0,5% das palavras do Brasil seriam alteradas, enquanto 1,5% das de Portugal passariam por alterações. E isso é demais para os portugueses.

Em termos reais, de quantas palavras estamos falando?

Quem sabe? Porque não dá para quantificar as palavras de uma língua e também ninguém sabe de onde tiraram esses números. Mas se um dicionário normalmente traz 200 mil palavras, estamos falando de mil, mais ou menos. Outra coisa que os portugueses afirmam é que não admitem o acordo porque estão guardando a pureza da língua. Mas veja, uma teoria até com pouco prestígio hoje diz que nos centros irradiadores da língua, Portugal, por exemplo, ela sofre muito mais mudanças e se distancia muito mais do original que nas periferias e nas antigas colônias.

É aquela história de o português falado no Brasil ser muito mais parecido com o que se falava no século 16? Exatamente. Ou seja, aqui o Português é mais antigo e, portanto, quem guarda a pureza somos nós e não eles. Mas tudo isso é bobagem. A questão certa é outra.

E qual é?

Se o acordo de unificação ortográfica entrar mesmo em vigor, teremos que reconhecer que a legitimidade da língua não está mais somente com Portugal, mas sim com os oito países da <http://www.cplp.org/> CPLP. Esses países foram colônias de Portugal e, por um acordo, passam a ter simbolicamente o mesmo direito e o mesmo poder sobre a língua. O Brasil não se coloca nessa posição de colônia há muito tempo e levar ao mundo essa forma brasileira de escrever o português é uma afronta a Portugal. É contra isso que eles se colocam. Se o português do Brasil também passar a ser oficial nos lugares onde essa língua é usada, imagine o valor simbólico – e porque não dizer econômico, já que estamos falando de circulação de bens – que isso tem. Deve ser uma ofensa a Portugal essa projeção brasileira na lusofonia.

E aqui no Brasil? Como está a resistência ao acordo?

Coloca-se contra quem não compreendeu que se trata apenas da unificação das grafias. E a culpa nem é das pessoas. O problema é que não se explicou direito o que é o acordo. Quem é contra o acordo porque afirma que ele não unifica nada acaba perdendo os argumentos. Mesmo frente à dupla grafia, como já explicamos, e quando se entende que o acordo coloca o Brasil num outro patamar em relação aos países lusófonos, mesmo que para isso a gente tenha que abrir mão do trema, as pessoas acabam aceitando, por conta desse valor simbólico que já dissemos.

O trema vai fazer falta?

Não, que nada! Ninguém nem usa mais e, além disso, não é o acento ou a trema que possibilitam a total compreensão da palavra e do seu sentido no texto, é o conhecimento da língua, a proximidade dos significados das palavras. A gente é absolutamente capaz de entender quando se quer dizer “amara” ou “amará” pelo sentido do texto, mesmo que o acento não esteja lá. O acordo não vai derrubar isso, mas o que quero dizer é que é mais importante as pessoas conhecerem e saberem usar a língua que manter o trema, ou o acento diferencial.

Como derruba alguns acentos, a reforma vai tornar o português um idioma de certa forma mais jovem, mais moderno, mais próximo da língua que os jovens usam nos chats, nos blogs e nos e-mails?

De jeito nenhum. Nada disso. Até porque, quando se propôs o acordo, a internet nem era essa coisa tão difundida que é hoje. Então não foi essa a inspiração. Não foi esse descompromisso com as regras gramaticais que norteou o acordo.

Então a língua portuguesa não está correndo riscos?

Não, não mesmo. Não corre, e não vai correr enquanto as pessoas conversarem em Português, focarem em Português, se declararem amorosamente em Português, usarem o Português para expressar os momentos mais profundos de sua existência e também nos momentos mais íntimos e rezarem e xingarem em Português. A língua é viva, independentemente da forma como seja grafada. O que é preciso olhar é que, no Brasil, a gente tem sim um problema de compreensão na leitura e de redação dessa língua. Mas não por conta dos acentos ou do trema. É por um problema de ensino mesmo. É o Português ensinado e aprendido nas escolas o problema. E a razão para isso é que a Educação nunca é prioridade nos governos. Tanto é que a Comissão nem se preocupa com a assimilação da nova grafia pelos professores e com o seu ensino. Com o tempo isso vai sendo assimilado sem grande sofrimento, basta ter contato com a língua escrita. O acordo de unificação não vai nem melhorar nem piorar o ensino do Português nas escolas, porque, nesse caso, o problema está no ensino e na aprendizagem, e não na Língua Portuguesa.

E quais são os próximos passos e etapas do processo, já que Portugal ainda não se manifestou?

Enquanto isso não acontece, o acordo não entra em vigor. Então o que temos que fazer são dois trabalhos simultâneos. O primeiro é ter gestões nos países de Língua Portuguesa para que esse impasse tenha fim e para que eles se programem para as mudanças. E, segundo, é ir preparando internamente a agenda das mudanças e adaptações que vamos precisar fazer para aplicar na prática um acordo como esse.



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

Estamos mais perto que longe da implantação, mas não dá para saber quanto tempo ainda vai levar.

<http://www.sinprosp.org.br/especiais.asp?especial=175&materia=403>>.org.br/especiais.asp?especial=175&materia=403

84. "Estado de S. Paulo" publica artigo de embaixador de Portugal sobre Acordo Ortográfico 15.9.07-

É hoje publicado no principal jornal brasileiro, o "Estado de S. Paulo", um artigo da autoria do embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Seixas da Costa, sobre a temática do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com o título "Estamos de acordo!". Transcreve-se esse texto:

Nos últimos meses, verifica-se que o tema do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa tem estado em grande evidência no espaço público brasileiro. Nessa abordagem, a posição de Portugal tem merecido algumas referências, em alguns casos com imprecisões que parece importante não deixar passar em claro. Não interessa fazer aqui um historial do que foram as anteriores tentativas de unificação ortográfica, nem elaborar um inventário de supostas culpas pelo seu limitado sucesso. A doutrina, neste âmbito, divide-se muito. Assim, proponho que olhemos adiante. A reiteração da vontade de caminhar para uma norma comum, bem como o surgimento de novos países de expressão portuguesa, conduziu, em 1990, à assinatura de um novo Acordo Ortográfico, o qual deveria ter entrado em vigor, para todos os então sete subscritores, em 1994. Portugal ratificou esse acordo logo em 1991. Dois Protocolos Modificativos foram, entretanto, assinados. Um primeiro, em 1998, eliminando a data de 1994 como limite para a entrada em vigor do Acordo, por se constatar a inexistência de ratificações suficientes até então. Um segundo, consagrando a entrada de Timor-Leste e prevendo que o texto do Acordo pudesse entrar em vigor desde que três países tivessem depositado entretanto os instrumentos de ratificação. Em finais de 2006, verificou-se que Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe haviam ratificado esse segundo Protocolo, pelo que é entendido que o Acordo pode entrar em vigor. Algumas vozes consideram que, não obstante estes requisitos formais estarem preenchidos, seria importante que Portugal estivesse associado, desde o início, à entrada em vigor do novo Acordo. Convém fazer aqui um parêntesis para sublinhar que, pela aplicação do Acordo, 1,6% do total do vocabulário usado em Portugal (e nos restantes países que seguem a norma portuguesa) deverá sofrer adaptações. No Brasil, essas mudanças abrangem apenas 0,5% das palavras. Mesmo assim, tem vindo a ser anunciado que o Brasil prevê a necessidade de um período de transição para a plena aplicação do Acordo, de forma a permitir aos seus agentes editoriais fasearem os impactos das mudanças, em especial nos dicionários e livros escolares. Gostava de deixar bem claro que Portugal defende, como sempre defendeu, a importância de se caminhar num processo de harmonização ortográfica, em especial pela dimensão estratégica desse passo na capacidade de afirmação da Língua Portuguesa no mundo. Noto que, pela parte portuguesa, o Acordo assinado em 1990 poderia ter entrado em vigor em 1994, o que não aconteceu por razões a que Portugal foi então alheio. A circunstância de tal não ter ocorrido acabou por suscitar no meu país uma reflexão mais amadurecida sobre os efeitos, em especial editoriais, das mudanças que o acordo implicaria. O Governo português não pode deixar de ser sensível a este debate, tanto mais que as alterações que atingiriam a norma de Portugal são bem mais significativas que no Brasil. É do saldo final dessa reflexão, a qual deverá também atentar nos períodos de vigência dos manuais escolares, que vai depender a definição da posição portuguesa, que também tem de passar pelo necessário período de adaptação, antes da vinculação definitiva a uma futura norma comum. Nas relações luso-brasileiras, parece por vezes existir um tropismo no sentido da dramatização das pequenas dissonâncias, como se o entendimento mútuo tivesse ciclicamente de passar por renovadas provas. A questão do Acordo Ortográfico parece estar a ser um desses temas, como se uns anos a mais ou a menos na conclusão de um texto trouxessem algum mal ao mundo, que viveu sem ele até agora. O leitor ajuizará sobre se estaremos assim tão distantes: este artigo foi escrito sem recurso a nenhuma palavra que necessite de harmonização ortográfica. Esta é a melhor prova de que, afinal, e no essencial, estamos de acordo!

Publicado pela Embaixada de Portugal - Brasília em 15.9.07

<http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2007/09>

85. revista VEJA – CAPA – 12/09/07

Riqueza da língua. Ferramenta fundamental na carreira e no crescimento pessoal, o português pode ser transformado por um acordo ortográfico. Mas essa não é a única revolução por que a língua está passando. Jerônimo Teixeira/Lailson Santos

MEIA-SOLA ORTOGRÁFICA

"Sou contra o acordo. Sei que isso é um tiro no próprio pé, pois, se o acordo passar, vou ser chamado para fazer muitas palestras. Mas não quero esse dinheiro, não. Com outro espírito, outra proposta, uma unificação talvez fosse possível. Mas esta é uma reforma meia-sola, que não unifica a escrita de fato e mexe mal em pontos como o acento diferencial. Vamos enterrar dinheiro em uma mudança que não trará efeitos positivos." Pasquale Cipro Neto, professor de português.

Engavetado desde sua assinatura, em 1990, voltou a assombrar o acordo ortográfico que visa a unificar a escrita do português nos países que o adotam como língua oficial. O Ministério da Educação chegou a anunciar a entrada em vigor da reforma no Brasil já em 2008. Felizmente, essa data foi postergada. Por mais modorrenta que seja, essa discussão não deve se extinguir. Ela tem implicações profundas de ordem técnica e comercial, além de provocar ainda mais ansiedade nos milhões de brasileiros mergulhados em dúvidas no seu empenho diário para falar e escrever bem. Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular, têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles mas sem o mesmo domínio da palavra. Por essa razão, as mudanças ortográficas interessam e trazem dúvidas a todos. O acordo diz como se devem usar o hífen e o acento agudo e outros desses minúsculos sinais gráficos que já fizeram estatelar muitas reputações. A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

uma simples crase mal utilizada. Portanto, não há como ignorar quando os sábios se reúnem para determinar o que é certo e errado no uso do português. Nas grandes corporações, os testes de admissão concedem à competência lingüística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso dado à aptidão para trabalhar em grupo ou ao conhecimento de matemática. Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos salariais, de outro. Salte-se agora do micro para o macro. Uma decisão aparentemente arcana sobre o uso correto do trema, por exemplo, pode ganhar contornos bem mais amplos em um momento em que os idiomas nacionais sofrem todo tipo de pressão desestabilizadora. Como diz o lingüista britânico David Crystal (veja http://veja.abril.com.br/120907/p_088.shtml#entrevista#entrevista entrevista), a globalização e a revolução tecnológica da internet estão dando origem a um "novo mundo lingüístico". Entre os fenômenos desse novo mundo estão as subversões da ortografia presentes nos blogs e nas trocas de e-mails e o aumento no ritmo da extinção de idiomas. Estima-se que um deles desapareça a cada duas semanas. Cresce a consciência de que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de ser riquezas econômicas. A reforma do português ora em curso vai se defrontar com um desafio inédito. Outras mudanças foram feitas em situações em que era bem menos intenso o ritmo de entrada de palavras e conceitos na corrente da vida cotidiana. Em tempos de internet, as línguas, por natureza refratárias a arranjos de gabinete e legislações impostas de cima para baixo, podem se comportar como potros indomáveis. Quem vai ligar para as novas regras de uso do hífen quando mantém longas e satisfatórias conversações na internet usando apenas interjeições e símbolos gráficos como os consagrados "emoticons" para alegre :-) ou triste :- (?

David Crystal cunhou o termo *netspeak* para designar as formas inéditas de expressão escrita que a internet gerou. A inclusão de símbolos audiovisuais, os links que permitem "saltos" de um texto para o outro – nada disso existia nas formas anteriores de comunicação. A comunicação por escrito se tornou mais ágil e veloz, aproximando-se, nesse sentido, da fala. "A necessidade de diminuir o tempo de escrita e se aproximar do tempo da fala levou os usuários a ser cada vez mais objetivos e compactos", diz o lingüista Antonio Carlos dos Santos Xavier, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa tendência é mais notória nas conversas que os adolescentes mantêm através de programas como o MSN, com abreviações como *blz* (beleza) e frases de sonoridade tribal como *bora nu cinema – pod c as 8?* (vamos ao cinema – pode ser às 8?). Mas o *netspeak* não é só para os imberbes. Até no âmbito profissional a objetividade eletrônica está imperando. A carta comercial que iniciava com a fórmula "vimos por meio desta" é peça de museu. "Gêneros como a carta circular ou o requerimento estão em extinção. O e-mail absorveu essas funções", observa a lingüista Cilda Palma, que, em sua dissertação de mestrado na UFPE, estudou a comunicação interna de uma empresa pública – um posto regional dos Correios – e de uma empresa então recentemente privatizada, a Petroflex. Ela constatou que a correspondência eletrônica tornou a comunicação mais informal – e que essa tendência foi mais longe na empresa privada. Observa a pesquisadora: "Os Correios ainda mantêm uma infra-estrutura anacrônica, que exige fotocópias e carimbos nos comunicados internos". Embora a língua sofra ataques deformadores diários nos blogues e chats, a palavra escrita nunca foi usada tão intensamente antes. Os mais otimistas apostam que os bate-papos da garotada travados com símbolos e interjeições hoje podem ser a semente de uma comunicação escrita mais complexa, assim como o balbuciar dos bebês denota a prontidão para a fala lógica que se seguirá. Pode ser. Seria ótimo que fosse assim. Por enquanto, uma maneira de se destacar na carreira e na vida é mostrar nas comunicações formais perfeito domínio da tradicional norma culta do português. Vários estudos demonstram a correlação positiva entre um bom domínio do vocabulário e o nível de renda, mesmo que não se possa traçar uma correlação direta e linear entre uma coisa e outra. Além de conhecer as palavras, é preciso que se tenha alguma coisa a dizer de forma lógica e racional. O vocabulário, por si só, não garante precisão ou beleza na escrita. "Machado de Assis compôs toda a sua obra com aproximadamente 12.000 vocábulos, enquanto Coelho Neto, autor ilegível, teria empregado mais de 35.000 palavras diferentes na sua longa e obscura carreira", lembra o professor de português Cláudio Moreno. Mesmo que pareça meio quadrado na mesa do bar, quem mais se distanciar do linguajar trivial dos chats nas comunicações formais mais será notado pela competência. É empobrecedor, porém, ignorar a revolução cultural da internet. Como toda inovação tecnológica abrangente, a civilização digital ampliou o léxico de muitos idiomas, entre eles o português. E o fez, basicamente, pela incorporação de palavras em inglês (*site*, *download*, *hardware*). Essas adições causam horror aos puristas da linguagem. Bobagem. A maior fonte de enriquecimento dos idiomas em todos os tempos é a incorporação de vocábulos oriundos de línguas estrangeiras e de revoluções tecnológicas. O português cresceu muito enquanto seus navegadores exploravam os "mares nunca dantes navegados" cantados por Luís de Camões. "Calcula-se que o português medieval tinha perto de 15 000 vocábulos. Em meados do século XVI, com a expansão marítima, o total chegaria a 30.000, 40.000", observa o filólogo Mauro Villar, do Dicionário Houaiss. Nesse processo, é preciso levar em conta também a popularização do vocabulário especializado, que em geral não entra nos dicionários. Por mais abrangente que seja um dicionário, ele recolhe apenas algumas centenas de milhares de palavras. O Houaiss tem perto de 230.000 verbetes. O Oxford English Dictionary, o famoso OED, registra 615.000. Ambos são recortes muito limitados de um universo em permanente expansão. Só as palavras necessárias à prática da medicina estariam na casa de 600.000. Eventualmente, uma grande virada em um desses campos científicos puxa o vocabulário especializado mais para perto do chão dos dicionários. DNA é um exemplo eloquente: o acrônimo em inglês de ácido desoxirribonucleico (componente fundamental do código genético) saiu dos laboratórios e se incorporou ao dia-a-dia. A internet é, além de tudo, um campo essencial na disputa pelo mercado dos idiomas. O estudo da economia da língua é um campo promissor. A Fundação Telefônica, da Espanha, está promovendo um projeto de pesquisa que deve durar quatro anos e pretende aferir o peso econômico do idioma espanhol no mundo. "O valor de uma língua se relaciona com sua capacidade de incentivar os intercâmbios econômicos", explica o economista José Luis Garcia Delgado, coordenador do projeto. Embora não seja possível atribuir uma cifra monetária a uma língua, faz pleno sentido falar no valor relativo que ela tem na comparação com outras línguas. O número total de falantes nativos é um fator essencial. O espanhol tem cerca de 450 milhões, patamar semelhante ao do inglês (o português fica em torno de 250 milhões). O inglês, porém, domina a internet: de acordo com o Internet World Stats, site que concentra números mundiais sobre a rede, 30%



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

dos usuários da rede são falantes nativos do idioma de Shakespeare, contra 9% de usuários da língua de Cervantes. Mais importante, o inglês é forte como segunda língua. O British Council estima que pelo menos 1 bilhão de pessoas estão estudando inglês hoje no mundo. "O inglês está destinado a ser uma língua mundial em sentido mais amplo do que o latim foi na era passada e o francês é na presente", dizia o presidente americano John Adams no século XVIII. A profecia se cumpriu: o inglês é hoje a língua franca da globalização. No extremo oposto da economia lingüística mundial, estão as línguas de pequenas comunidades declinantes. Calcula-se que hoje se falem de 6.000 a 7.000 línguas no mundo todo. Quase metade delas deve desaparecer nos próximos 100 anos. A última edição do Ethnologue – o mais abrangente estudo sobre as línguas mundiais –, de 2005, listava 516 línguas em risco de extinção. O português está entre os vencedores da globalização. É uma língua que vem crescendo na internet: nos últimos sete anos, o número de falantes da língua portuguesa que navegam na rede aumentou em 525% (embora ainda represente apenas 4% dos usuários). O acordo ortográfico tem a intenção manifesta de incrementar o "valor de mercado" do português. Desde o início criticada dos dois lados do Atlântico, a unificação da língua portuguesa foi uma causa cara ao filólogo brasileiro Antônio Houaiss, morto em 1999. O acordo foi firmado em 1990 pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), então com sete membros – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, o Timor Leste também faria sua adesão. Os prazos de implantação das novas regras estipulados em 1990 nunca foram cumpridos, e a ratificação do acordo foi adiada sucessivamente. Um novo acordo firmado em uma conferência de chefes de estado da CPLP em 2004 determinou que bastaria a ratificação de três membros para que o acordo entrasse em vigor, o que aconteceu no fim do ano passado. O problema é que só os três países que ratificaram – Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – deram mostras de querer levar a reforma adiante. Naturalmente, nenhuma unificação ortográfica merece ser chamada assim se a matriz da língua, Portugal, não a seguir. Autoridades portuguesas têm falado em esticar os prazos de adaptação às novas regras em até dez anos. VEJA ouviu quatro profissionais da língua portuguesa. O único que considera a unificação importante do ponto de vista da política da língua é o gramático Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras. Mas ele faz restrições ao conteúdo da reforma, que teria perdido a oportunidade de racionalizar algumas regras. Os outros três especialistas são mais radicais na crítica. "É um acordo meia-sola", avalia Pasquale Cipro Neto. Ele cita algumas palavras que continuam sendo grafadas de duas formas, conforme a pronúncia ou as idiossincrasias de cada país – caso de "cômodo" (Portugal) e "comodo" (Brasil), ou de berinjela/beringela. "Essa idéia messiânica, utópica de que a unificação vai transformar o português em uma língua de relações internacionais é uma tolice", diz o professor Cláudio Moreno. Sérgio Nogueira considera que só uma categoria vai ganhar vantagens com o acordo: os professores que dão aulas e palestras sobre língua portuguesa. "Se a reforma sair, vou ficar rico de tanta palestra que vou dar", ironiza. As editoras em geral estariam no lado perdedor do acordo, já que teriam de adequar seus catálogos à nova grafia. O custo médio para a revisão e a preparação de um único livro ficaria em torno de 5.000 reais. A revisão de enciclopédias e dicionários seria ainda mais custosa. "Só a atualização do nosso banco de dados ficaria entre 200.000 e 400.000 reais", calcula Breno Lerner, diretor-geral da Melhoramentos, que publica os dicionários Michaelis. As diferenças culturais não se resolvem assim apenas com um golpe de pena. Mesmo com a ortografia unificada, dificilmente uma dona-de-casa portuguesa vai comprar um livro de culinária brasileiro que fala em "açougue" ("talho" em Portugal), e o carpinteiro brasileiro com um manual português nas mãos talvez fique embasbacado com a palavra "berbequim" (furadeira). De outro lado, a grafia cheia de letras mudas – tecto, facto, acto – não impediu o português José Saramago de ser best-seller no Brasil. Como a natureza, a arte e a inteligência sempre encontram uma maneira de se manifestar. Com a ajuda de uma norma culta e amplamente aceita, esse trabalho fica mais fácil. Lailson Santos

MINHA PÁTRIA, MINHA LÍNGUA

"Creio que a unificação do português tem um sentido político positivo. Aumenta o conceito da língua como nação. A adaptação talvez seja difícil. Mas a língua é um organismo vivo e vai seguir em frente. No meu trabalho de compositor, a ortografia repercute pouco. Nas letras de rock, a gente trabalha com a informalidade, com a fala da

rua." Tony Bellotto, músico da banda Titãs, autor de Bellini e a Esfinge e apresentador do programa Afinando a Língua

PREGUIÇA CÉTICA

"Encaro com grande ceticismo esse acordo ortográfico. É uma reforma tímida, que não traz grandes inovações. Mas não gostei. Queria que meus tremas ficassem onde estão. Os escritores mais velhos e mais preguiçosos têm de confiar no pessoal da editoração para fazer as mudanças necessárias no texto." João Ubaldo Ribeiro, escritor, autor de Sargento Getúlio e Viva o Povo Brasileiro. Oscar Cabral /Ernani d'Almeida

MUDANÇA TÍMIDA

"Do ponto de vista político, a unificação ortográfica é importante. Implica numa maior difusão da língua portuguesa nos seus textos escritos. Mas a reforma poderia ter avançado mais e de forma mais inteligente na racionalização dos acentos e do hífen. As regras ainda são pouco acessíveis para o homem comum." **Evanildo Bechara**, gramático, membro da Academia Brasileira de Letras. Mirian Fichtner

SIMPLES E CIVILIZADA

"A unificação já devia ter ocorrido antes. É uma medida civilizada. A diferença na escrita dos países que falam português atrapalha o intercâmbio econômico e editorial. Como toda reforma, essa proposta tem suas falhas. Mas acho ótimo, por exemplo, o fim do trema. Sou a favor de tudo que vai no sentido da simplificação." Lya Luft, escritora, autora de Perdas & Ganhos e colunista de VEJA

UMA REVOLUÇÃO SEM GRAMÁTICA Divulgação

David Crystal: a política está sempre por perto das questões lingüísticas. Professor honorário de lingüística da Universidade do País de Gales, em Bangor, David Crystal, de 66 anos, é uma das maiores autoridades mundiais em linguagem. Autor de A Revolução da Linguagem (Jorge Zahar), ele falou a VEJA sobre as mudanças que a internet trouxe ao uso da língua e sobre as línguas em extinção.

A INTERNET ESTÁ MUDANDO O CARÁTER DAS LÍNGUAS?



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

Em cinquenta ou 100 anos, todas as línguas que utilizam a internet serão diferentes. Está surgindo o que chamo de netspeak, "fala da rede", ou comunicação mediada pelo computador, em jargão acadêmico. Ainda é impossível prever, no entanto, quais serão a forma e a extensão dessa mudança. Leva muito tempo para que uma transformação efetiva se manifeste numa língua. No inglês, por exemplo, notamos uma grande diferença entre a linguagem de Chaucer e a de Shakespeare. Duzentos anos separam o nascimento de um e de outro. Pergunte às pessoas quando foi a primeira vez em que elas mandaram um e-mail. Foi há dez, talvez cinco anos. É algo recente demais. Existem curiosos fenômenos de ortografia, o uso de sinais tipográficos e dos chamados emoticons. Mas, se procurarmos por novas palavras ou uma nova gramática na internet, não encontraremos muita coisa. O inglês é uma língua com mais de 1 milhão de palavras, e somente umas poucas centenas foram incorporadas a ela por causa da internet. Isso não altera o seu caráter.

A INFORMALIDADE É UMA CARACTERÍSTICA CENTRAL DO NETSPEAK?

Sim, até o momento. Isso tudo começou com os nerds da internet, há vinte, trinta anos. E eles eram rebeldes. Viam a rede como uma revolução, uma alternativa democrática às formas de comunicação mais formais. Esses pioneiros não pontuavam, não se preocupavam com ortografia, criavam formas estranhas de grafar as palavras. Quando a internet se espalhou, a informalidade se popularizou também. Nos anos 80 e 90, e-mails se tornaram muito informais. Mas a idade média do usuário de internet vem subindo, e com isso a comunicação está ficando mais formal novamente. Acredito que os estudos sobre netspeak que virão daqui por diante vão documentar um aumento da formalidade.

O SENHOR AFIRMA QUE, NO ATUAL RITMO DE EXTINÇÃO, EM UM SÉCULO TEREMOS SO METADE DAS LÍNGUAS QUE SÃO FALADAS NO PLANETA HOJE. POR QUE TANTAS LÍNGUAS ESTÃO DESAPARECENDO?

O principal motivo é a assimilação cultural por causa da globalização. O crescimento das grandes línguas do mundo funciona como um trator, esmagando os idiomas que se põem no caminho. Isso não é um fenômeno restrito a duas ou três línguas. Não é apenas o inglês que ameaça línguas nativas na Austrália, ou o português que põe em perigo idiomas indígenas no norte do Brasil. O chinês, o russo, o hindi, o suahili – todas as línguas majoritárias ameaçam idiomas de comunidades pequenas. O futuro dessas línguas minoritárias está vinculado a políticas regionais. Nos lugares onde elas sobrevivem, há uma série de práticas políticas e econômicas que valorizam a diversidade.

O QUE SE PERDE QUANDO UMA LÍNGUA MORRE?

Quando me fazem essa pergunta, costumorebater com outra: como seria o mundo se a sua língua não houvesse existido? O que você teria perdido, o que todos teríamos perdido se não existisse o português? Se não houvesse o inglês, não teríamos Chaucer, Shakespeare, Dickens. Quando colocamos as coisas nesses termos, as pessoas vêem. Uma língua expressa uma visão peculiar do mundo. Não importa se a comunidade que utiliza essa língua vive em uma selva, em um iceberg ou na cidade, sua história, seu ambiente e seu modo de pensar não têm igual. O único meio de comunicarmos a percepção do que é ser humano em determinado ambiente é através da linguagem.

NO BRASIL, JÁ HOVE TENTATIVAS DE RESTRINGIR LEGALMENTE O USO DE PALAVRAS ESTRANGEIRAS, ESPECIALMENTE DO INGLÊS. O INGLÊS PODE SER CONSIDERADO EM ALGUMA MEDIDA UMA AMEAÇA AO PORTUGUÊS?

Não, de forma alguma. Esses movimentos puristas aparecem no mundo todo. E o fato básico é que todas as línguas tomam empréstimos das outras. Ao longo dos últimos 1.000 anos, o inglês incorporou palavras de mais de 350 línguas. Só 20% das palavras do inglês atual remontam às origens anglo-saxônicas e germânicas da língua. Essa incorporação de palavras tornou o inglês uma língua expressiva e rica. Shakespeare não poderia escrever o que escreveu se não contasse com um vocabulário que era germânico, francês e latino. Palavras se incorporam a uma língua não para destruí-la, mas para permitir novas oportunidades de expressão. Se cada palavra que entra no português apagasse uma palavra anterior, isso seria de fato um fenômeno estranho e indesejável. Mas não é assim que funciona. A nova palavra não substitui palavras preexistentes, ela passa a vigorar ao lado delas. A língua evolui desse modo e alcança uma gama expressiva mais ampla.

COMO LIDAR COM A QUESTÃO DO VOCABULÁRIO IMPORTADO AO EDUCAR AS CRIANÇAS?

Os jovens gostam de usar palavras estrangeiras, pois em geral elas soam inovadoras. Gostam também de empregar gírias que eles próprios criam. Não se pode proibir jamais crianças e adolescentes de utilizar suas formas particulares de linguagem. É como dizer a eles: "Valorizem a linguagem – mas não a sua própria". É muito importante que, nas escolas, os estudantes aprendam toda a gama de possibilidades da língua. Eles precisam descobrir que há palavras tradicionais e palavras novas para as mesmas coisas. E devem saber pensar a diferença estilística entre essas opções.

POR QUE O INGLÊS É A LÍNGUA MAIS VISADA PELOS PURISTAS?

Pela razão simples de que é a língua mais globalizada. É sobretudo uma questão política, que varia de região para região. Quem fala quíchua, no Peru, não está preocupado com o inglês, mas com vocábulos que remetem à história do domínio espanhol sobre os povos indígenas. A política está sempre por perto nessas questões.

<http://geo.yahoo.com/serv?s=97490435/grpld=11188121/grpspld=2137111712/msgld=6818/stime=1189528155> .

86. *Alfabeto passa a ter 26 letras* Fonte: www.comunique-se.com.br

Está para entrar em vigor a unificação da Língua Portuguesa que prevê, entre outras coisas, um alfabeto de 26 letras. "A frequência com que eles leem no voo é heroica!". Ao que tudo indica, a frase inicial desse texto possui pelo menos quatro erros de ortografia no Brasil. Mas até o final do ano, quando deve entrar em vigor o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", ela estará corretíssima. Os países-irmãos Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste terão, enfim, uma única forma de escrever. As mudanças só vão acontecer porque três dos oito membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ratificaram as regras gramaticais do documento proposto em 1990. Brasil e Cabo Verde já haviam assinado o acordo e esperavam a terceira adesão, que veio no final do ano passado, em novembro, por São Tomé e Príncipe. Tão logo

as regras sejam incorporadas ao idioma, inicia-se o período de transição no qual ministérios da educação, associações e academias de



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZACAO EM 10-04-2009**

letras, editores e produtores de materiais didáticos recebam as novas regras ortográficas e possam, gradativamente, reimprimir livros, dicionários, etc. O português é a terceira língua ocidental mais falada, após o inglês e o espanhol. A ocorrência de ter duas ortografias atrapalha a divulgação do idioma e a sua prática em eventos internacionais. Sua unificação, no entanto, facilitará a definição de critérios para exames e certificados para estrangeiros. Com as modificações propostas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modificado. No Brasil, a mudança será bem menor: 0,45% das palavras terão a escrita alterada. Mas apesar das mudanças ortográficas, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país.

O que muda.

As novas normas ortográficas farão com que os portugueses, por exemplo, deixem de escrever "húmido" para escrever "úmido". Também desaparecem da língua escrita, em Portugal, o "c" e o "p" nas palavras onde ele não é pronunciado, como nas palavras "acção", "acto", "adopção", "baptismo", "óptimo" e "Egipto". Mas também os brasileiros terão que se acostumar com algumas mudanças que, a priori, parecem estranhas. As paroxítonas terminadas em "o" duplo, por exemplo, não terão mais acento circunflexo. Ao invés de "abenção", "enjão" ou "vão", os brasileiros terão que escrever "abenção", "enjoo" e "voo". Também não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos "crer", "dar", "ler", "ver" e seus decorrentes, ficando correta a grafia "creem", "deem", "leem" e "veem". O trema desaparece completamente. Estará correto escrever "linguiça", "sequência", "frequência" e "quinquênio" ao invés de linguiça, sequência, frequência e quinquênio. O alfabeto deixa de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação do "k", do "w" e do "y" e o acento deixará de ser usado para diferenciar "pára" (verbo) de "para" (preposição). Outras duas mudanças: criação de alguns casos de dupla grafia para fazer diferenciação, como o uso do acento agudo na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, tais como "louvámos" em oposição a "louvamos" e "amámos" em oposição a "amamos", além da eliminação do acento agudo nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas, como "assembléia", "idéia", "heróica" e "jibóia".

Antônio Houaiss

A escrita padronizada para todos os usuários do português foi um estandarte de Antônio Houaiss, um dos grandes homens de letras do Brasil contemporâneo, falecido em março de 1999. O filólogo considerava importante que todos os países lusófonos tivessem uma mesma ortografia. No seu livro "Sugestões para uma política da língua", Antônio Houaiss defendia a essência de embasamentos comuns na variedade do português falado no Brasil e em Portugal.

Fonte: www.comunique-se.com.br

Posição da ABL

O presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Marcos Vinícios Vilaça, pediu ao governo português que promova ações concretas, e com brevidade, no sentido de ratificar definitivamente o Acordo Ortográfico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Vilaça lamenta que os portugueses mantenham a atual resistência depois de 16 anos de formatação do Acordo, em 1991. Segundo ele, a recusa contribui para um possível isolamento de Portugal. Vilaça lembrou que o português de Moçambique já vem se aproximando crescentemente do inglês, por força de interesses de ordem econômica. O presidente da ABL ressaltou que os países de língua espanhola utilizam apenas um dicionário, resultado do trabalho da Real Academia da Espanha e de outras 17 academias de países hispânicos. "Nada nos deve separar de Portugal. Acho mesmo que o governo do Brasil deveria ser mais categórico nesse tema", sugeriu. Para ajudar na adaptação dos brasileiros, a ABL disponibiliza pela internet um serviço de tira-dúvidas do português. As perguntas são respondidas pelo professor Sérgio Pachá em até quatro dias ao usuário.

87. *A língua das ortografias. Os pontos negativos e os positivos do novo acordo entre países lusófonos Aldo Bizzocchi*
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11357>

Ortografia é assunto que sempre causa frisson. Provavelmente porque muitos vêm na grafia das palavras um patrimônio nacional, comparável ao hino e à bandeira. Mudanças constantes de moeda, constituição, regime de governo, denominação do país, e também de ortografia, produzem na população um sentimento de instabilidade e baixa auto-estima. O português já passou por várias reformas ortográficas (ver Língua 11), e mais uma se anuncia em 2009. A reforma ocorrerá porque três países - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - ratificaram o acordo ortográfico firmado em 1990. O argumento em favor da unificação é o de que o português é a 3ª língua europeia mais falada no mundo, depois do inglês e do espanhol, e a existência de duas ortografias atrapalha sua difusão internacional. O filólogo Antônio Houaiss afirmava que o português é a única do Ocidente com mais de 50 milhões de falantes a ter duas grafias oficiais. O argumento é falso. Difícil acreditar que o acadêmico, exímio tradutor de Joyce, ignorasse que o inglês tem duas ortografias, a britânica e a americana, e mesmo assim é a mais difundida. A difusão de um idioma depende do prestígio e do poder político, econômico e cultural dos países que o falam, e não da grafia. Senão, o chinês, com escrita complicadíssima, não estaria cada vez mais conhecido no mundo.

Prós e contras

O novo sistema ortográfico tem pontos positivos. Em Portugal desaparecem o c e o p mudos, como em "acção", "acto", "adopção", "baptismo", "óptimo" e "Egipto" (mas mantém-se em "facto", por ser pronunciado). Também os encontros vocálicos ee e oo de "vêem" e "enjão" perderão o circunflexo. Entretanto, há muitos pontos negativos. Como a supressão total do trema. Sem ele, como diferenciar "equino" (cavalo) de "equino" (ouriço-do-mar)? E como saber a pronúncia de palavras pouco usuais, como "quididade"? É de se imaginar a confusão quando

os livros escolares disserem que os equinos são invertebrados, e as crianças pensarem em pangarés desossados! A nova norma fará com que os portugueses escrevam "húmido" como "úmido". Só que "húmido" ("úmido") é da mesma etimologia de "humor", o latim humus, com h. Se em Portugal ainda havia coerência ortográfica na palavra, agora desaparecerá. Melhor mesmo seria eliminar de vez o h mudo e pronto. Também se simplifica o uso do hífen, o que é bom. Só que, ao mesmo tempo em que se elimina o hífen de "anti-semita" (antissemita), ele é



COLOQUIOS DA LUSOFONIA <http://lusofonias.com.sapo.pt> **ULTIMA ACTUALIZAÇÃO EM 10-04-2009**

introduzido em "microondas" (micro-ondas). O mais absurdo da reforma é que deixará de ser usado o acento para diferenciar "para" (verbo) de "para" (preposição), bem como o de "pêlo" (substantivo) e "pelo" (preposição + artigo). O título Uma pistola para Jeca, do filme de Mazzaroppi, poderá ser interpretado como "uma pistola cabe (ou é oferecida) a Jeca" (sentido real do título) ou "uma pistola detém Jeca". E quem vai entender o trocadilho no título do livro Pelos pêlos, de Ana Cristina César?

O que faltou

O projeto não toca em incoerências ortográficas: o já mencionado h mudo; s, ss, c, ç, sc, sç, x, xc e z com som de /ss/; s, z e x com som de /z/; x e ch com som de /ch/; g e j com som de /j/; "estender" x "extensão", "destro" x "dextrose", "texto" (do latim textus) x "misto" (do latim mixtus), "em cima" x "embaixo", etc. Uma reforma simplificadora é necessária, mas a que está em curso é um frankenstein lingüístico, produto de negociações políticas entre os países. O resultado, como na política, foi um projeto desfigurado, em que se eliminaram coisas boas e se manteve muito do que havia de ruim. Em vez de uma reforma radical e definitiva, como fizeram outras línguas, as doses homeopáticas no português obrigam a que a cada 50 anos seja feita nova reforma. Por sinal, avanços já previstos na proposta de 1907 ainda não foram postos em prática, como a solução das grafias duplas x/ch, g/j, etc. É notável que línguas como italiano, galego e catalão já tenham encontrado soluções para tais casos. O português poderia inspirar-se neles. O italiano e o romeno, por sinal, são as línguas românicas com sistemas ortográficos mais simples e coerentes. E a grafia do italiano não sofre alterações significativas desde o século 16, o que não deixa de ser invejável.

O exemplo inglês

O inglês possui duas ortografias, mas bem poderia ter uma só. Afinal, organize e organize, humour e humor, e assim por diante, não representam pronúncias diferentes. Já "Antônio" e "Antônio", "facto" e "fato" indicam diferenças fonológicas inconciliáveis, tanto que ambos são mantidos na reforma. As diferenças entre o inglês britânico e americano afetam ligeiramente a ortografia e o léxico: a diferença marcante está na pronúncia. Mas o inglês possui uma só gramática. Em qualquer país de língua inglesa, a sintaxe é uma só. Ao contrário, o português não tem só duas pronúncias e duas ortografias; tem dois léxicos e duas gramáticas bem diferentes. Comparem "Sentei-me cá com ela e ficámos a conversar" (Portugal) com "Me sentei aqui com ela e ficamos conversando" (Brasil). Isso sem falar nos esquisitos "golo" (gol), "cancro" (câncer), "guarda-fatos" (guarda-roupa), e nos humorísticos "bicha" (fila), "cacete" (filão de pão) e "bica" (bebedouro). Unificar o quê? Aliás, até nomes geográficos são distintos aquém e além-mar: "Irão", "Moscovo", "Bagdade", "Copenhaga", "Nuremberga", "Checoslováquia", "Jugoslávia". Nada semelhante ocorre em inglês.

Custo da mudança

Com a oficialização da nova grafia, inicia-se a transição na qual os ministérios da Educação deverão reciclar os professores e realfabetizar os estudantes, e editoras vão reimprimir livros, dicionários e outros materiais. Tudo a custo social e financeiro elevadíssimo. O argumento de que não será mais preciso reimprimir livros brasileiros em Portugal e vice-versa, é outra inverdade: basta comparar a tradução portuguesa e a brasileira de qualquer best-seller para ver que falamos línguas diferentes, ainda que com uma só grafia. Embora a realização de uma reforma seja custosa, é preciso ter em mente que qualquer reforma, mínima que seja, implica tais custos. Por isso, deveríamos aproveitar a oportunidade para promover uma reforma radical e definitiva na ortografia, eliminando as incoerências e instituindo um sistema simples e prático - ainda mais que a maioria dos falantes do português no mundo tem baixa ou nenhuma escolaridade, e a maior parte dos países lusófonos é pobre e presta serviços educacionais fracos. Com a nova reforma, estimase que 1,5% do vocabulário lusitano e de 0,5% do brasileiro sofrerão modificações gráficas. Apesar disso, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país. Ou seja, na prática, a "unificação" pouco unifica. (Annablume). www.aldobizzocchi.com.br

Ainda sobre a unificação da Língua Portuguesa

88. *A partir de 2009, o português deverá ter a mesma ortografia em todo o mundo, se o acordo entre os oito países não for torpedeado. Por JOSUÉ MACHADO, da Revista Língua Portuguesa*

Contagem regressiva para a unificação

Uma reforma simplificadora é necessária, mas essa que está em curso é um frankenstein lingüístico, produto de negociações políticas entre os países. O acordo que uniformiza a ortografia dos oito países de língua portuguesa deve entrar em vigor no Brasil em 2009. Por que deve entrar e por que no Brasil, entre os oito países lusófonos?

As respostas são do secretário-executivo da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, embaixador Luís Fonseca: - O acordo já entrou tecnicamente em vigor em 1º de janeiro de 2006 no Brasil, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, mas na prática ainda não entrou em funcionamento. Apesar da contradição - entrou, mas não entrou -, o embaixador cabo-verdiano se apegua aos termos do contrato. A uniformização deveria vigorar um mês depois que o terceiro dos países interessados aprovasse o protocolo modificativo do acordo. Foi o que se definiu em reunião de chefes de Estado de que o presidente Lula participou em São Tomé e Príncipe em 2004. Em dezembro, o governo de São Tomé entregou a carta de ratificação em Portugal, como já o tinham feito Brasil e Cabo Verde. Em janeiro, portanto, a uniformização passou a vigorar. Pelo menos teoricamente, como diz Fonseca. O governo de São Tomé acabava de obedecer ao protocolo. Nele, por cortesia a Portugal, os países lusófonos se comprometeram a entregar a tal carta de adesão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses. Estava cumprido em Lisboa o rito, que deve ser seguido por Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste e, claro, Portugal. Se já foi cumprida a última exigência legal por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por que o acordo gira em falso desde 1990? Provavelmente porque em Portugal vários setores se insurgem contra o "brasileirismo" (neologismo luso = "abrasileiramento") do idioma, espécie de afronta contra a mãe-pátria. E porque ninguém se preparou para a novidade, que exige cuidados em muitas áreas, a começar pela documentação oficial, estendendo-se aos livros didáticos, aos de consulta e à literatura clássica. Foram tantos adiamentos que a maioria estava incrédula. Há quem ainda esteja. Nem todos estão convencidos da necessidade da reforma. As resistências se

concentram em Portugal. E há dificuldades políticas em países africanos paupérrimos; para eles, um acordo ortográfico está longe de ser assunto importante, lembra Carlos Alberto Xavier, assessor do ministro da Educação, Fernando Haddad. Importante será para as editoras, dizem críticos da reforma, embora parte da oposição em Portugal seja delas. Estariam os editores portugueses com a consciência pesada porque vão ganhar mais, muito mais, ao reimprimir os livros didáticos e de referência? Ou estariam preocupados com a concorrência brasileira, aparentemente preparada para publicar tiragens maiores? Claro que os maiores editores brasileiros estão de olho no mercado português e no africano. Não que haja muitos leitores lá, ou aqui. Os falantes de português são uns 235 milhões: perto de 190 milhões no Brasil; 10,5 milhões em Portugal; os demais, nos países africanos, muitos deles usuários de linguagem tribal, e em agrupamentos na Ásia e na América do Norte. Não há tantos leitores a disputar, embora governos costumem comprar muitos livros didáticos. Para Luciana Villas Boas, diretora editorial da Record, empresa que não trabalha com didáticos, o universo de leitores é o menor aspecto a ser considerado. - É ridículo pensar que a mudança afetará os mercados de livros de língua portuguesa. O que determina o fechamento dos países lusófonos tem a ver com os custos de importação e com hábitos culturais. Ainda mais considerando que lingüisticamente o que difere mais são a sintaxe e o vocabulário, não a ortografia. Se não houver mais obstáculos, e o governo português não pedir mais prazo, é possível que o acordo entre em vigor no Brasil em 2009, como diz o gramático Evanildo Bechara, que duvidou fosse possível adotá-lo já no ano que vem, como os jornais anunciaram. Foi dúvida também manifestada pelo secretário da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, Leonardo Lott Rodrigues. Em todo caso, Portugal merece respeito por ser a matriz do idioma, concordam todos. O fato é que a ministra da Cultura portuguesa, Isabel Pires de Lima, em visita recente ao Brasil, disse não estar pensando em reforma ortográfica e, sim, em outros problemas. Talvez por isso certa hesitação geral.

O fator livro didático

Se ignorar tais problemas, o Brasil terá condições de adotar o acordo só em 2009, por causa da enorme operação de fornecimento de livros didáticos para as escolas, explica Xavier. Ele lembra que os didáticos para o ano que vem já estão preparados ou em preparação: - Depois disso, haverá um período de transição em que conviverão a atual e a futura ortografia. Haverá ao menos uns dois anos de adaptação e convivência. Assim que as regras forem incorporadas - se forem -, começará a transição em que ministérios de educação e cultura, academias de letras, associações literárias e editores serão instruídos sobre como proceder para adequar-se. Sem contar o inevitável "período de pacificação", como diz Bechara, até que as resistências se apaziguem (palavra que perderá o acento com a aplicação do acordo).

Mais contras do que prós

As resistências são maiores em Portugal, mas a maioria dos especialistas também critica o acordo no Brasil. Várias entidades e pessoas se opõem à uniformização. Principalmente em Portugal, pois o acordo modificará 1,6% do vocabulário luso e só 0,5% do brasileiro. Segundo o MEC, em dicionários brasileiros com 200 mil palavras, isso representaria 10 mil delas. Em Portugal, chegou a constituir-se um "Movimento Contra o Acordo Ortográfico", que classificou o projeto de "Desacordo Ortográfico". O jornal Público divulgou: "Uma das mudanças mais radicais previstas no projecto era a eliminação das consoantes mudas, 'brasilificando' assim o vocabulário português". Como "mudança radical", o jornal citou "óptimo" e "factura", que continuam escritas assim pelos lusos. Pelo menos até que chegue a reforma, se chegar. Para Ivo Castro, da Faculdade de Letras de Lisboa, "ou há unanimidade" na aplicação do acordo ou ele deve ser ignorado, já que existe concordância ortográfica entre Portugal, os africanos e Timor, "que apenas é quebrada pelo Brasil". Francisco Platão Savioli, professor aposentado da USP e coordenador de gramática, texto e redação do Curso Anglo Vestibulares, diz que a reforma vai oficializar as diferenças lusófonas. - Além disso, é reforminha tímida, muito tímida, que não mexe adequadamente no essencial, como o problema insolúvel do hífen. Nem no do h inicial de certas palavras ou na indecisão no uso de maiúsculas iniciais, entre outras coisas. Mas vai provocar a queima de milhões de livros. Não creio que valha a pena. Mauro de Salles Villar, diretor do Instituto Houaiss de Lexicografia, ao contrário, é taxativo no apoio. - É uma necessidade e uma vergonha que ainda não tenha sido concretizado. Todas as grandes línguas já fizeram isso. O árabe, idioma de mais de 15 países, é falado de forma diferente, mas escrito da mesma maneira. **Fontes: Blog Thiago Rodrigo & Revista Língua Portuguesa** <http://a-embaixada.blogspot.com/>